

2019–2022

PER DOS PARLAMENTARES FIL DO DF

 **FIBRA**

 **FIBRA**

2019–2022

PERFIL DOS PARLAMENTARES DO DF

REALIZAÇÃO:

 **FIBRA**

APOIO:

 **SESI**

 **SENAI**

 **IEL**

2019-2022

PER
DOS
PARLAMENTARES
FIL **DO** DF

FIBRA
SOL
SOLAR
RE **FIBRA**

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL (FIBRA)

DIRETORIA
2014-2018

Presidente
JAMAL JORGE BITTAR

1º Vice-Presidente
PEDRO HENRIQUE ACHCAR VERANO

2ª Vice-Presidente
DANIELLE CRISTINE RIBEIRO BASTARDO

Diretor Secretário
**PAULO EDUARDO MONTENEGRO DE ÁVILLA
E SILVA**

Vice-Diretor Secretário
ÉLVIO BARBOSA DE SOUSA JÚNIOR

Diretor Financeiro
WALID DE MELO PIRES SARIEDINE

Vice-Diretor Financeiro
GUILLERMO AMARAL FUNES

Diretor de Relações do
Trabalho e Apoio Sindical
FERNANDO ANTONIO BEZERRA JAPIASSU

Diretor de Inovação e
Desenvolvimento Tecnológico
GRACIOMÁRIO DE QUEIROZ

Vice-Diretora de Inovação e
Desenvolvimento Tecnológico
SUELY MARIA SILVA

Diretor de Assuntos
Institucionais e
Governamentais
ELSON RIBEIRO E PÓVOA

Vice-Diretor de Assuntos
Institucionais e
Governamentais
MARCONTONI BITES MONTEZUMA

Diretor de Meio Ambiente e
Sustentabilidade
DARIO DE SOUZA CLEMENTINO

Vice-Presidentes
AMIR MIGUEL DE SOUZA
JORGE LUIZ SALOMÃO
JÚLIO CÉSAR MEDEIROS DE OLIVEIRA
KARINA DE LIMA FERREIRA
LUIZ AFONSO DELGADO ASSAD
MAURINO ALMEIDA RAMOS
MAURO SÍRIO SIMON
PEDRO MORAES NICOLA
RONALDO FRANCISCO SANTOS
RUYTER KEPLER DE THUIN

Diretores

DANIEL BORGES GOMES
FÁBIO CARIBÉ DE ARAÚJO GALVÃO
FERNANDO ANTÔNIO SANTOS OLIVIERI
JOÃO BATISTA ALVES DOS SANTOS
JOSÉ OLÍMPIO NETO
LUCIMEIRE APARECIDA DA SILVA MORAIS
MARCELO MACHADO GUIMARÃES
MARCELO PATRÍCIO LESSA LOPES
MARIA DE LOURDES SILVA
PAULO ROBERTO DE MORAES MUNIZ
PAULO ROBERTO DE SOUZA
PAULO SÉRGIO DIAS LOPES
RICARDO DE FIGUEIREDO CALDAS
SÉRGIO LEANDRO GALVÃO DE SOUZA
WALQUÍRIA PEREIRA AIRES

Conselho Fiscal

Titulares

DEYR CORRÊA
DIONYZIO ANTONIO MARTINS KLAVDIANOS
DEUSDETE BERNARDES DA SILVA

Suplentes

JOBSON THEISS MARQUES
HUMBERTO CENCI
RICARDO AUGUSTO VILELA DO NASCIMENTO

Delegados Representantes

junto à CNI

Titulares

JAMAL JORGE BITTAR
ELSON RIBEIRO E PÓVOA

Suplente

PEDRO HENRIQUE ACHCAR VERANO

ÍNDICE

SIGLAS USADAS	6
PALAVRA DO PRESIDENTE	10
LIDERANÇA, ESCASSEZ E O SABER DEMOCRÁTICO	12

AGACIEL MAIA (PR)	22
ARLETE SAMPAIO (PT)	28
CHICO VIGILANTE (PT)	34
CLÁUDIO ABRANTES (PDT)	40
DANIEL DONIZET (PRP)	46
DELEGADO FERNANDO FERNANDES (PROS)	52
DELMASSO (PRB)	58
EDUARDO PEDROSA (PTC)	64
FÁBIO FELIX (PSOL)	70
HERMETO (PHS)	76
IOLANDO ALMEIDA (PSC)	82
JAQUELINE SILVA (PTB)	88
JOÃO CARDOSO PROFESSOR-AUDITOR (AVANTE)	94
JORGE VIANNA (PODE)	100
JOSÉ GOMES (PSB)	106
JÚLIA LUCY (NOVO)	112
LEANDRO GRASS (REDE)	118
MARTINS MACHADO (PRB)	124
PROFESSOR REGINALDO VERAS (PDT)	130
RAFAEL PRUDENTE (MDB)	136
REGINALDO SARDINHA (AVANTE)	142
ROBÉRIO NEGREIROS (PSD)	148
ROOSEVELT VILELA (PSB)	154
VALDELINO BARCELOS (PP)	160

DEPUTADO DISTRITAL

CÂMARA LEGISLATIVA
2019-2022
8ª Legislatura

DEPUTADO FEDERAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS
2019-2023
56ª Legislatura

BIA KICIS (PRP)	168
CELINA LEÃO (PP)	174
ERIKA KOKAY (PT)	180
FLÁVIA ARRUDA (PR)	186
JULIO CESAR (PRB)	192
LUIS MIRANDA (DEM)	198
PAULA BELMONTE (PPS)	204
PROFESSOR ISRAEL (PV)	210

SENADOR

SENADO FEDERAL
2019-2023
56ª Legislatura

IZALCI LUCAS (PSDB)	218
LEILA DO VÔLEI (PSB)	224
REGUFFE (SEM PARTIDO)	230

STIGLAS USADAS

PARTIDOS POLÍTICOS

DEM

DEMOCRATAS

MDB

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO
BRASILEIRO, ANTIGO PMDB

NOVO

PARTIDO NOVO

PDT

PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA

PEN

PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL

PFL

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

PHS

PARTIDO HUMANISTA DA
SOLIDARIEDADE

PMN

PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO
NACIONAL

PODE

PODEMOS

PP

PROGRESSISTAS

PPL

PARTIDO PÁTRIA LIVRE

PPS

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

PR

PARTIDO DA REPÚBLICA

PRB

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO

PRONA

PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA
ORDEM NACIONAL

PROS

PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM
SOCIAL

PRP

PARTIDO REPUBLICANO
PROGRESSISTA

PSB

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PSC

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO

PSD

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

PSDB

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA
BRASILEIRA

PSOL

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

PT

PARTIDO DOS TRABALHADORES

PT DO B

PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL

PTB

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

PTC

PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO

PTN

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

PV

PARTIDO VERDE

REDE

REDE SUSTENTABILIDADE

UNIDADES DA FEDERAÇÃO

BA
BAHIA

CE
CEARÁ

DF
DISTRITO FEDERAL

GO
GOIÁS

MA
MARANHÃO

MG
MINAS GERAIS

PB
PARAÍBA

PR
PARANÁ

RJ
RIO DE JANEIRO

SP
SÃO PAULO

ADE
ÁREA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

AGEFIS
AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO
DISTRITO FEDERAL

BIRD
BANCO INTERNACIONAL
PARA RECONSTRUÇÃO E
DESENVOLVIMENTO

BNDES
BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL

BNH
BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

BRB
BANCO DE BRASÍLIA

BRT
BUS RAPID TRANSIT

CAESB
COMPANHIA DE SANEAMENTO
AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL

CAP
CENTRAL DE APROVAÇÃO DE
PROJETOS

CAPES
COORDENAÇÃO DE
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE
NÍVEL SUPERIOR

CEASA
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO
DISTRITO FEDERAL

CEB
COMPANHIA ENERGÉTICA DE
BRASÍLIA

CLT
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO
TRABALHO

CODEPLAN
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO
DISTRITO FEDERAL

CONFAZ
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA
FAZENDÁRIA

CPMF
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

CREA
CONSELHO REGIONAL DE
ENGENHARIA E AGRONOMIA

CRM

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA

CUT

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

DAIA

DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANÁPOLIS

DETRAN

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

ENEM

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

ESCS

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

FAC-DF

FUNDO DE APOIO À CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

FAP-DF

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

FAT

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

FCO

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

FECOMÉRCIO

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO

FGTS

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

FIBRA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL

FUNAP

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO

GDF

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

IBAMA

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

IBGE

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IBRAM

INSTITUTO BRÁSILIA AMBIENTAL

ICMS

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

IF

INSTITUTO FEDERAL

INSS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

IPTU

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

IPVA

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

ITBI

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

LGBT

LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS OU TRANSGÊNEROS

LIBRAS

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

LUOS

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

METRÔ-DF

COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL

OCDE

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PAC

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

PIB

PRODUTO INTERNO BRUTO

PDAF

PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PDOT

PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

PETROBRAS

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

PPCUB

PLANO DE PRESERVAÇÃO DO
CONJUNTO URBANÍSTICO DE
BRASÍLIA

PPP

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

PRÓ-DF

PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO
DISTRITO FEDERAL

PROCON

INSTITUTO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR

PRONATEC

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO
ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

REFIS

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

RLE

REGISTRO DE LICENCIAMENTO DE
ESCRITURAS

RIDE

REGIÃO INTEGRADA DE
DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO
FEDERAL E ENTORNO

SAMU

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL
DE URGÊNCIA

SENAI

SERVIÇO NACIONAL DE
APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

SESI

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

STF

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

SUS

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

TCB

SOCIEDADE DE TRANSPORTES
COLETIVOS DE BRASÍLIA

TERRACAP

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO
DISTRITO FEDERAL

TI

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

UMES

UNIÃO MUNICIPAL DOS
ESTUDANTES SECUNDARISTAS

UNB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UNE

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

UNESCO

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E
A CULTURA

VLT

VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS

ZEE

ZONEAMENTO
ECOLÓGICO-ECONÔMICO

PA LA DO VRA PRESIDENTE

Se a democracia é o sistema político em que o povo exerce a soberania, o conhecimento é fundamental para que ela seja plena. Precisamos, antes de tudo, conhecer nossos representantes, saber o que pensam e acompanhar suas decisões no exercício do poder. Os mandatários, por sua vez, têm de compreender as necessidades do povo que representam e avaliar o impacto de cada medida sobre os diversos segmentos da sociedade.

O conhecimento, a técnica e a transparência são valores fundamentais da defesa de interesses feita pela Federação das Indústrias do Distrito Federal perante as instituições públicas. Esse trabalho, por meio da Diretoria de Assuntos Institucionais e Governamentais, requer estudo e monitoramento contínuos para avaliarmos o impacto dos atos públicos sobre o setor produtivo local, especialmente sobre as empresas industriais.

Periodicamente, apresentamos aos integrantes do Legislativo e do Executivo contribuições para o desenvolvimento da cidade e nos manifestamos a respeito de temas que afetam os segmentos representados pela Federação. Em 2018, publicamos a 16ª edição da *Agenda Legislativa da Indústria do DF*, com nosso posicionamento sobre matérias em tramitação na Câmara Legislativa, e o documento *A Indústria e o DF: Proposta para uma Agenda de Crescimento 2019–2022*, que consolida sugestões para fortalecer o parque fabril brasileiro e, conseqüentemente, a economia local.

Buscamos um diálogo verdadeiro, e isso só é possível se também estivermos dispostos a ouvir. Esta publicação traz a visão dos 11 representantes da nossa unidade federativa

no Congresso Nacional e dos 24 integrantes da Câmara Legislativa. No **Perfil dos Parlamentares do DF 2019–2022**, o terceiro de uma série iniciada pela Fibra em 2011, você poderá saber quais serão as prioridades do mandato de cada um e o que pensam sobre temas importantes para o setor industrial.

Para os empresários da indústria e os dirigentes da Federação e dos dez sindicatos que compõem a nossa base, espero que este perfil seja de grande utilidade no relacionamento com as casas legislativas. O fortalecimento do setor privado depende de segurança jurídica, eficiência do poder público e de condições de competitividade. Nossos legisladores podem fazer muito para melhorar o ambiente de negócios na nossa cidade.

Quero agradecer os parlamentares integrantes das legislaturas que se iniciam pela receptividade e pela boa vontade em aceitarem participar desta publicação, que é o primeiro passo para nos aproximarmos. A Fibra dará continuidade a esse diálogo institucional e os subsidiará com informações qualificadas sobre a realidade do empresariado que atua na indústria brasiliense.

Entendemos que o desenvolvimento socioeconômico requer esforço conjunto. As divergências são naturais e fazem parte do processo democrático, mas creio que nosso objetivo seja comum: fazer a nossa cidade crescer de forma responsável e sustentável, diversificando nossa matriz produtiva, reduzindo a dependência econômica do setor público e assegurando oportunidades de emprego.

JAMAL JORGE BITTAR
Presidente da Fibra

LIDERANÇA, ESCASSEZ E O SABER DEMOCRÁTICO

LEONARDO BARRETO

Doutor em Ciência
Política pela UnB

“Você acha que tem o perfil correto para a vaga?”

Todas as entrevistas de emprego fazem essa pergunta aos candidatos que se apresentam para a vaga. E o mesmo acontece com os políticos durante as votações. Processos eleitorais são, por excelência, seleções públicas nas quais cidadãos, por carreira ou vocação, oferecem seus serviços à sociedade. A admissão se dá por um período determinado, ficando definido que a permanência no cargo ou a promoção futura depende da avaliação dos eleitores, que são

seus clientes e patrões.

Entendido isso, a discussão volta-se para o perfil ideal do representante. Embora esse seja um debate atual e pulsante, é difícil dizer de forma objetiva.

A depender das prioridades de cada um ou da inclinação ideológica de quem julga, a resposta sobre o que um deputado ou senador precisa fazer sempre varia.

De forma geral, influenciado pelos escândalos recentes de corrupção que varreram o País, o eleitor

buscou majoritariamente alguém honesto. Como há um grande sentimento de criminalização da política, a ideia de transparência e ética ganhou o sentido de novidade e premiou muitos que não tinham vida pregressa na política.

A taxa de renovação das cadeiras na Câmara Legislativa do Distrito Federal foi de 70,8%, contra 50% em 2014. Na bancada do DF na Câmara dos Deputados, 87,5% das vagas serão ocupadas por interlocutores diferentes. E, no Senado Federal, o único candidato à reeleição perdeu a disputa e deixará a Casa após 16 anos.

Por mais simplista que seja, a associação entre renovação e honestidade foi a estratégia encontrada pelos eleitores para se protegerem ou se vingarem do sistema político. Pelo menos desde 2013, a população tem apontado problemas nas instituições que gostaria de ver corrigidos. Sem um retorno convincente, o resultado foi uma eleição com boa dose de raiva.

As soluções de gestão para uma sociedade complexa como a de Brasília não se limitam à dicotomia honesto-desonesto. Ainda mais considerando que se vive, hoje, a era da

escassez. O racionamento de água, a estagnação da renda, o desemprego, a queda de qualidade dos serviços públicos e a falta de perspectivas econômicas revelam uma realidade que requer sofisticação dos seus líderes.

O cenário fiscal para o próximo ciclo de poder não permite a expansão do gasto público, que sempre foi a mola do desenvolvimento de Brasília, o que exigirá da próxima gestão fazer mais com menos.

Nesse sentido, a pergunta que a população do Distrito Federal faz aos candidatos que se apresentaram no processo seletivo de outubro se refere às estratégias inovadoras de desenvolvimento, geração de riquezas e oportunidades. Afinal, como reduzir a dependência do poder público e achar uma vocação econômica que seja sustentável no longo prazo?

DOS 35 POSTOS DE
REPRESENTAÇÃO LOCAL
E FEDERAL RESERVADOS
À POPULAÇÃO DO DF,
26 (74,3%) FORAM
RENOVADOS.

A melhor maneira de avaliar o que a sociedade quer é olhar o que ela escolheu. Dependendo da lente usada para observar os resultados, é possível distinguir quais problemas ela prioriza, que tipos de valores espera que o poder público propague e quais grupos conseguiram reunir forças para ocupar os canais de representação.

A população do Distrito Federal escolheu a renovação. A Câmara Legislativa terá 17 novos deputados (70,8%). Na Câmara dos Deputados, apenas uma parlamentar da bancada eleita em 2014 — Erika Kokay (PT) — permanecerá até 2022. No Senado Federal, as duas vagas colocadas em disputa serão ocupadas por novatos.

Em resumo, dos 35 postos de representação local e federal reservados à população do Distrito Federal, 26 (74,3%) foram renovados. Isso sem falar do novo governador, Ibaneis Rocha (MDB), neófito na política partidária.

*Uma opção
pela renovação*

Os tons da mudança

Um processo de mudança tem várias gradações. No Distrito Federal, destacam-se:

- I Parlamentares efetivamente novos, isto é, que vão exercer mandato legislativo pela primeira vez.
- II Deputados que retornaram depois de ficarem algum tempo fora da atividade política.
- III Egressos de outras casas de representação, que trocaram de instância.
- IV Representantes que migraram de outros poderes para as casas de leis.

Na Câmara Legislativa, dos 15 parlamentares efetivamente novos, 26,7% conquistaram o mandato na primeira eleição. Os demais tentaram duas ou mais vezes até ser eleitos.

A bancada de Brasília na Câmara dos Deputados, embora tenha sido quase toda renovada, tem apenas três nomes novos na política. Outros três vieram da Câmara Legislativa, uma foi reeleita e outra já havia concorrido ao cargo de vice-governadora em 2014. No Senado, um parlamentar veio da Câmara dos Deputados e outra do Poder Executivo local.

Uma avaliação mais atenta, portanto, mostra que o movimento de renovação, embora importante e repleto de mensagens, também tem suas limitações. Parlamentares de outras casas ou legislaturas, por merecimento e/ou conhecimento estratégico apurado do jogo político, conseguiram adaptar-se ao novo momento e sobreviveram para mais um ciclo.

A adaptação e a sobrevivência são a natureza do processo político. E é bom que seja assim, pois isso garante representantes conectados com o dinamismo da vida, da economia e dos valores.

A junção entre experiência e novidade deve dar fôlego às câmaras de representação, desde que não se esqueça o recado fundamental dado pela sociedade: é preciso melhorar o senso de prioridade do setor público, sua eficiência e seu nível de transparência.



(O senador Reguffe tem mais quatro anos de mandato e não concorreu a nenhum cargo em 2018.)

O problema do déficit de representação

A exemplo das eleições anteriores, apenas 25,1% dos eleitores do DF conseguiram eleger um deputado distrital. De cada dez votos, menos de três se converteram em mandatos. Esse déficit de representatividade explica, em parte, a baixa conexão entre a população e seu corpo de representantes na Câmara Legislativa.

A responsabilidade não é dos parlamentares eleitos, que tiveram, em média, 1% dos votos válidos. O problema é o sistema de listas abertas, que estimula a entrada excessiva de candidatos e, consequentemente, a pulverização dos votos. Em 2018, mais de 900 candidatos se apresentaram.

Como são necessários relativamente poucos votos para se eleger deputado distrital — o último colocado teve 0,43% dos votos válidos —, há estímulo para que as pessoas tentem a sorte. Os partidos também contribuem, pois, quanto mais nomes listam, mais chances a legenda ou a coligação tem de atingir o quociente eleitoral, que, em 2018, foi de 63 mil votos.

E os incentivos que o sistema eleitoral transmite aos parlamentares não são bons. Primeiro, eleitores que não elegem ninguém tendem a acompanhar menos o trabalho dos representantes. No caso do DF, essa é a situação de 74,9% dos votantes.

Segundo, o impulso original do eleito, respeitando as exceções, é honrar prioritariamente os compromissos assumidos com seus nichos eleitorais. Uma atuação segmentada, não raro, pode comprometer a compreensão do interesse geral.

Terceiro, com poucos votos, o deputado fica fragilizado em relação ao governador. Pelo fato de ter sido eleito pelo sistema majoritário, o ocupante do Palácio do Buriti tem uma base de representação infinitamente maior que a do deputado distrital, firmando uma relação de poder desproporcional com a Câmara Legislativa.

Por fim, a pulverização de candidaturas também fragmenta a base de representação partidária. Nesta eleição para o Legislativo local, 19 partidos obtiveram cadeiras. O MDB, partido do governador, conquistou apenas um assento e nenhuma legenda tem mais do que duas vagas.

A situação não é diferente na Câmara dos Deputados. Apenas 40,8% dos votantes elegeram deputados federais. Há oito cadeiras e igual número de partidos representados. Em média, cada um dos vitoriosos obteve 5% dos votos válidos e o quociente eleitoral foi de cerca de 180 mil votos.

Representação de fato

A fragmentação leva à perda de relevância dos partidos para a organização do jogo político. Além da grande quantidade de legendas com assento, há pouco ou nenhum histórico de alinhamento entre elas.

A maneira mais segura de desenhar um mapa do corpo de representação de Brasília, portanto, é levar em conta a origem das candidaturas. Na Câmara Legislativa, chama atenção a predominância de servidores públicos, com 13 cadeiras (54,2%). A segunda maior bancada é a de empresários, com seis assentos (25%). Além disso, há dois líderes religiosos (8,3%), dois professores do setor privado (8,3%) e um sindicalista laboral de categoria privada (4,2%).

Estratificando ainda mais o conjunto de deputados distritais, entre os funcionários públicos, seis são ligados à segurança, sendo três militares – policial, bombeiro e reformado do Exército – e três policiais civis. O número mostra a força dessa agenda no imaginário de prioridades do eleitor. Como comparação, há dois parlamentares da área de saúde e dois da área de educação pública.

Ao contrário da Câmara Legislativa, na Câmara dos Deputados há apenas duas deputadas (25%) oriundas do funcionalismo: uma sindicalista reeleita ligada à defesa dos direitos humanos e outra que tem sua agenda mais conectada ao liberalismo econômico e à defesa de valores cristãos conservadores.

74,9%

*dos eleitores não
elegeram ninguém*

A bancada é composta também por ativista social, líder religioso, professor, influenciador digital e empresários. Note-se que a bancada do DF tem cinco mulheres (62,5%), sendo proporcionalmente a mais feminina de todas as unidades da Federação. No Senado, Brasília terá uma atleta, um ativista social e um professor.

62,5%

*dos deputados federais do DF
são mulheres*

A TAXA DE RENOVAÇÃO DAS CADEIRAS NA CÂMARA LEGISLATIVA FOI DE 70,8%, CONTRA 50% EM 2014. NA BANCADA DO DF NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 87,5% DAS VAGAS SERÃO OCUPADAS POR INTERLOCUTORES DIFERENTES. E, NO SENADO FEDERAL, O ÚNICO CANDIDATO À REELEIÇÃO PERDEU A DISPUTA E DEIXARÁ A CASA APÓS 16 ANOS.

A curva de aprendizado da democracia

Talvez nenhum país tenha submergido tão profundamente em um processo de autocrítica como fez o Brasil nos últimos anos. Não se viveu apenas uma crise, mas várias, e houve consequências graves sobre todas os aspectos da vida brasileira.

Um processo dessa natureza deixa marcas. Uma delas pode ser a descrença na política e na democracia. Por isso, mais do que nunca, é preciso maturidade para compreender o lugar destes anos em nossa história e o que eles poderão representar no futuro.

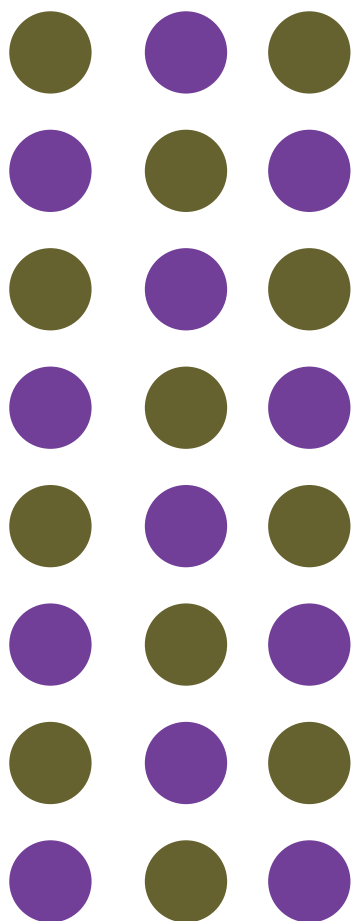
Nos seus 519 anos de história, o Brasil viveu menos de 10% do seu tempo em democracia, isto é, sob regime que compreendesse inclusão e liberdade de manifestação. Foram 18 anos de 1946 a 1964 e mais 30 desde a promulgação da Constituição de 1988.

A cientista política Carole Pateman, grande teórica da democracia, disse em uma de suas obras que o saber necessário para viver em democracia é de natureza prática. Participar só se aprende participando. É da convivência ao longo das gerações que

os valores democráticos se firmam, o Estado encontra seus limites, a sociedade fixa seus objetivos civilizatórios e os cidadãos entendem o preço que precisam pagar para viver em liberdade.

O fato é que, no jogo da democracia, o País ainda vive sua primeira cepa. Entre todos eleitos, o mais jovem tem 29 anos de idade. A média de idade do corpo de representantes de Brasília, considerando todas as casas legislativas, é de 45,9 anos. A geração que dirige a nação ainda é a que se formou no período de redemocratização.

Considerando a construção da democracia como um processo de aprendizado, o Brasil, e mais ainda o Distrito Federal, que exerce sua autonomia política pela primeira vez apenas em 1990, ainda está na sua fase inicial. Por isso é preciso paciência com os erros e bastante disposição para aprender. O saber democrático vem da vivência democrática. Nesse sentido, o momento não é de colher, mas de plantar.



DE
PU
TA
DO

DEPUTADO

TRIAL

CÂMARA LEGISLATIVA
2019-2022
8ª Legislatura

AGACIEL MAIA

AGACIEL MAIA (PR)

AGACIEL DA SILVA MAIA

BREJO DO CRUZ (PB), 21/7/1958

EM BRASÍLIA DESDE 1972

ECONOMISTA

CATÓLICO

CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES

DIRETOR-GERAL DO SENADO (1995-2009)

DEPUTADO DISTRITAL (2011-2014 E 2015-2018)

TRAJETÓRIA POLÍTICA

FUNCIONÁRIO DO SENADO FEDERAL DESDE 1977.

ELEGEU-SE DEPUTADO DISTRITAL PELO PTC EM

2010 E EM 2014. OCUPOU POR DOIS ANOS A

VICE-PRESIDÊNCIA DA CÂMARA LEGISLATIVA.

EM 2016, TRANSFERIU-SE PARA O PR.



TENHO COMO BANDEIRA PRINCIPAL O PRIMEIRO EMPREGO. O PROGRAMA JOVEM CANDANGO, DE MINHA AUTORIA, DÁ OPORTUNIDADE PARA QUE ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DAS ÁREAS MAIS VULNERÁVEIS DE BRASÍLIA APRENDAM UMA PROFISSÃO NO CONTRATURNO DAS AULAS. MAIS DE 8 MIL PESSOAS JÁ PASSARAM POR ESSE PROJETO, REPRODUZIDO POR OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO.

TENHO 54 LEIS APROVADAS E FUI O ÚNICO DEPUTADO DISTRITAL A NÃO USAR NEM UM CENTAVO DA VERBA PARLAMENTAR. DEFENDO A EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO. LUTEI PELA MANUTENÇÃO E PELA AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL DA CRIANÇA. HAVIA R\$32 MILHÕES DESTINADOS À REALIZAÇÃO DA UNIVERSÍADE DE VERÃO EM 2019 EM BRASÍLIA E, COMO RELATOR DO ORÇAMENTO, DESTINEI ESSES RECURSOS AO INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO SEGUNDO BLOCO DO HOSPITAL, QUE PASSOU A TER DEZ VEZES MAIS LEITOS E CINCO SALAS DE CIRURGIA. HOJE É REFERÊNCIA NO TRATAMENTO DE DOENÇAS COMPLEXAS EM CRIANÇAS, ESPECIALMENTE DO CÂNCER.

EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO

O grande caminho para a melhoria da eficiência do gasto público são as parcerias público-privadas. O Estado deve focar investimentos na infraestrutura de regiões carentes. Pode passar adiante, na forma de PPPs, determinadas atividades que hoje são onerosas em locais onde já há desenvolvimento. Nesses casos, a PPP é um mecanismo para o governo ter mais recursos em caixa e poder atender a população mais pobre. A revolução em termos da economia nacional vai ocorrer quando a União, os estados e os municípios entenderem que, em determinados segmentos, já não se faz necessária a participação do poder público. O grande investimento que o governo deve fazer é em saúde e em educação. Sem saúde, você não vai para a escola. Sem escola, não consegue emprego, não tem renda.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Brasília, apesar de ser uma das unidades da Federação com melhores indicadores econômicos, é a mais burocratizada

e que transmite maior insegurança aos investidores. A aprovação do novo Código de Obras foi um avanço, assim como a da Luos, que será fundamental para a regularização fundiária do DF, e do ZEE. São normas que definem parâmetros básicos.

Existe insegurança jurídica no que diz respeito à mutação e à interpretação das leis locais, e a falta de regras claras é o fator que mais afasta investimentos no Distrito Federal. Há também receio do empresariado em relação à emissão de licenças. Apesar da intenção de se fazer o investimento, não há segurança quanto à autorização de funcionamento da empresa.

DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ ECONÔMICA

Com a indústria com apenas 5% de participação no PIB local, acabamos comprando quase tudo de fora, o que é muito ruim. É importante que o governo incentive a vinda de indústrias não poluentes. Temos a maior renda *per capita* do País, ótima localização e, o mais importante, alta demanda, com forte mercado

consumidor. Brasília atende a várias exigências para se desenvolver economicamente em curto prazo.

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

Todos os programas de desenvolvimento foram contaminados pela ineficiência administrativa, por erros na formulação dos projetos e até por ingerência política. Acho que tem de ser feita uma reengenharia. Muita gente entrou no Pró-DF com a expectativa de gerar emprego e renda e saiu com uma grande dívida. Esses casos têm que ser estudados para que se construam projetos que realmente deem condições ao desenvolvimento da cidade.

Os programas precisam ser refeitos com projetos bem formulados, que tenham começo meio e fim, para que não se cometam os mesmos erros. As ADEs têm uma série de falhas que requerem um estudo profundo para que nasçam com nova concepção, em um modelo mais moderno e funcional. Muitas delas surgiram sem planejamento, sem projeto de viabilidade econômica.

Sem planejamento, a probabilidade de erro é grande.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Uma agência de desenvolvimento, em parceria com o Banco de Brasília no papel banco de fomento, poderia incentivar o pequeno e o médio investidor. Os grandes empreendedores só precisam de que o governo não atrapalhe o investimento deles. Não precisam de agência de desenvolvimento e muitas vezes não precisam de captação de recursos em bancos.

A principal função do governo é gerar emprego e renda, e isso se faz atraindo os investimentos perdidos e novas possibilidades de negócios. Perdemos muitas empresas para os estados, em alguns momentos até de maneira predatória. Existe uma guerra fiscal muito grande e em decorrência dela passamos a produzir menos ainda. O Convênio nº 190 do Confaz cria equidade, dando espaço para que o governo reproduza incentivos de estados da nossa região. A regulamentação da convalidação dos

TODOS OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO FORAM CONTAMINADOS PELA INEFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA, POR ERROS NA FORMULAÇÃO DOS PROJETOS E ATÉ POR INGERÊNCIA POLÍTICA. ACHO QUE TEM DE SER FEITA UMA REENGENHARIA.

incentivos vai permitir que muitos negócios voltem para Brasília, trazendo com eles emprego e renda.

MERCADO DE TRABALHO

Na indústria, quem emprega em massa é a construção civil, e esse setor deve ser incentivado. Temos de formar profissionais em muitas áreas que têm carência de trabalhadores qualificados, como a TI. Existem segregações sociais e econômicas que devem ser tratadas como políticas públicas e, no mercado de trabalho, as cotas são fundamentais. Devemos fazer uma reavaliação dessas leis, porque há um número grande de benefícios, com gente que está fora e que merece e gente que recebe, mas não merece.

DIÁLOGO COM O SETOR PRODUTIVO

A atividade parlamentar tem que ser acompanhada pelos segmentos produtivos. Isso é feito nos Estados Unidos, nos países europeus. Com o diálogo, podem ser elaboradas leis com a capacidade de oxigenar o setor produtivo. É muito importante que as instituições

TEMOS 22
MUNICÍPIOS QUE
SÃO MAIS QUE
ENTORNO, JÁ
FORMAM UMA REGIÃO
METROPOLITANA.
É NECESSÁRIO
QUE SE FAÇA UM
PLANEJAMENTO
GERAL DE
MOBILIDADE.

façam o trabalho de acompanhamento diário do legislativo, principalmente das comissões, não só da Câmara Legislativa, mas também nas do Congresso Nacional.

LOGÍSTICA

É muito mais fácil fazer transporte sobre trilhos. A maioria dos estados está aproveitando a renovação das concessões para fazer algumas exigências, e Brasília poderia negociar um trem de passageiros que atenda ao eixo que cruza Luziânia, Valparaíso, Cidade Ocidental e Novo Gama (GO), desembarcando na estação de Brasília. Sabemos que a mobilidade por trilhos é muito mais barata, mas enfrentamos uma série de resistências: a manutenção é menor e não há gastos com pneus nem com asfalto. A greve dos caminhoneiros foi um alerta para que se pense na mudança desse paradigma de ter a maior parte do transporte feita por caminhões.

MOBILIDADE URBANA

Nas cidades mais modernas do mundo, não se usa carro, mas sim metrô. E Brasília é uma cidade

fácil geograficamente, não tem várias dificuldades que outras cidades têm. Faltam decisão e vontade política de se fazer essa mudança de modal. Temos 22 municípios que são mais que Entorno, já formam uma região metropolitana. É necessário que se faça um planejamento geral de mobilidade pensando nessas cidades. Um dos pontos negativos da qualidade de vida do Distrito Federal é o tempo de deslocamento entre trabalho e casa. A cada dia existem mais carros e menos transporte público, o que causa dificuldade enorme de mobilidade.

ARLETE SAMPAIO

ARLETE SAMPAIO (PT)

ARLETE AVELAR SAMPAIO
ITAGIBÁ (BA), 28/6/1950
EM BRASÍLIA DESDE 1971
MÉDICA
CATÓLICA

CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES

VICE-GOVERNADORA DO DF (1995-1998)
DEPUTADA DISTRITAL (2003-2006 E 2011-2014)
SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2007-2010)
SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DO DF (2011-2012)

TRAJETÓRIA POLÍTICA

INICIOU A MILITÂNCIA POLÍTICA NO MOVIMENTO
ESTUDANTIL NA MESMA ÉPOCA EM QUE SE FILIOU
AO PT (1980). AJUDOU A FUNDAR O PARTIDO E
A CUT NO DF. FOI DIRIGENTE DO SINDICATO
DOS MÉDICOS DO DF DE 1985 A 1994. ELEGU-
SE PARA A CÂMARA LEGISLATIVA PELA PRIMEIRA
VEZ EM 2002 COM O MAIOR NÚMERO DE VOTOS
DAQUELAS ELEIÇÕES.



COMO JÁ FUI DEPUTADA DISTRITAL OUTRAS VEZES, A AGENDA DESTA LEGISLATURA SERÁ SEMELHANTE À DOS MANDATOS ANTERIORES, ACRESCENTANDO UMA NOVA TAREFA: O ENFRENTAMENTO À DESTRUIÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA. EM FUNÇÃO DA CONJUNTURA QUE VIVEMOS, A DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS, DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E DA DEMOCRACIA SERÃO AS BANDEIRAS CENTRAIS DA NOSSA ATUAÇÃO. ALÉM DISSO, SEGUIREMOS COM A PAUTA DA GARANTIA DA SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE E DA RECONSTRUÇÃO DO SUS. QUEREMOS DEFENDER A EDUCAÇÃO DE AMEAÇAS COMO A POLÊMICA DO PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO, LUTAR PELOS DIREITOS DAS MULHERES E COMBATER A VIOLÊNCIA CONTRA ELAS, PROMOVER A IGUALDADE, A CIDADANIA LGBT E O COMBATE AO RACISMO. A TÔNICA DO NOSSO TRABALHO SERÁ SEMPRE VOLTADA AOS DIREITOS HUMANOS.

CRESCIMENTO ECONÔMICO

Trabalharei para que o Sistema Único de Assistência Social não seja desmontado, entretanto entendo que vivemos em uma sociedade capitalista, que precisa gerar emprego e renda para a população. Então é fundamental que consigamos nos desenvolver economicamente para avançar socialmente. Nesse sentido, apoiarei todos os projetos que digam respeito à criação de emprego, ao aumento da capacidade de investimentos, ao fortalecimento da segurança jurídica e ao crescimento econômico do Distrito Federal. Também temos que acabar com a guerra fiscal, e a convalidação dos benefícios pode ser um caminho.

INDÚSTRIA

O governo local tem que se preocupar em diversificar a economia. Brasília não se sustentará mais se pensarmos apenas na empregabilidade da administração pública, então é fundamental criarmos oportunidades para que empresas venham para o DF. Essa ideia de que as indústrias são poluentes é ultrapassada.

Hoje, com os avanços tecnológicos, é possível transformar uma indústria cujas atividades eram prejudiciais ao meio ambiente em uma geradora de economia limpa, capaz de preservar a natureza. É muito importante atrairmos esse tipo de empresa para cá.

TECNOLOGIA

Para estarmos ainda mais preparados para receber investimentos ligados a essa área, temos que implementar de fato o Biotic. Brasília tem condições de absorver essa demanda porque temos muita gente qualificada nessa área. É preciso fazer com que o parque tecnológico avance. Agora é a hora de investir na gestão. O governo local precisa oferecer principalmente infraestrutura, que é um dos maiores problemas que temos, e benefícios para tornar o espaço atrativo para novos negócios.

BUROCRACIA

Há iniciativas que podem ser adotadas para unificar e tornar mais rápidos os processos de emissões de licenças, alvarás e documentação em geral para a instalação de

**VIVEMOS EM
UMA SOCIEDADE
CAPITALISTA,
QUE PRECISA
GERAR EMPREGO
E RENDA PARA
A POPULAÇÃO.
ENTÃO É
FUNDAMENTAL
QUE CONSIGAMOS
NOS DESENVOLVER
ECONOMICAMENTE
PARA AVANÇAR
SOCIALMENTE.**

empresas. É necessário rever as ações dos órgãos do governo para que facilitem, mas sem passar por cima da preservação ambiental e de nenhuma regra de interesse público. A Casa poderá contribuir para esse debate.

ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO

A dimensão do papel da Terracap, no sentido de assegurar obras de infraestrutura nas ADEs, tem que ser revista. A falta de serviços básicos nesses locais dificulta ainda mais o estabelecimento das empresas. Farei o que for necessário para contribuir para o desenrolar desses procedimentos, porque de fato, se não garantirmos as condições mínimas de infraestrutura, não haverá atração de empresas.

USO DO SOLO

Tanto a Luos quanto o ZEE são fundamentais para o DF. Terei muito prazer em participar dessas discussões porque o uso do solo é uma área na qual eu sempre atuei e que considero fundamental. Outro passo importante será a revisão do Pdot, que deverá ser feita nesta legislatura.

Todos esses projetos importam no sentido de ver Brasília como um todo. Precisamos avaliar a dimensão da cidade com a região metropolitana e definir quais as áreas que devem ser utilizadas para o desenvolvimento econômico.

LOGÍSTICA

O projeto de criação do trecho de trem entre Brasília e Anápolis (GO) e de interligação à Ferrovia Norte-Sul tem que ser retomado. Com isso, teremos acesso aos portos e poderemos escoar a nossa produção e aumentar a exportação. Na época em que fui vice-governadora, essa proposta era de interesse de todos os governadores do Centro-Oeste. Investir em obras de infraestrutura no Porto Seco também será importante para atrair as empresas. Para que as indústrias venham para cá, é fundamental, ainda, que tenhamos produção de energia suficiente e condições de mobilidade urbana para recebê-las.

ENTORNO

Precisamos de um projeto de desenvolvimento que considere essa região.

É importante estreitar ainda mais nossa relação com as cidades vizinhas e estabelecer a visão da região metropolitana para cuidar do Entorno. Também é urgente gerar empregos por lá para que grande parte das pessoas que vêm para cá trabalhar tenham alternativas em suas próprias cidades. Essa é uma ação fundamentalmente do Executivo local, mas a Câmara Legislativa tem que contribuir para agilizar o que for necessário para que isso se torne possível.

TURISMO

Brasília, por sua moderna construção urbanística, deveria chamar a atenção de turistas do mundo todo. O Plano Piloto é Patrimônio Cultural da Humanidade, segundo a Unesco. Mas, evidentemente, será difícil atrair alguém enquanto o Teatro Nacional Claudio Santoro estiver fechado ou se não houver grandes investimentos no que diz respeito à acessibilidade. A cidade precisa ter sua imagem recuperada. Vamos lutar para resolver esses problemas e para nos transformarmos em

um local que convida os turistas a de fato conhecerem tudo o que temos a oferecer.

ECONOMIA CRIATIVA

Desenvolver a economia criativa é uma possibilidade para o DF. É preciso estimular o cinema. Hoje já temos uma produção importante na área do audiovisual. Se ajudarmos a criar uma universidade pública distrital, podemos focar segmentos como uma escola de música e a formação de pessoas nas áreas de cinema e vídeo. Podemos investir em novos cursos e empreendimentos voltados para a cultura e, com isso, gerar mais emprego e renda para a população.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Esse é um dos grandes problemas do DF. Há uma boa parcela da população sem qualificação profissional. É preciso investir nessa área, sobretudo na juventude, apostando nos Institutos Federais para que eles desenvolvam as capacitações de acordo com a demanda do mercado de cada região. Já temos experiências bem-sucedidas de projetos

inovadores no âmbito federal, como o Pronatec, que pode ser muito bem adotado no plano local. Se o governo do DF continuar recebendo recursos federais para desenvolver políticas de capacitação, deve investir muito nessa área. O Sistema S também contribui enormemente para a formação profissional.

EMPREGO

Em todas as áreas, é importante dialogar e entrar em acordos para que as oportunidades de emprego existam e sejam concretizadas da melhor forma possível. Vivemos em uma sociedade democrática, em que tudo deve ser negociado. Não podemos, por exemplo, obrigar uma indústria que precisa de pessoas com condições físicas específicas para determinada atividade a contratar pessoas com deficiência para essas vagas, mas é muito importante que existam outras áreas na empresa que possam admitir essa demanda.

PRIVATIZAÇÕES

A gente precisa se abrir para a discussão sobre a introdução do setor

**PRECISAMOS
AVALIAR A
DIMENSÃO
DA CIDADE
COM A REGIÃO
METROPOLITANA
E DEFINIR QUAIS
AS ÁREAS QUE
DEVEM SER
UTILIZADAS
PARA O
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO.**

privado em algumas áreas.

Na saúde, por exemplo, a Constituição prevê a atuação complementar da iniciativa privada na área pública, e isso pode funcionar. Mas o Estado não pode abrir mão do seu papel regulador, como também de fazer a gestão de suas próprias unidades de saúde. Não teria problema em aceitar a criação de uma fundação pública de direito privado. O que não pode ocorrer é dizer que vão entregar a gestão para uma organização da sociedade civil de interesse público e, na verdade, deixar na mão de empresas médicas, que logicamente vão visar ao lucro e não estão preocupadas com a qualidade da rede e com as pessoas.

Sou a favor de que em alguns casos possamos fazer parcerias, mas existem áreas estratégicas das quais não deveríamos abrir mão, como água e energia elétrica. Se a CEB for privatizada, quem garantirá que a empresa privada vai se preocupar em colocar luz nos lugares pobres, onde as pessoas têm dificuldade para pagar? Nesse caso, a administração tem que ser totalmente estatal.

SAÚDE

A saúde pública do DF vive a pior crise da sua história e as soluções apontadas foram inadequadas para resolver o problema, que é de financiamento e de gestão. Não dá para solucionar essas falhas criando um instituto. É algo que deve ser resolvido de forma conjunta, desde a atenção básica. Antes de tudo, o Executivo local deve decretar o estado de emergência na saúde e garantir o fornecimento de tudo que precisa na rede, inclusive medicamentos e os aparelhos que estão quebrados e sem manutenção.

Também é fundamental trabalhar para oferecer condições a todos os profissionais da rede. Há pessoas desistindo porque não têm condições de trabalho, porque estão com problemas de saúde.

É preciso investir muito para que a atenção básica seja de fato a porta de entrada da população ao sistema de saúde. Isso significa ampliar a oferta da atenção primária à saúde, melhorar as condições hospitalares e construir clínicas com especialidades. Esse é o segredo.

CHICO VIGILANTE (PT)

FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS
VITORINO FREIRE (MA), 7/9/1954
EM BRASÍLIA DESDE 1977
VIGILANTE
CATÓLICO

CARGO PÚBLICOS ANTERIORES

DEPUTADO FEDERAL (1990-1994 E 1994-1998)
DEPUTADO DISTRITAL (2003-2006, 2011-2014
E 2015-2018)

CHICO VIGILANTE

TRAJETÓRIA POLÍTICA

CRIADOR DA ASSOCIAÇÃO DOS VIGILANTES DO DF, TRANSFORMADA POSTERIORMENTE EM SINDICATO, DO QUAL FOI PRESIDENTE DE 1984 A 1990. AJUDOU, EM 1980, A FUNDAR O PT-DF, QUE PRESIDIU TRÊS VEZES. FOI FUNDADOR E PRIMEIRO PRESIDENTE DA CUT BRASÍLIA, ENTIDADE QUE LIDEROU POR SEIS ANOS, DE 1984 A 1990.



O PRINCIPAL DESAFIO DO DISTRITO FEDERAL HOJE É A GERAÇÃO DE EMPREGOS, POR ISSO A CÂMARA LEGISLATIVA DEVE APROVAR PROJETOS QUE DESTRAVEM A ECONOMIA. A CAPACIDADE DE CONTRATAÇÃO DO ESTADO ESTÁ ESGOTADA. SE A ECONOMIA NÃO CRESCER, TEREMOS MUITA DIFICULDADE EM REDUZIR ESSE NÚMERO DE PESSOAS SEM OPORTUNIDADES NO MERCADO. COM A LUOS E O CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES EM VIGOR, CAEM AS POSSIBILIDADES DE O GOVERNO EMPERRAR PROCESSOS. NÃO PODEMOS ACEITAR O QUE TEMOS VISTO, COM OBRAS FEITAS DE MANEIRA CLANDESTINA, DAS QUAIS O SETOR FORMAL NÃO PARTICIPA E PELAS QUAIS DEPOIS A SOCIEDADE INTEIRA PAGA. MINHA PRINCIPAL ATUAÇÃO VAI SER PARA ENCONTRAR MECANISMOS QUE RESOLVAM O DESEMPREGO. CLARO QUE HÁ OS ASSUNTOS BÁSICOS, QUE SÃO DEVERES DO ESTADO, COMO SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA, HABITAÇÃO E TRANSPORTE, PELOS QUAIS VOU ME EMPENHAR TAMBÉM.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Precisamos de leis que deem segurança de se investir no Distrito Federal, como a que aprovamos em 2018 na Câmara Legislativa sobre os incentivos fiscais e tributários. Hoje Brasília está travada e Goiás, atraindo os investidores. Eu não critico o empresário que vai para Goiás, critico o governo que não tem capacidade de manter esse empresário aqui. As administrações regionais não têm capacidade para nada. Você dá entrada em um pedido de alvará de construção para uma pequena obra, não tem quem examine os documentos e o processo acaba levando anos. Os servidores se esforçam, mas a maioria é comissionada com indicação política e sem capacidade técnica de elaborar com rapidez um parecer para alvará. Conheço empresários que têm muita dificuldade para investir no DF, mas encontram as condições favoráveis, por exemplo, no Tocantins. Um problema é que Brasília vive uma realidade híbrida.

Quem paga o salário do Judiciário e do Ministério Público em Goiás é o estado, então eles precisam da arrecadação. Aqui no DF não há essa preocupação, porque as verbas que custeiam esses órgãos vêm da União. Empresas que investiram no DF por meio de benefícios então vigentes ficaram com uma dívida a pagar porque eles foram questionados e revogados. Mas eles não se apropriaram de nada, apenas seguiram a lei.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Aprovamos a Luos sem limites de prazo para revisão. Quando acharem que for necessário revisar a lei, que revisem. Vou dar um exemplo que sempre repito: as construções do extinto BNH em Ceilândia, nos Setores Guariroba, P Norte e P Sul e no Setor O. No projeto original, o fundo das casas é virado para a avenida principal. Os moradores transformaram em comércios e indústrias, tudo de forma ilegal. Se a Agefis quiser, pode ir lá e fechar tudo. Isso precisa ser legalizado. Outro exemplo em Ceilândia são os projetos que estipularam lotes

comerciais de 50 metros quadrados. Que comércio cabe em 50 metros quadrados? Teve gente que montou um mercadinho, cresceu, comprou vários lotes e hoje ocupa 3 mil metros quadrados. Eu tenho dito aos burocratas: transformem em lotes comerciais essas ocupações e os licitem! Fazendo isso, o empresário vai pagar o IPTU pela área real que ocupa e passar a ter a segurança de estar em uma área com perfil comercial de verdade.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

O pagamento da folha salarial dos servidores ajuda a girar a economia local. O servidor bem remunerado compra carros, apartamentos, roupas. Mas também precisamos ter capacidade de buscar empreendimentos para que entre dinheiro de fora na cidade, como vários estados fazem. O governo do PT deixou pronto um projeto feito com uma indústria aeronáutica internacional para a construção aqui em Brasília de um centro de manutenção de aeronaves para toda a América Latina. Foi um empreendimento que perdemos.

A Terracap tornou-se de fato uma agência de desenvolvimento em 2011 [Lei nº 4.586]. O empresário que quiser investir no DF, em vez de comprar um terreno, pode procurar a Terracap, que lhe cede uma área e vira sócia dele. Isso vai evitar que, em algum momento, ocorra a venda do último terreno disponível, liquidando Brasília. Ao ter a agência como sócia, a empresa deixa de gastar com a compra de um terreno, que imobiliza capital que poderia ser investido no negócio.

INDÚSTRIA LOCAL

Nos anos 2000, o governo federal instituiu a compra local da merenda escolar: pelo menos 30% deve ser produzida por pequenos produtores na unidade federativa em que é consumida. Acho que deveríamos ter um mecanismo no mesmo sentido. Se o Distrito Federal for comprar armários, que compre daqui. É um mecanismo que fortalece a indústria local, que tem um empresariado competitivo. Visitei em Ceilândia uma empresa com 80 funcionários que produz chapas metálicas e que

**HOJE BRASÍLIA
ESTÁ TRAVADA E
GOIÁS, ATRAINDO
OS INVESTIDORES.
EU NÃO CRITICO
O EMPRESÁRIO
QUE VAI PARA
GOIÁS, CRITICO O
GOVERNO QUE NÃO
TEM CAPACIDADE
DE MANTER ESSE
EMPRESÁRIO
AQUI.**

vende a oito países da América do Sul. Como ela, temos várias empresas no DF que exportam. Eu acho muito importante que o setor empresarial defenda seus interesses e acompanhe a Câmara Legislativa mais de perto. O setor teve papel de grande importância quando lutou pela aprovação do Código de Obras e Edificações, por exemplo.

PARCERIAS E CONCESSÕES

O governo vai ter muita dificuldade para fazer parcerias público-privadas. A do Centro Administrativo, que eu considerava a principal, está parada. Com essa situação, quem vai querer investir em PPP em Brasília? O Estádio Mané Garrincha é criticado porque imaginam que aquilo é só um campo de futebol. Eu sempre disse que ali até haveria jogos de futebol, mas que aquele espaço é muito mais, é uma arena multiúso. Entregar aquela estrutura à iniciativa privada vai alavancar o desenvolvimento da cidade. Sem dúvidas há espaço para parcerias. O Pavilhão de Exposições do Parque

da Cidade é um exemplo de espaço que precisa de solução. Em vez de entregar o Parque da Cidade todo, o correto seria fazer parcerias com o que é mais simples de se resolver.

CRESCIMENTO ECONÔMICO

Os programas de desenvolvimento foram mal direcionados. Houve favoritismo, gente sem capacidade para produzir que ganhou terrenos — tanto é que hoje há muitas dessas áreas alugadas para igrejas. Elas têm que existir, mas área de desenvolvimento econômico é só para esse fim. Não faz sentido terrenos tão valorosos alugados para igrejas e boates. Em 2014, no fim do governo, havia U\$50 milhões em caixa, dinheiro de um empréstimo do Bird, para melhoria de infraestrutura de três ADEs, mas esse dinheiro se perdeu.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Estamos falando há pelo menos 25 anos de uma cidade digital e eu acho que essa é a vocação de Brasília. Lembro o momento, nos anos 2000,

TEMOS UMA SITUAÇÃO PRIVILEGIADA. COMO ESTAMOS NO CENTRO DO BRASIL, É ESTRATEGICAMENTE MELHOR PRODUZIR EM BRASÍLIA PARA VENDER AO NORTE E AO NORDESTE. AS ESTRADAS ESTÃO FEITAS. NO FUTURO, QUANDO FOR INAUGURADA A FERROVIA NORTE-SUL, É PRECISO FAZER UM RAMAL ATÉ BRASÍLIA.

quando intermediei os contatos entre o governo federal e o local para a instalação aqui na cidade do segundo espelho, que é uma estrutura de proteção e guarda de informações do Banco do Brasil. O Banco do Brasil instalou o centro dele, a Caixa Econômica também, mas não houve atrativos para mais nenhuma empresa. Para fortalecer o parque tecnológico como está hoje, é preciso de alguém na Secretaria de Desenvolvimento Econômico com capacidade. Esse tema é tão importante que o governador deveria levar para o gabinete dele.

QUALIFICAÇÃO E EMPREGO

Temos os Institutos Federais, que precisam ter sintonia com a indústria, que tem vagas sem trabalhador qualificado para assumir. A indústria de transformação não encontra mão de obra de qualidade. É necessário o governo perguntar de que profissionais as indústrias precisam. Essa falta de conversa faz com que o empresário gaste muito com formação profissional. É importante, ainda, garantir a inclusão de todos os segmentos no

mercado. Para o apenado ter a oportunidade de se ressocializar, por exemplo, o emprego é um passo muito importante. As pessoas com deficiência também precisam ter espaço garantido. De qualquer forma, falta apoio do governo para que o empresário cumpra a legislação e é necessário que se façam ajustes para evitar punições.

LOGÍSTICA E MOBILIDADE

Temos uma situação privilegiada. Como estamos no centro do Brasil, é estrategicamente melhor produzir em Brasília para vender ao Norte e ao Nordeste. As estradas estão feitas. No futuro, quando for inaugurada a Ferrovia Norte-Sul, será preciso fazer um ramal até Brasília. Em 2014, foi contratado o projeto dos corredores de ônibus. O corredor sul, que é a ligação do Gama e Santa Maria até o Plano Piloto, foi feito. Para o corredor oeste, que liga Ceilândia, saindo do Sol Nascente, ao Plano Piloto, o projeto estava pronto e o dinheiro, captado. Para o corredor norte, do centro até Planaltina, o projeto

também estava pronto. O governo atual precisava licitá-lo, mas não o fez e perdeu o dinheiro. A obra na Saída Norte é um pequeno trecho do que seria o corredor norte. A solução para nosso transporte urbano está nos corredores. O metrô é importante, mas caro demais. Uma estação precisa de no mínimo dois anos para ser construída, e os corredores são rápidos de executar. Sobre o Entorno, é difícil operacionalizar uma unificação de bilhete. Eu temo que, à medida que a gente melhora nosso transporte, se não tiver capacidade de discutir a região metropolitana como um todo, vamos acabar tendo empresas que atuam no Entorno deixando passageiros nos terminais do DF, nos obrigando a arcar com custos que não são nossos.

CLÁUDIO ABRANTES (PDT)

FRANCISCO CLÁUDIO DE ABRANTES

CATOLÉ DO ROCHA (PB), 28/12/1968

EM BRASÍLIA DESDE O INÍCIO DA DÉCADA DE 1980

POLICIAL CIVIL E PROFESSOR

CATÓLICO

CARGO PÚBLICO ANTERIOR

DEPUTADO DISTRITAL (2009-2010, 2011-2014

E 2015-2018)

CLÁUDIO ABRANTES

TRAJETÓRIA POLÍTICA

ENTROU NO PPS EM 2004 E, EM 2009, ASSUMIU COMO SUPLENTE O PRIMEIRO MANDATO NA CÂMARA LEGISLATIVA. FOI ELEITO DEPUTADO DISTRITAL EM 2010 E SAIU DO PPS EM 2013, ANO EM QUE SE FILIOU AO PT. COMO SUPLENTE, VOLTOU À CASA EM SETEMBRO DE 2015 E POSTERIORMENTE ENTROU NA REDE, PARTIDO EM QUE PERMANECERU ATÉ 2017. FILIOU-SE AO PDT EM 2018.



CONTINUAREMOS TRABALHANDO PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, PELA VALORIZAÇÃO DA CULTURA LOCAL E DOS MOVIMENTOS RELIGIOSOS, PELO INCENTIVO AO ESPORTE E AO LAZER E PELO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO DF. PRECISAMOS FORTALECER OS ATRATIVOS QUE TEMOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS. COSTUMAMOS IR A PIRENÓPOLIS (GO), POR EXEMPLO, SENDO QUE EM PLANALTINA HÁ UM CENTRO HISTÓRICO DO SÉCULO XVIII. NO DF HÁ GASTRONOMIA, MUSEUS, IGREJAS, PRAÇAS E DIVERSOS OUTROS LUGARES PARA EXPLORAR. ISSO SEM CONTAR AS CIDADES ONDE HÁ CACHOEIRAS E ESPETÁCULOS CULTURAIS. TRABALHAREI PARA QUE ESSE TIPO DE TURISMO SEJA MAIS BEM APROVEITADO. OUTRA BANDEIRA DO MEU MANDATO É ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO DE AMPARO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DA QUE GARANTE A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS.

SERVIDORES PÚBLICOS

Entre nossas prioridades estão a luta para garantir melhores condições de trabalho para a Polícia Civil do DF e a paridade dos vencimentos entre a corporação e a Polícia Federal, corrigindo uma injustiça com os policiais da nossa cidade.

Vamos defender, ainda, o pagamento dos reajustes prometidos por governos anteriores aos policiais e bombeiros militares e aos demais servidores que não tiveram esse compromisso honrado.

CULTURA LOCAL

Uma das minhas propostas para o desenvolvimento do DF é elaborar uma pesquisa para avaliar o PIB da cultura local.

O estudo, feito pela Codeplan, daria uma dimensão real do quanto se gasta e do quanto esse segmento gera de renda, não só no Plano Piloto, mas em todas as regiões administrativas que são polos de festas, teatro e cultura popular.

Há uma dificuldade em delimitar o que é cultura, mas a comida da feira, por exemplo, é cultural. Temos que considerar o que gira de capital ali também. Os dados

servirão para embasar os projetos de lei e as políticas de fomento à cultura nas cidades e, conseqüentemente, ao turismo.

Se tivermos uma avaliação científica sobre o quanto circula de dinheiro, poderemos desenvolver as políticas públicas de forma mais consistente e fazer com que a cultura não seja só uma ação da sociedade, e sim uma fonte geradora de emprego e renda.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

O empreendedor precisa de incentivos fiscais para investir. Isso é prerrogativa do Executivo, mas podemos articular e trabalhar de forma política para que ocorram. É necessário, ainda, reduzir a burocracia, diminuindo a quantidade de documentação necessária para abrir e para fechar empresas. Outro ponto importante é apostar na qualificação dos servidores dos órgãos para dar agilidade a esse processo, atualmente muito moroso.

DESENVOLVIMENTO

É preciso considerar o papel dos setores público e privado na sociedade.

É importante que o poder público apoie medidas que tenham como objetivo diversificar a natureza dos negócios, com foco no desenvolvimento econômico e na geração de empregos. Com o trabalho da esfera política e o envolvimento do setor produtivo, estaremos no caminho certo para ampliar o nosso PIB. Temos que descobrir quais são as vocações de cada cidade e investir nesses potenciais. O Gama está se desenvolvendo para a aviação por conta do câmpus da UnB, que tem o curso de engenharia de aviação. Poderíamos fomentar pequenas empresas ligadas a essa área para que se instalem próximo a universidade, por meio de concessões de uso de lotes por tempo determinado. Se, após esse período, o empreendimento der certo e a pessoa quiser comprar o terreno, poderá fazer isso por meio de um programa de financiamento. As ADEs deveriam seguir essa lógica, considerando a vocação e a atividade comercial predominante. Isso deveria ocorrer com regras claras, que permitam ao empresário usufruir aquele imóvel de maneira indireta.

No caso das micro e pequenas empresas, permitir conjugar o uso empresarial e residencial. Deveríamos tratar essa questão de maneira mais humanitária.

TRIBUTAÇÃO

O governo eleito sinalizou a equiparação tributária, de forma escalonada, entre o DF e Goiás, como forma de trazer empresas para cá e também de manter aquelas aqui já instaladas. Essa medida tem como objetivo reverter a evasão de empresas, que tem penalizado a cidade. A consequência disso será a geração de emprego e o aumento da capacidade de consumo do brasiliense. O DF deve ter condições de competitividade em relação a outras unidades da Federação. Temos tudo a favor para que a cidade cresça: localização central, regularidade climática e mercado aberto ao consumo.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Temos que valorizar a UnB como polo de pesquisa e berço de iniciativas que fortalecem o desenvolvimento tecnológico da cidade. O Biotic, por sua vez, merece atenção especial. O

**COM O TRABALHO
DA ESFERA
POLÍTICA E O
ENVOLVIMENTO
DO SETOR
PRODUTIVO,
ESTAREMOS NO
CAMINHO CERTO
PARA AMPLIAR O
NOSSO PIB.**

DF tem plenas condições de despontar na tecnologia e sobretudo na biotecnologia, devido à riqueza do Cerrado e do nosso capital humano. Nesse sentido, buscaremos todas as alternativas para estimular esse crescimento.

LOGÍSTICA

A localização privilegiada do DF faz com que a cidade possa ser facilmente transformada em referência para a produção e para o escoamento de mercadorias. Uma das estruturas que poderia ser mais bem aproveitada para cumprir esse desafio é o Porto Seco. Para que isso ocorra, o governo local deve manter a integração com os municípios que formam a região metropolitana, com o objetivo de promover uma dinâmica de transporte que beneficie tanto o escoamento de cargas quanto o transporte de passageiros.

MOBILIDADE

O foco das políticas de mobilidade deve ser o passageiro, e não as empresas. Um dos maiores problemas do transporte urbano é que muitos dos terminais de passageiros não atendem às regiões administrativas de forma

abrangente. Na maioria dos casos, o cidadão acaba tendo que ir até o outro lado da cidade para depois embarcar em um carro e seguir para o seu destino. Temos que encontrar uma solução para diminuir o desgaste causado pelo sistema de linhas troncais e alimentadoras do transporte urbano. O trabalhador já chega exausto ao local de trabalho por conta do serviço de qualidade ruim e, na volta para casa, as condições são piores. Precisamos investir em estudos para melhorar essa situação urgentemente.

MEIO AMBIENTE

O cuidado com a natureza deve ser permanente e rigoroso, ao passo que as questões de ocupação e uso do solo devem acompanhar as demandas da sociedade. Esse diálogo costuma ser complexo justamente por isso. O ZEE deve ser entendido como importante instrumento de controle e de preservação da natureza e de desenvolvimento sustentável. Acredito que o licenciamento ambiental simplificado será benéfico para o setor produtivo. É necessário haver padronização, dando ao empreendedor uma

**O DF DEVE TER
CONDIÇÕES DE
COMPETITIVIDADE
EM RELAÇÃO A
OUTRAS UNIDADES
DA FEDERAÇÃO.
TEMOS TUDO A
FAVOR PARA QUE
A CIDADE CRESÇA:
LOCALIZAÇÃO
CENTRAL,
REGULARIDADE
CLIMÁTICA E
MERCADO ABERTO
AO CONSUMO.**

previsibilidade real das demandas que terá de atender para ter a documentação em dia e poder exercer suas atividades.

GESTÃO PÚBLICA

Sou contrário a privatizações nas atividades primárias do Estado, como educação, saúde e segurança. O mesmo ocorre com as empresas de energia elétrica e de fornecimento de água, que considero estratégicas para o poder público. É importante que haja a valorização e a fiscalização dessas estatais, para que sejam sustentáveis e lucrativas e tenham como foco o cidadão, que é o cliente final. O BRB, que também deve permanecer na administração pública, precisa ser um banco de fomento. É evidente que, como instituição financeira, deve visar ao lucro, mas esse lucro tem que retornar para o DF como fomento para que a atividade do setor produtivo possa girar e, consequentemente, fornecer ainda mais recursos para o banco. Em casos específicos, a flexibilização do modelo

de gestão pública pode ajudar. O Instituto Parque da Granja do Torto, por exemplo, facilita a abertura do mercado e atrai eventos, congressos e seminários.

DIÁLOGO INSTITUCIONAL

Como instituição representativa da população do DF, a Câmara Legislativa não pode ser um espaço de decisões unilaterais. As discussões e a elaboração dos projetos de lei devem envolver todas as partes impactadas de alguma forma. No que diz respeito ao setor produtivo, vamos dar prioridade a essa aproximação para podermos adotar as melhores práticas para o DF. Estaremos em diálogo permanente também com o governo local.

DANIEL DONIZET (PRP)

DANIEL XAVIER DONIZET

LUZIÂNIA (GO), 24/12/1981

EM BRASÍLIA DESDE 1981

PROFESSOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DANIEL DONIZET

TRAJETÓRIA POLÍTICA

FILIOU-SE AO PR EM 2010 E DISPUTOU PELA PRIMEIRA VEZ AS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO DISTRITAL. MANTÉM DESDE 2017 UM CANAL NA INTERNET, VOLTADO AOS JOVENS, EM QUE FALA SOBRE INFORMÁTICA, MARKETING DIGITAL, EMPREENDEDORISMO E POLÍTICA. ENTRou NO PRP EM 2018.



É INACEITÁVEL QUE, NOS DIAS DE HOJE, A CAPITAL DA REPÚBLICA TRABALHE DE FORMA ANALÓGICA COM TANTAS POSSIBILIDADES NA TECNOLOGIA. ESTAMOS NA CONTRAMÃO DA MODERNIDADE. ENQUANTO O MUNDO SE DIGITALIZA, TRABALHAMOS EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS. VOU LUTAR PARA SENSIBILIZAR O EXECUTIVO E VIABILIZAR PROJETOS QUE FOMENTEM O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NO DF. ACREDITO QUE ESSE SEJA O CAMINHO E A VOCAÇÃO DA CIDADE: ESTIMULAR A PESQUISA CIENTÍFICA, A INOVAÇÃO E A TECNOLOGIA NO AMBIENTE PRODUTIVO. ALÉM DISSO, PODEMOS USAR A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA PARA DESBUROCRATIZAR O SERVIÇO PÚBLICO.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

O Biotic é um polo de geração de negócios, e acredito que será uma das áreas em que mais empenharei meu mandato. Isso pode ocorrer por meio da destinação de recursos e da construção de parcerias com o setor privado. Temos que fortalecer essa iniciativa para melhorarmos a prestação dos serviços ao cidadão e desenvolver a economia — principalmente estimulando os jovens a gerar riqueza, como ocorre no Vale do Silício, em São Francisco, nos Estados Unidos.

O Parque Tecnológico de Brasília foi criado para oferecer meios de cooperação entre empresas, universidades e centros de pesquisa. O conceito é o mesmo do modelo norte-americano, então devemos fazê-lo funcionar da mesma forma. Lá é uma incubadora de *startups*, um polo de desenvolvimento em que os jovens são incentivados a se envolver em projetos tecnológicos desde a faculdade. Por meio da tecnologia, podemos resolver problemas na área que for: saúde, segurança pública, meio ambiente.

O BIOTIC É UM
POLO DE GERAÇÃO
DE NEGÓCIOS, E
ACREDITO QUE
SERÁ UMA DAS
ÁREAS EM QUE MAIS
EMPENHAREI MEU
MANDATO.

CAPACITAÇÃO

Temos que profissionalizar as pessoas para gerar empregos. Tenho um projeto chamado Escola de Profissões, que seguirá o mesmo modelo do Senai, só que cem por cento gratuito [o parlamentar foi instrutor do Senai-DF de 2012 a 2015]. A ideia é que cada região administrativa tenha uma escola na qual serão oferecidos diversos cursos técnicos. Temos que apostar em uma gama de profissões para que a pessoa escolha com qual delas tem maior afinidade. Tecnologia será uma vertente, mas também a mecânica, a moda. Uma vez formado, esse aluno será encaminhado a empresas parceiras. Outro caminho é estimular as parcerias com o próprio Sistema S. De nada adianta atrairmos as empresas para gerar emprego se não tivermos pessoas qualificadas para os postos de trabalho. Na área da tecnologia, por exemplo, há vagas, mas não há pessoas qualificadas.

APLICATIVO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS

Quero sensibilizar o Executivo e ajudar a desenvolver a plataforma GDF Digital, idealizada por

mim. Será um aplicativo que concentrará o acesso a todos os serviços públicos, divididos por módulos: saúde, segurança pública e serviços administrativos. Com ele, o cidadão poderá marcar consultas médicas, verificar a disponibilidade de medicamentos, se o hospital está aberto, se tem a especialidade necessária para o atendimento. Por meio do aplicativo, também será possível acionar a Polícia Militar, que atenderá aos chamados por meio do sistema de geolocalização. Em vez de ligar 190, a pessoa poderá acionar o botão de emergência que entra em contato direto com a viatura policial mais próxima. Isso também servirá para o Corpo de Bombeiros e para o Samu. Em relação aos serviços administrativos, será possível agendar atendimento no Detran, na CEB e na Caesb. Assim como nos aplicativos de transporte individual de passageiros, os usuários poderão avaliar o atendimento, o que servirá como uma resposta sobre a qualidade do serviço público.

DESBUROCRATIZAÇÃO

A abertura de empresas no DF é uma via-crúcis. Pretendo apoiar

o Executivo em todas as questões que digam respeito a esse assunto. A desburocratização é uma das minhas prioridades: simplificar a vida daqueles que querem investir e gerar emprego e renda na cidade. Minha função nesse ponto é cobrar o cumprimento das promessas do governo para agilizar ao máximo a entrega de alvarás e de licenças.

ECONOMIA

Um dos maiores problemas enfrentados pelo DF para atrair empresas é a questão tributária, por conta dos altos impostos. Temos que cobrar o mesmo tanto que os estados vizinhos cobram. Muitos empresários acabam indo para lugares como Luziânia (GO), em que a tributação é menor. Também precisamos compensar os custos de instalação, logística e operação que demanda um empreendimento. Com a possibilidade aberta pela Lei Complementar nº 160/2017, que permite a convalidação de benefícios e incentivos de unidades federativas da mesma região, poderemos criar condições para que novas empresas queiram

vir para cá. Temos alta renda *per capita* e, sem o entrave da tributação, diversos segmentos poderiam facilmente conquistar o mercado local.

LOGÍSTICA

Quando Juscelino Kubitschek chegou aqui, uma das coisas que ele pensava era em construir uma cidade que se tornasse um ponto logístico de integração com as Regiões Sul, Norte e Nordeste. A questão é que diversas ações que deveriam ter sido concretizadas nas décadas seguintes foram abandonadas. Seria interessante levar adiante a realização de estudos de viabilidade para a construção de um aeroporto de cargas, por exemplo. Além disso, temos que nos preocupar com a malha viária. Não adianta nada termos o Porto Seco se não criarmos um bom sistema de distribuição de produtos. É necessário haver sensibilidade do Executivo e da Câmara Legislativa e diálogo para tratar desse tema.

TRANSPORTE URBANO

Se pensarmos na relação viária entre DF e Entorno, a situação é complicada. É preciso aumentar a

extensão do BRT na região sul do Entorno, onde ficam Valparaíso e Luziânia, como forma de desafogar o trânsito naquela área. Milhares vêm para Brasília diariamente para estudar e trabalhar e isso seria uma solução para a qualidade de vida. Também vou lutar para que o metrô vá até o fim da Asa Norte. É uma obra grande, mas precisamos começá-la. Depois disso, o metrô tem que chegar do Gama a Planaltina. Temos que começar agora, para depois haver metrô em todo o DF. Não adianta criarmos soluções apenas como construção de viadutos e duplicação de vias. Isso ajuda, é claro, mas precisamos de um transporte público de qualidade — mais rápido, seguro e barato.

OCUPAÇÃO DO SOLO

Acredito que a Luos seja a base para o desenvolvimento da cidade e para a melhoria da qualidade de vida, e aposto na UnB como principal parceira na aplicação dessa lei. Os erros praticados por governos anteriores destruíram o planejamento urbanístico de Brasília. A consequência dessa má gestão foi um crescimento

**NÃO ADIANTA
NADA TERMOS O
PORTO SECO SE
NÃO CRIARMOS
UM BOM SISTEMA
DE DISTRIBUIÇÃO
DE PRODUTOS.
É NECESSÁRIO
HAVER
SENSIBILIDADE
DO EXECUTIVO
E DA CÂMARA
LEGISLATIVA
PARA TRATAR
DESSE TEMA.**

desordenado e sem controle, que não considerou a ampliação da cidade, a necessidade de hospitais, escolas e delegacias. O primeiro grande desafio do governo é resolver a questão fundiária: definir a destinação de áreas, a desafetação e a questão da segurança jurídica para os moradores. Não se pode admitir o sofrimento de tantas famílias que se tornaram reféns de grileiros. É preciso haver resposta rápida. No que depender de mim, essa questão será tratada com seriedade, profissionalismo e transparência.

PRIVATIZAÇÃO

O principal requisito deve ser o custo-benefício da medida. Não podemos privatizar simplesmente para fazê-lo. Deve-se levar em conta se o modelo será econômico para os cofres públicos e se haverá melhorias nos serviços prestados à população. Tudo isso sem comprometer a soberania nacional. Sabemos que as atividades desenvolvidas na esfera privada costumam dar maior satisfação ao usuário. Um dos casos em que acredito que a privatização seria positiva é o Estádio Mané

Garrincha. Seria um caminho para desonerar o Estado, que gasta muito para mantê-lo.

DEFESA DOS ANIMAIS

Cuidar dos animais é dever do Estado, garantido pela Constituição Federal. No DF, há milhares de gatos e cachorros que são constantemente vítimas de abandono e maus-tratos. Precisamos de políticas públicas que tenham como objetivo intensificar a fiscalização e a atuação no combate a essas práticas. Uma das formas de proteger os bichos seria criar abrigos. Não podemos deixar esse trabalho apenas para os voluntários. Hoje, se um animal precisa de cuidados médicos, só temos um hospital veterinário público, em Taguatinga. Essa unidade é muito limitada. O pronto-socorro funciona de segunda a sexta-feira, em horário comercial. Ou seja, se um gato ou cachorro for atropelado ou precisar de cuidados médicos no fim de semana ou à noite, não será atendido. Precisamos ampliar o hospital veterinário, colocá-lo para funcionar o dia todo e aumentar sua capacidade de atendimento.

DIÁLOGO INSTITUCIONAL

Meu gabinete estará sempre aberto ao segmento empresarial, porque acredito que o diálogo com o setor produtivo seja fundamental para o crescimento da cidade. É preciso consultar as partes envolvidas na elaboração de leis que as atinjam. Temos que conversar e debater sempre, não apenas nas audiências públicas, mas bem antes, para que possamos verificar as necessidades e as projeções de cada área. Essa aproximação é fundamental para conseguirmos gerar mais emprego e aumentar a arrecadação. Quem está na ponta sabe muito melhor o que ocorre na prática.

DELEGADO FERNANDO FERNANDES (PROS)

FERNANDO BATISTA FERNANDES

BRASÍLIA (DF), 4/9/1969

DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL DO DF

CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES

DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL DO DF (DESDE 1999)

CONSELHEIRO TUTELAR DE CEILÂNDIA (2013-2015)

DELEGADO FERNANDO FERNANDES

TRAJETÓRIA POLÍTICA

INICIOU A CARREIRA PÚBLICA COMO SERVIDOR DA SECRETARIA DE SAÚDE. INGRESSOU NA POLÍCIA CIVIL DO DF COMO ESCRIVÃO, EM 1993, E TORNOU-SE DELEGADO EM 1999. EM 2013, FOI ELEITO CONSELHEIRO TUTELAR DE CEILÂNDIA E PRESIDIU O CONSELHO ATÉ 2015. FOI MEMBRO DO PRTB DE 2013 A 2015. EM 2014, SE CANDIDATOU A DEPUTADO DISTRITAL PELA PRIMEIRA VEZ E TORNOU-SE SUPLENTE. FILIOU-SE AO PROS EM 2018.



TRABALHO HÁ ANOS NAS PERIFERIAS DO DF, ESPECIALMENTE EM CEILÂNDIA. JÁ PASSEI POR DIVERSAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS, E O QUE PERCEBO É A FALTA DE OPORTUNIDADE. COMO NÃO PODERIA SER DIFERENTE, DEVIDO À MINHA HISTÓRIA, MINHAS PRIORIDADES NA CÂMARA LEGISLATIVA SERÃO A EDUCAÇÃO E A SEGURANÇA PÚBLICA — EXATAMENTE NESSA ORDEM. AO INVÉS DE REFORÇAR PRIMEIRAMENTE A SEGURANÇA, ESPERAMOS CONTRIBUIR PARA A EDUCAÇÃO, QUE É A MELHOR FORMA DE PREVENIR A CRIMINALIDADE E DE INSERIR O JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO.

ATENÇÃO AO JOVEM

No Sol Nascente, por exemplo, faz anos que não constroem uma sala de aula. Temos poucas escolas, algumas só para crianças pequenas, o que acaba favorecendo o recrutamento dos nossos jovens e adolescentes pelos criminosos. Eles são atraídos pela promessa do dinheiro fácil, por meio do tráfico de drogas, e têm a ideia de que o menor de idade não será alcançado pela legislação, mesmo sabendo que, no Brasil, qualquer cidadão a partir dos 12 anos pode passar até três anos em uma unidade de internação provisória. Para combater esse tipo de situação, queremos oferecer mais escolas com vagas em período integral. É uma medida importante, porque a maioria dos pais e mães, especialmente nas áreas mais carentes, trabalha fora, e o jovem acaba ficando sozinho, vulnerável, à mercê dos criminosos. É fundamental também que se fomentem parcerias para que o jovem tenha oportunidades de trabalho como menor aprendiz. Quando o adolescente de 14 anos começa a trabalhar, dificulta o alcance dos criminosos. No Conselho

Tutelar de Ceilândia, fizemos convênios com agências de estágio e conseguimos encaminhar mais de mil jovens às empresas. Isso evitou que muitos deles abandonassem os estudos e se voltassem para o crime, o que se refletiu em benefícios para toda a família. As cotas têm essa característica de inclusão social, não só para os adolescentes, mas também para as pessoas com deficiência, que muitas vezes recuperam sua dignidade por meio do trabalho.

QUALIFICAÇÃO

Precisamos retomar o ensino técnico profissionalizante, que é um investimento fundamental para preparar a juventude para o mercado de trabalho. Na década de 1980, quando fiz o ensino médio, me formei como auxiliar de escritório e administrativo, algo que transformou minha vida. Até então, eu trabalhava como servente de obras, mas, com a ajuda do estágio, fui incentivado a continuar estudando e a buscar meu crescimento profissional. Sou fruto desse tipo de iniciativa.

SEGURANÇA JURÍDICA

Um dos desafios desta composição da Câmara Legislativa será resgatar a confiabilidade da Casa. Muitas das proposições acabam sendo consideradas inconstitucionais. Nossa meta será trabalhar com o Executivo, no sentido de viabilizar leis constitucionais que garantam a segurança jurídica de investidores, especialmente do ramo produtivo, que é quem gera emprego. Sabemos que precisamos aumentar a arrecadação fiscal no DF, mas isso deve ser feito com a geração de empregos, e não com o aumento de impostos.

DESBUROCRATIZAÇÃO

Agilidade é a palavra. Pretendemos ajudar a acelerar as instalações de empreendimentos com a liberação de alvarás de forma rápida para estimular novos empreendedores, indústrias e empregos. Nos moldes de hoje, em virtude da burocracia, muitas pessoas acabam infringindo a lei: preferem se instalar primeiro para depois correr atrás da documentação. Enquanto poucos privilegiados

conseguem agilidade no processo, os demais têm que enfrentar filas e apresentar documentos muitas vezes inúteis, que acabam servindo apenas para desestimular a instalação de empresas.

ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO

Falta incentivo do poder público. Há áreas de desenvolvimento econômico totalmente sucateadas, até sem asfalto, o que dificulta o desenvolvimento do setor produtivo. Em Ceilândia, mais da metade dos galpões do setor de indústrias está fechada ou exercendo outras atividades. O mesmo ocorre com outras ADEs. O que esperamos na Câmara Legislativa é colaborar para garantir essa infraestrutura e fiscalizar o que é feito nessas áreas.

GUERRA FISCAL

A falta de incentivos fiscais muitas vezes faz com que os empresários acabem deixando o DF e procurando locais mais atrativos. Com a possibilidade de convalidar os benefícios fiscais, teremos a oportunidade de fazer com que as empresas e as indústrias permaneçam

**É FUNDAMENTAL
QUE SE FOMENTEM
PARCERIAS
PARA QUE O
JOVEM TENHA
OPORTUNIDADES
DE TRABALHO
COMO MENOR
APRENDIZ,
DIFICULTANDO
O ALCANCE DE
CRIMINOSOS.**

no DF e gerem empregos, além de aproximar aquelas que acabaram deixando o território para empreender aqui ao lado.

ENTORNO

Vamos olhar para essa região como parte do DF, o que é o caminho natural. É preciso melhorar o transporte para os trabalhadores que vêm para o DF e também reduzir o valor das tarifas. Em cidades como Valparaíso, Luziânia e Águas Lindas, as reclamações dos trabalhadores são constantes. Há também casos em que os empresários acabam dispensando os empregados devido a essa tarifa muito alta.

Uma das soluções é o transporte integrado e a expansão do metrô para essas áreas, o que traria benefícios não só às indústrias locais, mas à Ride como um todo.

LOGÍSTICA

Nossa localização é privilegiada, mas temos o Porto Seco praticamente desativado, sem incentivos, e uma malha ferroviária mal aproveitada. Deveríamos utilizar essa estrutura

que já temos por meio de incentivos e da destinação de recursos, para que elas sejam mais bem aproveitadas pelos empresários.

USO DO SOLO

Se voltarmos na história do DF, vemos que Brasília foi bem organizada e planejada. O problema é que houve desvirtuamento da vocação da cidade ao aprovar setores como o Sudoeste e Águas Claras. É fundamental que haja planejamento em relação aos impactos ambientais, de trânsito e das construções, bem como em relação às zonas produtivas. Precisamos retomar o espírito do projeto da cidade, em que havia setores especializados para cada fim. Essa é uma forma de atrair investimentos e de resgatar empresas que deixaram o DF.

PRIVATIZAÇÕES

O Estado, não só em esfera federal, mas também distrital, está muito inchado. O Brasil tem empresas que às vezes só servem para apadrinhamentos de cabos eleitorais para acordos políticos. Em conjunto com

**PRECISAMOS
RETOMAR O
ESPÍRITO DO
PROJETO DA
CIDADE, EM QUE
HAVIA SETORES
ESPECIALIZADOS
PARA CADA FIM.
É UMA FORMA
DE ATRAIR
INVESTIMENTOS
E DE RESGATAR
EMPRESAS QUE
DEIXARAM O DF.**

nossos colegas deputados federais e senadores, vamos estudar uma proposta conjunta para enxugamento da máquina pública, gerando mais eficiência especialmente para o setor produtivo.

DIÁLOGO

Nós, parlamentares, viemos de áreas diferentes. Uns vêm da educação, outros da segurança e de outros setores distintos. Mas todos precisamos desse suporte das entidades representativas no diálogo e na construção de projetos. Sugestões são muito bem-vindas para tomarmos conhecimento da atual situação do setor produtivo e para sermos úteis naquilo que for benéfico para a população do DF.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Temos que fortalecer o parque tecnológico, que foi feito com a ideia de incentivar a indústria de inovação, mas que está lá praticamente parado na Granja do Torto. Devemos aproveitar a estrutura existente, bem como a vocação natural do DF para o desenvolvimento tecnológico.

Há várias faculdades e universidades voltadas para esse fim, que podem ser parceiras para que possamos usufruir ao máximo essa relação do DF com a inovação.

SEGURANÇA PÚBLICA

Trabalharemos intensamente para a reabertura imediata das delegacias de Brasília. Das 31 existentes, 20 fecham à noite e nos fins de semana, o que causa uma falsa sensação de segurança por conta das estatísticas. Muitas vezes a pessoa sofre um assalto ou tem a casa furtada, vai à delegacia e está fechada, então acaba não registrando a ocorrência. Isso gera um número final errado de estatística de segurança. Também precisamos recompor os quadros das Polícias Civil e Militar, a fim de retomar a segurança dos nossos cidadãos, especialmente na periferia.

DELMASSO (PRB)

RODRIGO GERMANO DELMASSO MARTINS

MARINGÁ (PR), 9/6/1980

EM BRASÍLIA DESDE 1984

GESTOR PÚBLICO

EVANGÉLICO

CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES

SECRETÁRIO DE TRABALHO DO DF (2009-2010)

SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA
DE MEIO AMBIENTE DO DF (2011-2014)

DEPUTADO DISTRITAL (2015-2018)

DELMASSO

TRAJETÓRIA POLÍTICA

ATUANTE NO MOVIMENTO ESTUDANTIL, FOI PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETÁRIO-GERAL DA JUVENTUDE NACIONAL DO PSDB. FILIOU-SE EM 2009 AO PTN, PARTIDO DO QUAL SE TORNOU PRESIDENTE REGIONAL EM 2013. EM 2018, FILIOU-SE AO PRB. É PASTOR DA IGREJA SARA NOSSA TERRA.



ALGO QUE CONTINUAREI A FAZER NA CASA SERÁ DEFENDER OS PRINCÍPIOS DA FAMÍLIA, VALORIZANDO O QUE EU CHAMO DE FAMÍLIA CONSTITUCIONAL. OUTRA QUESTÃO QUE SERÁ AMPLAMENTE ABORDADA NO MEU MANDATO É UMA REFORMA TRIBUTÁRIA DISTRITAL PARA AQUECER A ECONOMIA, DIMINUIR O CUSTO DE VIDA E COMBATER O DESEMPREGO. QUEREMOS PROTAGONIZAR ESSE DEBATE COM TODO O SETOR PRODUTIVO, ÁREA POR ÁREA: INDÚSTRIA, SERVIÇOS E COMÉRCIO.

DESBUROCRATIZAÇÃO

O primeiro ponto a ser combatido é a questão da burocracia. Hoje, um empresário que queira abrir um posto de gasolina, por exemplo, demora um ano e meio para conseguir uma licença ambiental. Por que não automatizar esse trâmite? A lei já explica o que é preciso apresentar. É necessário colocar o processo de forma transparente, digital, ao invés de abrir um processo físico, que passa de mesa em mesa e muitas vezes fica esquecido entre uma e outra. Assim, a análise será muito mais rápida.

USO DO SOLO

O ZEE trata da simplificação de licenciamento ambiental para algumas atividades. Então, quando eu falo da burocracia, falo também da falta da regularização fundiária de Brasília, por isso foi importante a aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo, a Luos. Também temos que aprovar o zoneamento de áreas de interesse social, importante para que o setor produtivo voltado para a construção civil possa saber onde poderá investir nos próximos anos.

QUANTO MAIS
SE DESONERA O
SETOR PRODUTIVO,
MAIS ELE GERA
EMPREGO E RENDA
E FORTALECE A
ECONOMIA.

COMPETITIVIDADE E INFRAESTRUTURA

Temos que equiparar os impostos com os de Goiás, transformar o DF em uma unidade da Federação mais competitiva. Aqui, o ICMS é maior que no estado vizinho, o que faz com que muitas vezes o setor produtivo prefira se instalar na região do Entorno.

O que eu quero é mexer na alíquota, não só nos benefícios fiscais. Quero algo linear. Com certeza, quanto mais se desonera o setor produtivo, mais ele gera emprego e renda e fortalece a economia.

Além disso, acredito que o maior programa de desenvolvimento econômico que o Estado pode fazer é reduzir os impostos.

Porque o empresário quer um ambiente econômico favorável para investir e quer se instalar em um lugar que tenha luz, que tenha asfalto, água, infraestrutura. E isso quem deve dar é a administração pública. Temos que tratar o empresário como parceiro, e não como única fonte de financiamento do Estado.

GERAÇÃO DE EMPREGO

Vivemos um contrassenso. Há no DF 330 mil pessoas

desempregadas — 19,8% da população economicamente ativa. Ao mesmo tempo em que Brasília tem a maior renda *per capita* do Brasil, tem a maior taxa de desemprego das regiões metropolitanas do País. Daí mais um motivo para a urgência de se aprovar uma reforma tributária distrital. Não se gera emprego com imposto alto. Outra questão é a inclusão nas empresas. Podemos destinar recursos às secretarias que devem cumprir o papel da conscientização como política pública. É preciso que as empresas e os funcionários entendam que aquela pessoa entrou porque tem competência para executar o trabalho. Não é obrigar, é convencer de que aquilo é importante para as empresas, que pode haver um profissional mais capacitado e mais comprometido do que aquele que acham que vai dar mais resultado.

Antes de punir, temos que ter conscientização. Em uma indústria de concreto, por exemplo, é complicado ter um concreteiro que tenha deficiência física, é arriscado para a própria vida dele. Outro paradigma que devemos quebrar com a conscientização é em

relação às mulheres. Elas têm capacidade e força para exercer qualquer atividade.

QUALIFICAÇÃO

De modo geral, Brasília é uma das cidades com a população mais bem qualificada do País. Temos uma avenida praticamente destinada às universidades, a W5 Sul, mas ainda falta qualificação profissional. O Sistema S faz um bom trabalho nisso, que deveria ser ampliado. Acredito que o verdadeiro problema hoje seja a falta de vagas de emprego, e não tanto a qualificação profissional.

TRIBUTOS

O Distrito Federal ainda depende economicamente do setor público. Não é preciso fazer uma política de aumento de salário dos servidores, e sim valorizar, aumentar o poder de compra do salário do setor público, porque vivemos em uma economia de consumo. E, para incentivar o consumo, é preciso reduzir o imposto para diminuir o preço. Abaixando o preço, eu aumento o poder de compra do salário do trabalhador, com isso ele consegue consumir mais.

POLO LOGÍSTICO

É preciso entender que a vocação do Distrito Federal é a união de várias vocações. Em Brazlândia e em Planaltina, a vocação é o agronegócio. Em Taguatinga, o setor de serviços e o comércio. Temos uma predisposição para a área de tecnologia, até por causa do Biotec, mas também temos uma predisposição para a logística.

Nós temos o Porto Seco, em Santa Maria, que não tem nada de infraestrutura, mas que poderia e deveria ter. No caso do Aeroporto de Brasília, é o segundo maior aeroporto de pouso e decolagem do País, só perde para Guarulhos (SP). Pousar em Brasília é mais barato, porque estamos mais de mil metros acima do nível do mar, então aqui se gasta menos para decolar e para pousar. Também temos pista dupla, em que é possível pousar e decolar ao mesmo tempo. Mesmo assim, estamos em sétimo lugar como aeroporto de cargas. E o negócio das empresas aéreas é levar as pequenas cargas. Aquilo que compramos pela internet vem em avião de carreira para diminuir o custo. O problema é que temos um

**TEMOS UM CUSTO
ALTÍSSIMO
NO QUE DIZ
RESPEITO AO
DESEMBARAÇO
ADUANEIRO.
ESSA DIFERENÇA
DE ALÍQUOTA É
O QUE FAZ COM
QUE NÃO SEJAMOS
ATRATIVOS COMO
AEROPORTO
DE CARGAS E
PARA EMPRESAS
INTERNACIONAIS.**

custo altíssimo no que diz respeito ao desembarço aduaneiro. Essa diferença de alíquota é o que faz com que não sejamos atrativos como aeroporto de cargas e, conseqüentemente, para empresas internacionais. Minha ideia é propor ao Executivo a transformação do sítio aeroportuário em uma zona de processamento de exportação, como se fosse uma zona franca, em que você diminui as alíquotas. Assim, as empresas poderão abrir suas cargas aqui, inclusive poderemos aumentar a quantidade de voos nacionais e internacionais. Brasília tem isso de ser atrativa por si só, mas, quando entrarmos com esse diferencial, ninguém no Brasil conseguirá nos superar.

MOBILIDADE

O problema é que precisamos tratar as regiões administrativas como cidades, e não como bairros. Elas precisam ter transportes próprios e a integração das linhas tem que ser feita por meio de transporte de massa: metrô, VLT e trem urbano. Temos que criar um trem urbano utilizando a linha que temos, que faça o

transporte dos moradores de Santa Maria, do Núcleo Bandeirante, da Candangolândia, do Guará, de Águas Claras, do Park Way e da Estrutural até a Rodoviária do Plano Piloto. A ideia é transformar a TCB e usar os ônibus para a integração entre o ponto de chegada do trem urbano e o Plano Piloto, mas obviamente é preciso melhorar a qualidade dos ônibus.

INTERAÇÃO COM AS ENTIDADES

Além de produtivo, é interessante que as entidades de classe participem do processo legislativo. Hoje, por exemplo, eu ajudo o projeto Vira Vida, do Conselho Nacional do Sesi, que dá suporte a jovens em situação de vulnerabilidade social. Esse apoio é consequência da interação entre as entidades e a Casa. A Câmara Legislativa é a casa do povo e o povo somos nós. Não podemos fechar as portas para ninguém.

EDUARDO PEDROSA (PTC)

EDUARDO WEYNE PEDROSA

BRASÍLIA (DF), 26/11/1989

EMPRESÁRIO

EVANGÉLICO

EDUARDO PEDROSA

TRAJETÓRIA POLÍTICA

FILIOU-SE AO DEM EM 2010. EM 2014,
CONCORREU A UMA VAGA NA CÂMARA
LEGISLATIVA PELO PPS. ENTROU NO PTC
EM 2018.



VIVEMOS UM MOMENTO NO PAÍS EM QUE AS PESSOAS QUEREM PRODUZIR. ELAS NÃO QUEREM MAIS O PEIXE, E SIM A VARA PARA PESCAR. QUEREM CONQUISTAR O QUE ALMEJAM POR MEIOS PRÓPRIOS, LEVAR PARA CASA O ALIMENTO COMPRADO COM O FRUTO DO SEU TRABALHO. PROMOVER CONDIÇÕES PARA QUE ISSO SEJA POSSÍVEL É DAR DIGNIDADE À POPULAÇÃO. MUITOS TENTAM SE INSERIR NO MERCADO, SEM SUCESSO. HÁ MULHERES QUE NÃO CONSEGUEM TRABALHAR PORQUE NÃO HÁ CRECHES PARA DEIXAR OS FILHOS OU PORQUE NÃO TÊM CONDIÇÕES DE PAGAR UMA PASSAGEM DE ÔNIBUS PARA DEIXAR O CURRÍCULO. DEFENDEREI A GERAÇÃO DE EMPREGO DO PRIMEIRO AO ÚLTIMO DIA DO MEU MANDATO. ISSO ESTÁ TOTALMENTE ATRELADO A INICIATIVAS DE FOMENTO AO SETOR PRODUTIVO. TENHO GRANDE EXPERIÊNCIA NA ÁREA EMPRESARIAL E QUERO USÁ-LA PARA TRABALHAR ATIVAMENTE PENSANDO NOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES. COMO POLÍTICOS, TEMOS QUE DAR CONDIÇÕES PARA QUE AS PESSOAS SEJAM INDEPENDENTES, DESENVOLVENDO O EMPREENDEDORISMO NAS CIDADES.

DESCENTRALIZAÇÃO DA ECONOMIA

As pessoas acabam não empreendendo por medo de dar o primeiro passo, e desistem de ideias promissoras. Um pequeno negócio tem potencial para gerar emprego para muita gente. Devemos ajudar o governo a favorecer a abertura das empresas fora do Plano Piloto para que as regiões administrativas deixem de ser tão dependentes dele. É preciso criar oportunidades de negócios e reinventar o mercado para aumentar as perspectivas.

Se o Estado fosse mais presente, ajudaria a economia local a caminhar, porque a pessoa que trabalha perto de onde mora naturalmente compra perto de casa, valoriza toda uma cadeia regional, do empresário ao pequeno agricultor. Cada região administrativa poderia ter uma área de desenvolvimento econômico de acordo com seu perfil.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O ideal seria o Estado participar mais dessa capacitação, além do que já faz o Sistema S. Precisamos de um projeto

efetivo nas regiões administrativas, que deveria ser encabeçado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Se promovermos a capacitação de forma regional, as pessoas poderão se preparar para atender à demanda específica do mercado de trabalho de onde moram. É possível elaborar parcerias com as empresas no caso da necessidade de mão de obra específica. Elas explicam do que precisam e o governo capacita os trabalhadores, que depois poderão ser contratados. É inteligente investir em ações focadas, em segmentos que sabemos que podem se desenvolver e gerar mais emprego. Temos que mapear o mercado e pensar de forma segmentada também no atendimento a segmentos específicos, como as pessoas com deficiência, para descobrir uma forma de inseri-las com uma perspectiva maior, um salário melhor e de forma mais relevante, em que sejam mais importantes no processo.

A imposição por lei de contratação desses trabalhadores é muito abrangente. Às vezes precisamos empregar

uma quantidade muito grande de pessoas com deficiência, mas o tipo de negócio dificulta porque oferece risco àquele trabalhador. É o que ocorre na construção civil, que normalmente tem uma área administrativa muito pequena.

TRIBUTAÇÃO

É preciso reduzir o ICMS e o IPTU no Distrito Federal. Temos condições de elaborar planos de incentivo fiscal para as empresas locais e de destinar recursos para que novas empresas se fixem aqui.

A redução do ICMS e a revisão da substituição tributária são necessárias para que o empresário venha para cá.

APOIO A PESQUISAS

Podemos nos espelhar em um modelo que vem da iniciativa privada, que é o de fazer parcerias com startups. A ideia é usar recursos do Estado para selecionar startups específicas e dar condições para que se desenvolvam. Há poucos recursos para pesquisa e desenvolvimento. O Estado tem que investir muito nisso, porque, às vezes, a pesquisa pode ser aplicada

para favorecer a própria estrutura da máquina pública, que pouco usa a tecnologia. Podem ser criadas formas de agilizar o trabalho em secretarias de Estado que produzem pouco. Na segurança pública, podemos elaborar sistemas de monitoramento com drone, coisas modernas. Creio que temos como fazer algo diferente e, para isso, é preciso envolver novos empresários e ideias de negócios.

ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO

Faltam infraestrutura e fiscalização. O Estado não sabe se as empresas instaladas nas áreas de desenvolvimento operam no segmento em que se comprometeram a atuar, se estão gerando empregos ou se montaram quitinetes. O Pró-DF perdeu completamente o foco. Saíram distribuindo área com desconto e não pararam para ver o que realmente serviria para a população. Não é só chegar e dizer que tem incentivo fiscal. Tem que ter política pública e organização. Caso contrário, abrem-se as portas para a atividade ilícita.

**A PESSOA QUE
TRABALHA PERTO
DE ONDE MORA
COMPRA PERTO DE
CASA, VALORIZA
TODA UMA CADEIA
REGIONAL, DO
EMPRESÁRIO
AO PEQUENO
AGRICULTOR.
CADA REGIÃO
ADMINISTRATIVA
PODERIA TER
UMA ÁREA DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DE
ACORDO COM SEU
PERFIL.**

PRIVATIZAÇÕES

Precisamos abrir a cabeça para o mundo, buscar novos modelos. Temos que envolver a iniciativa privada em várias áreas que estão sob tutela do Estado, como saúde e transporte. Promover a participação empresarial no modelo de gestão pública deveria ser natural, porque o setor privado tem melhores condições de investir e menos limitações para administrar, o que ajudaria a desburocratizar a máquina pública. Também temos que valorizar o servidor, é claro, mas eles podem participar desse processo. Não precisa privatizar e eliminar o público, tem que ter critérios. Passou da hora de começarmos a fazer isso.

LOGÍSTICA

Tive oportunidade de conhecer outros lugares do País e do mundo e percebi que, no Brasil, somos muito dependentes do modal rodoviário e ficamos reféns do preço do combustível. Essa situação também faz com que muitas vezes o sistema fique travado. É necessário repensar a logística na esfera

federal, desenvolver ferrovias para transporte de cargas. Temos que reavaliar esse modelo e buscar tecnologias para que isso seja possível. Em Brasília, temos recursos federais que podem ser usados para isso, como no caso do projeto de levar o trem até Luziânia (GO). Parte seria feita por meio da destinação de recursos da União para o DF e parte, com recursos para Goiás. Mas o projeto não é executado. Temos que usar melhor o dinheiro público para desenvolver esses modais, valorizar também o Porto Seco, que já temos aqui.

TRANSPORTE URBANO

Há anos não se faz nada para melhorar o serviço de metrô. Com a tecnologia que temos hoje, talvez pudéssemos integrar esse tipo de transporte a outros para gerar a solução da mobilidade no DF. Também sou crítico ao modelo atual de cobrança de tarifa técnica do transporte, porque não favorece a população. Acredito que o Estado deva subsidiar a passagem. Muitas vezes, o empresário não consegue pagar a tarifa de quem mora no Entorno,

**HÁ POUCOS
RECURSOS PARA
PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO.
O ESTADO TEM QUE
INVESTIR MUITO
NISSO, PORQUE,
ÀS VEZES, A
PESQUISA PODE
SER APLICADA
PARA FAVORECER
A PRÓPRIA
ESTRUTURA DA
MÁQUINA PÚBLICA,
QUE POUCO USA A
TECNOLOGIA.**

por conta do valor alto. Aí as pessoas encontram uma forma de comprovar residência no DF e acabam arcando com o prejuízo da passagem para não perder o emprego. Temos que repensar esse modelo. É preciso construir uma forma de abranger o Entorno de maneira integrada e com transporte de qualidade.

ENTORNO

Precisamos dar condições para que as cidades do Entorno se desenvolvam, para que as pessoas não dependam totalmente daqui. Antigamente, a população do Entorno vinha para o DF para usar os hospitais, mas a crise na saúde pública foi tão grande que pessoas do DF passaram a buscar atendimento no Entorno. Isso prova que são regiões interligadas. Se esses municípios tiverem condições de receber empresas e indústrias, contribuirão para desafogar o DF. É bom para ambos.

DIÁLOGO COM O SETOR PRODUTIVO

Quero montar no meu gabinete uma comissão para trazer o setor produtivo para dentro da

Câmara Legislativa. O grupo poderá ser formado por representantes de entidades, empresários e pessoas responsáveis por alguns órgãos do governo, para que possamos debater os temas de forma coletiva. Darei condições para que o grupo atue de forma deliberativa em relação aos projetos de lei que tiverem relação com o segmento e seguirei o posicionamento do grupo. No caso de redução de tributos ou de algum processo de desburocratização, tudo tem que ser debatido com o setor privado. Temos que envolver os empresários, as associações e as instituições relacionadas para ajudar a criar um novo modelo de governo. O empresário tem que se sentir seguro para investir.

FÁBIO FELIX

FÁBIO FELIX (PSOL)

FÁBIO FELIX SILVEIRA

BRASÍLIA (DF), 20/12/1985

ASSISTENTE SOCIAL E SERVIDOR PÚBLICO
CRISTÃO

CARGO PÚBLICO ANTERIOR

PRESIDENTE DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE DO DF (2015-2017)

TRAJETÓRIA POLÍTICA

MILITANTE LGBT DESDE 2002, INICIOU A
VIDA POLÍTICA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA
UNB, EM 2004. EM 2007, AJUDOU A FUNDAR O
PSOL NO DISTRITO FEDERAL E É PRESIDENTE
REGIONAL DO PARTIDO DESDE 2017. MESTRE EM
POLÍTICA SOCIAL, É SERVIDOR DA SECRETARIA
DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E
JUVENTUDE E ATUA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.



O ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL É O CENTRO DE MOBILIZAÇÃO DA NOSSA AGENDA. PRECISAMOS MELHORAR POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, QUE, COMO POLÍTICA PÚBLICA, É UMA DAS ÁREAS MAIS DESMONTADAS NO DF. TEMOS UM COLETIVO MUITO COMPROMETIDO COM A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. SOU ATIVISTA LGBT E SEREI O PRIMEIRO GAY ASSUMIDO NA CÂMARA LEGISLATIVA. REPRESENTATIVIDADE IMPORTA NA HORA DE VOCÊ TRATAR DE UMA SÉRIE DE TEMAS. QUEREMOS PAUTAR ASSUNTOS GLOBAIS RELACIONADOS AOS DIREITOS HUMANOS, COMO O ENFRENTAMENTO AO RACISMO, O COMBATE À LGBTFOBIA E A DEFESA DA DIGNIDADE DA POPULAÇÃO LGBT NO DF.

GESTÃO PÚBLICA

O DF é a capital do serviço público, porque abriga o governo federal, e poderíamos ser uma cidade-modelo, um laboratório das melhores políticas públicas do Brasil — mas não somos. Um dos principais problemas da administração estatal é uma gestão historicamente precária, patrimonialista e oligárquica. Nesse sentido, não enxergamos que deva haver uma polarização entre o setor público e o setor privado. Devemos pegar o melhor de cada experiência.

DESBUROCRATIZAÇÃO

Precisamos reinaugurar nossa relação com o setor privado. O tanto de alvarás que é preciso tirar em várias instituições diferentes, isso não é uma descentralização positiva: é burocratização. É necessário criar mecanismos que unifiquem esse processo, aparelhar o Estado com servidores capacitados para dar respostas rápidas. Não adianta dar entrada numa administração regional em um pedido de alvará ou de licenciamento e ter de esperar um ano. Tem que ser um serviço

prioritário, porque contribui para a geração de empregos. Isso é de fato cuidar da vida das pessoas e enfrentar a desigualdade social.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Acredito que a assistência seja uma política privilegiada para criar estratégias com foco na formação profissional. Tanto o Fundo da Assistência Social quanto o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente têm recursos para capacitação. Poderíamos tentar aplicar esse montante, em parceria com o Sistema S e com outras entidades. Temos algumas estruturas espalhadas pelo DF, como os Centros de Orientação Socioeducativa (Coses), que são geralmente galpões gigantes. Eles têm espaço tanto para a orientação no contraturno escolar de crianças, adolescentes e jovens quanto para o trabalho. Se estruturarmos e equiparmos esses aparelhos em parceria com o setor privado, poderemos formar esses jovens para o mercado e para a indústria. Podemos ter esse tipo de formação nas unidades de acolhimento institucional,

nos Coses e nas unidades de atendimento regional, que são os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas). Tivemos o boom dos Institutos Federais aqui no DF, o que é positivo, e queremos lutar muito para que de fato se consolide a proposta da Universidade Distrital. Todo mundo fala, mas ela nunca se materializa. Pode ser um grande ganho para a cidade e para a juventude.

EQUIDADE NO MERCADO

A equidade de gênero e raça no mercado é fundamental, pois vivemos em uma sociedade estruturalmente racista e machista. Foi uma luta para as mulheres entrarem nas Forças Armadas, nas forças de segurança, no sistema socioeducativo, e em cargos de destaque nas empresas privadas. Em diversas situações tentam achar brechas para mudar isso. Por esse motivo, fico muito preocupado com as flexibilizações e relativizações em relação à necessidade de equidade nos espaços de trabalho. O mais comum é que, em alguns segmentos, nunca achem que as pessoas

negras e mulheres tenham a qualificação. Então é importante criarmos uma forma de mapeamento, porque o Estado tem que abrir várias portas para essas pessoas e o setor produtivo não pode fugir disso. No caso das pessoas com deficiência, talvez até o INSS possa ser um parceiro. Há discussões difíceis, e o caminho mais fácil é não inserir e deixar tudo como está, algo que sempre nos levará a lutar pela inserção de algum segmento, mas esse trabalho é urgente e extremamente necessário.

PRIVATIZAÇÕES

Não sou estatista e também não demonizo o setor privado. Acho que cada iniciativa tem seu espaço, contudo é importante que o centro estratégico das políticas públicas esteja na mão do Estado. Sou contra a privatização das empresas públicas porque sei que elas podem produzir muito sob a gestão de um governo responsável e transparente. No caso de parcerias público-privadas, não sou contrário a qualquer relação, mas vejo que o modelo que está em vigor hoje, em que o ônus fica todo para o Estado e o

**NÃO SOU
ESTATISTA E
TAMBÉM NÃO
DEMONIZO O
SETOR PRIVADO.
ACHO QUE CADA
INICIATIVA TEM
SEU ESPAÇO,
CONTUDO É
IMPORTANTE
QUE O CENTRO
ESTRATÉGICO
DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS ESTEJA
NA MÃO DO
ESTADO.**

lucro para o empresário, é extremamente desigual e contraproducente para a população e para as contas públicas. Podemos debater as possibilidades de articulação, o diálogo com o setor produtivo e como possíveis parcerias podem ser efetivadas.

PESQUISA E INOVAÇÃO

É importante pensarmos em uma formação profissional voltada para a tecnologia, que eu acho que é o grande tema do futuro e do presente. Não é tão fácil e é mais caro, mas há recursos suficientes para criar portas abertas de estímulo à tecnologia. Vejo a FAP-DF como um órgão importante para criar estratégias, garantir recursos e fazer parcerias. Também temos a Codeplan, em que seria possível criar uma diretoria mais voltada à área tecnológica e estimular isso na cidade.

JOVEM CANDANGO

Eu vejo esse projeto como uma ótima oportunidade de parceria entre o setor público e o setor privado, além de organizações não governamentais. Se apenas com as políticas públicas temos 2 mil vagas, com a parceria podemos chegar a 10 mil.

É um processo que cria uma identidade muito grande nos jovens. Vemos as fotos que os meninos publicam no Instagram, eles fazem *stories* dizendo que estão “no trampo”. Colocá-los no mercado abre um leque de possibilidades na cabeça deles que é muito interessante.

OCUPAÇÃO DA CIDADE

Há áreas muito mal aproveitadas em Brasília. Precisamos criar outras finalidades dentro dos territórios especializados. Pode ser assim no Setor Comercial Sul, no Setor Comercial Norte, nos Setores Bancários Sul e Norte. Imagina, poderíamos estimular uma área de cultura, de diversão. São espaços em que a economia já funciona bem.

LEI DO SILÊNCIO

Isso é uma coisa urgente para todas as áreas. A Lei do Silêncio em vigor no Distrito Federal põe em xeque o funcionamento de qualquer estabelecimento na área urbana — da indústria, do bar, da cultura. Com essa legislação, você deixa toda atividade, especialmente a cultural, na ilegalidade. A própria fiscalização é estimulada por essa lógica

TEMOS QUE TRANSFORMAR A CÂMARA LEGISLATIVA NUM ESPAÇO PARA TODOS OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE, INCLUSIVE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.

de não permitir, de não ter uma mediação mais consistente e sistemática com o setor, e eu vejo isso como um problema. Vamos defender essa revisão porque acreditamos que podemos chegar a uma boa mediação, a um bom termo, que não incomode a comunidade.

MOBILIDADE

Enquanto tivermos uma lógica voltada para os carros, faremos obras focadas no transporte individual. Temos que fortalecer a opção pelo transporte público, com integração entre os modais e ciclovias. Se não discutirmos a concepção, não resolveremos o problema da mobilidade no Distrito Federal nem a relação com o Entorno. Outra questão é a ampliação do metrô. A alternativa de trilhos traz muita dignidade para o transporte. Metrô, veículo leve sobre trilhos, trem. Eu acho que a gente precisa repaginar o transporte do Distrito Federal. Do jeito que está, não dá. E me parece ainda que o modelo de cálculo do transporte, o subsídio que o governo tem que pagar, é ruim, pois favorece as empresas e

prejudica o usuário. É um problema que atrapalha vários segmentos, o setor produtivo como um todo.

DIÁLOGO INSTITUCIONAL

Alguns segmentos mais organizados, que têm recursos, conseguem chegar facilmente aos espaços institucionais para disputar posição. Temos que transformar a Câmara Legislativa num espaço para todos os segmentos da sociedade, inclusive os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil. É compreensível e é positivo que a Casa seja um espaço de portas abertas.

HERMETO

HERMETO (PHS)

JOÃO HERMETO DE OLIVEIRA NETO

IPU (CE), 3/11/1965

EM BRASÍLIA DESDE 1971

POLICIAL MILITAR

CATÓLICO

CARGO PÚBLICO ANTERIOR

ADMINISTRADOR REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA

(2007-2014)

TRAJETÓRIA POLÍTICA

POLICIAL MILITAR DESDE 1990, COMEÇOU A VIDA PÚBLICA EM 2007 COMO ADMINISTRADOR REGIONAL INTERINO DA CANDANGOLÂNDIA, CARGO QUE OCUPOU EFETIVAMENTE ATÉ 2014. EM 2010 E EM 2014, CANDIDATOU-SE À CÂMARA LEGISLATIVA PELO PMDB. FILIOU-SE AO PHS EM 2018.



MEU DIFERENCIAL SEMPRE FOI PRESTAR UM BOM ATENDIMENTO À POPULAÇÃO E FOI PARA ISSO QUE FUI ELEITO, PARA DEFENDER OS INTERESSES DO POVO. NA CANDANGOLÂNDIA, ONDE FUI ADMINISTRADOR REGIONAL POR OITO ANOS, COSTUMAVA SAIR PELAS RUAS DE MOTO, VESTIDO COM UM COLETE, ANDANDO DE RUA EM RUA, COM UM BLOQUINHO NO BOLSO PARA COLHER INFORMAÇÕES E NECESSIDADES DAS PESSOAS DAQUELA REGIÃO. MORADOR POR MORADOR, EU SABIA DE TUDO O QUE ELES PRECISAVAM NAQUELA PEQUENA CIDADE, ONDE ESTAVAM OS BURACOS OU SE PRECISAVAM DE VAGAS EM ESCOLAS. ANOTEI MEU CELULAR NOS MUROS E CRIEI O “DISQUE-ADMINISTRADOR”, PARA FICAR AINDA MAIS PRÓXIMO. ESSE É O MODELO DE GESTÃO EM QUE EU ACREDITO.

REPRESENTAÇÃO

Apesar de ter essa ligação com a Candangolândia e o Núcleo Bandeirante e com servidores da segurança pública, sou o deputado de todo o Distrito Federal. Quando chegamos à Câmara Legislativa, somos de todos. Mas logicamente minhas bandeiras principais estão ligadas ao meu eleitorado. Como subtenente da Polícia Militar do Distrito Federal na ativa, fui impulsionado a concorrer para representar a corporação nesta legislatura. Foram eles que me deram a oportunidade de chegar até aqui. Antes, eu era visto como o administrador que já foi policial, mas hoje sou o policial que um dia foi administrador. Por isso vou defender a corporação e lutar pela melhoria da segurança pública no DF.

BUROCRACIA

Para diversificar a economia e, consequentemente, gerar mais emprego, o que deve ser feito é destravar o sistema. Precisamos conceder alvarás de funcionamento com maior facilidade. Se não emitimos de forma mais ágil os documentos que

habilitam os negócios, não conseguimos estimular o empresário a produzir, principalmente os pequenos e microempreendedores — essenciais para a geração de emprego e renda. O Executivo terá que ter a sensatez de desburocratizar principalmente a emissão dos alvarás de funcionamento e das licenças. Essa deve ser uma das nossas bandeiras para atrair as empresas. O setor produtivo e o empresariado como um todo devem ser valorizados justamente porque são eles os responsáveis pela geração de riqueza e por fazer girar a roda da economia. Sou favorável ao que for para aumentar investimento para o DF. Também apoiarei a retomada de programas de desenvolvimento econômico nas regiões administrativas.

URBANIZAÇÃO

Quero trabalhar intensamente em favor das regiões administrativas, por meio da destinação de recursos para o fortalecimento da infraestrutura, principalmente no que tange às áreas de segurança e saúde, e na

melhoria da qualidade da urbanização.

É preciso remodelar os postos de saúde. A forma adotada pelo último governo é muito ruim para a população. Temos que recuperar e fortalecer o sistema anterior, em que os postos de saúde eram responsáveis pelo atendimento, e não continuar esse modelo em que os médicos da família vão às casas. Vou bater muito nessa questão.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Uma das minhas propostas é que as ADEs sejam cada vez mais urbanizadas. Devemos regularizar essas áreas e torná-las mais atrativas. Os projetos para isso já existem, e a Câmara Legislativa tem que votar tudo o que diz respeito a esse tema urgentemente. Assim, traremos mais desenvolvimento, emprego e segurança a quem está instalado e a quem quer se instalar nesses lugares. A regularização é fundamental para garantir as destinações dos espaços na cidade. Muitos têm medo de investir e se instalar porque a qualquer momento o governo poderá lhe tomar a área.

TRIBUTOS

Reduzir a tributação é um dos caminhos para intensificar a agenda de criação de emprego no DF. As empresas estão saindo de Brasília. Os estados oferecem coisas que não temos. Todos querem investir em Goiás. Temos que descobrir o que o governo de lá anda fazendo para atrair os investimentos e aplicar o modelo no Distrito Federal. Com a possibilidade de convalidação dos benefícios fiscais, poderemos atrair novas empresas e recuperar as que já saíram.

EMPREGO

O maior flagelo humano é o desemprego: tira a cidadania, tira a autoestima das pessoas. Quem não tem trabalho se sente sem dignidade. A população tem que trabalhar, tem que produzir, e eu vou ajudar a resolver essa questão. Políticos e empresários não podem entrar em conflito um com o outro. Tem que haver cooperação. Precisamos fortalecer o empresário porque ele é a riqueza do País, da cidade. Nós, políticos, servidores públicos,

**SOU FAVORÁVEL
AO QUE FOR
PARA AUMENTAR
INVESTIMENTO
PARA O DF.
TAMBÉM APOIAREI
A RETOMADA DE
PROGRAMAS DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO
NAS REGIÕES
ADMINISTRATIVAS.**

dependemos de impostos, e impostos são gerados pelo empresariado.

O que não dá é que os pais de família fiquem desempregados, na informalidade. Nós temos que profissionalizar, capacitar, buscar melhorar. Vou apoiar toda proposta possível que tenha como objetivo acabar com o desemprego no DF.

TRANSPORTE

Logística é um tema difícil para o DF. Acredito que uma das formas de integração com os estados do Centro-Oeste poderia ser o Porto Seco, em Santa Maria, que muitos vemos como alternativa. Já se falou muito de reativar a ferrovia, mas é algo que não vemos na prática. A ideia de ligar o DF a Luziânia por meio da malha ferroviária seria uma alternativa para desafogar a BR-040, e assim melhorar a integração com o Entorno, porque é de lá quem vem o maior fluxo de trânsito.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Em alguns casos, temos emprego e não temos qualificação profissional. Uma das possibilidades para fomentar essa

agenda é investir nas parcerias com o Sistema S, que faz esse trabalho de formação. É importante criarmos mais cursos profissionalizantes e qualificar a mão de obra brasiliense para que possamos inserir esses trabalhadores no mercado.

PRIVATIZAÇÕES

Tudo que o Estado não consegue gerir deve privatizar. É preciso se modernizar, fazer parcerias. A Terracap, a Caesb, a CEB e o Banco de Brasília não dão resultado. Ninguém fala em privatizar o BRB. Poderiam criar uma agência de investimento, de fomento ao empresariado, com linhas de crédito específicas para fortalecer o setor. Podemos fomentar o desenvolvimento da tecnologia e da indústria de inovação na cidade também por meio de parcerias público-privadas.

DIÁLOGO

Para um deputado como eu, que vem da área de segurança e do setor público, foi administrador de uma cidade e que tem um público específico, a aproximação com setores

**VOU APOIAR
TODA PROPOSTA
POSSÍVEL QUE
TENHA COMO
OBJETIVO
ACABAR COM O
DESEMPREGO
NO DF.**

representativos de outras áreas é fundamental para desenvolver projetos na Casa. Tenho uma base definida, então preciso de ajuda para ampliar a pauta. Quero e preciso saber de propostas que beneficiarão as empresas. Estarei disposto a apoiá-las para desenvolver ainda mais o DF e, o que é mais importante, trazer emprego para a população. A Fibra tem um papel importante na Casa, de acompanhar o desenvolvimento, dar sugestões e, se houver uma pauta que beneficie a geração de emprego, deve apresentar ao deputado.

POLÍCIA MILITAR

Antes de tudo, precisamos cuidar do policial que está na rua. O efetivo precisa estar bem, senão não terá forças para defender a sociedade. Nossa tropa está envelhecida, o policial militar trabalha com a estrutura doente. Vamos fortalecer o humano primeiro, para depois podermos cobrar o policiamento nas ruas. Há necessidade de trabalhar pela saúde dos policiais, de investir em atendimento especializado, em hospitais.

Outra iniciativa nesse sentido será o investimento em tecnologia, viaturas modernas, drones, medidas para cobrir o máximo de espaços possíveis com o número de policiais que tivermos.

A população aumentou e a quantidade de policiais diminuiu. Há vários se preparando para entrar na corporação agora, mas vários outros vão embora, então fica difícil repor o quadro. O caminho para atenuar esse problema será o policiamento moderno, de inteligência.

IOLANDO ALMEIDA

IOLANDO ALMEIDA (PSC)

IOLANDO ALMEIDA DE SOUZA
BRASÍLIA (DF), 25/11/1969
MILITAR REFORMADO
EVANGÉLICO

CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES

ASSESSOR PARLAMENTAR NA CÂMARA LEGISLATIVA
(1995-2002)

ASSESSOR ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA DO DF
(2012-2013)

ASSESSOR ESPECIAL DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DF
(2013-2014)

COORDENADOR DE PROMOÇÃO DE DIREITOS DE PESSOAS
EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, DA SECRETARIA
DE POLÍTICAS PARA MULHERES, IGUALDADE RACIAL E
DIREITOS HUMANOS DO DF (2015-2017)

TRAJETÓRIA POLÍTICA

PRESIDENTE DA UNIÃO BRASILEIRA DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA E MEMBRO DO CONSELHO DE
PASTORES DE BRAZLÂNDIA. FOI FILIADO AO
PTB DE 2005 A 2013 E AO PPL DE 2013 A
2017, QUANDO PASSOU A INTEGRAR O PSC.



SOU MILITAR REFORMADO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA E TENHO UMA DEFICIÊNCIA NO BRAÇO DESDE QUANDO SOFRI UM ACIDENTE DE MOTO. ENTÃO MINHAS PRINCIPAIS BANDEIRAS SÃO AQUELAS QUE GARANTEM OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. HÁ INÚMERAS SITUAÇÕES QUE PRECISAM SER RESOLVIDAS NESSE SENTIDO. NÃO QUERO CRIAR MAIS LEIS, MAS SIM FAZER COM QUE AS QUE JÁ EXISTEM FUNCIONEM EFETIVAMENTE. É PRECISO AGORA GARANTIR O CUMPRIMENTO DESSAS NORMAS.

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Uma das vertentes das legislações que envolvem esse segmento da população é a empregabilidade. Quero garantir o cumprimento das cotas de contratação nas empresas e exigir a punição de quem não obedecer às normas. Acredito que a criação da Secretaria para Pessoas com Deficiência seria muito importante para concentrar todas as demandas: fabricação de cadeiras de rodas, de órteses e próteses, distribuição do passe livre e benefícios, qualificação profissional, encaminhamento ao mercado de trabalho, treinamento em Libras. Seria possível nessa estrutura, ainda, fazer um levantamento de todas as causas que envolvem a pessoa com deficiência. Temos, segundo o IBGE e a Codeplan, 22% da população local com algum tipo de deficiência. É um número grande, que precisa ser visto com atenção pela sociedade e pelas autoridades.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O melhor caminho para a inclusão no mercado de

trabalho é a qualificação. Defendo a criação de Institutos Federais ou de outras escolas técnicas em todas as regiões administrativas. É uma proposta que farei ao governo do DF.

Aqui em Brasília, há um número grande de cidadãos desempregados e ao mesmo tempo muitas vagas não ocupadas por falta de qualificação dos candidatos. O Estado tem que investir na formação profissional.

CARGA TRIBUTÁRIA

Para atrair investimentos, o primeiro passo é reduzir impostos. É dessa maneira que mais empresas começarão a investir e, conseqüentemente, a arrecadação e a oferta de empregos subirão. Assim, os empregos na iniciativa privada em Brasília poderão ser mais atraentes do que no serviço público. Quanto mais gente empregada tivermos, mais dinheiro circulará com o aumento do consumo. Por isso é necessário investir em uma política de redução de impostos para resultados em médio e longo prazos. Brasília tem umas das mais altas taxas de ICMS do País. As taxas tributárias no DF são assustadoras.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

O orçamento do DF para 2018, incluindo o Fundo Constitucional, foi de R\$42 bilhões, dos quais 82% foram usados para pagar a servidores públicos. Como é possível, com os 18% restantes, investir em saúde, educação, saneamento básico e infraestrutura? Precisamos mudar essa situação, reduzindo de forma inteligente os gastos com servidores e empregando mais recursos para atrair empresas para o DF. Dessa maneira, elas conseguirão gerar emprego e renda e, conseqüentemente, aumentar a arrecadação de impostos. Acho positiva a criação de uma agência de investimentos, mas ela precisa operar de forma justa, atendendo, preferencialmente, pequenas e médias empresas.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A segurança jurídica e a diminuição da burocracia são fatores extremamente importantes para o crescimento e o desenvolvimento da cidade. Teremos como missão na Câmara Legislativa a

revisão do Pdot, que será importante para aumentar a segurança jurídica no que diz respeito à construção de empresas. O desenvolvimento econômico é o batimento cardíaco do Estado. Acredito que, se houver de fato uma política de Estado, e não de governo, que invista no pequeno e no médio empresário, com estrutura para desenvolvimento e recursos disponíveis na hora certa, o retorno é garantido em todos os sentidos. O empresário precisa de suporte: ao receber um terreno, por exemplo, tem que ter condições de quitá-lo no prazo de dez anos. E nesse local tem que haver infraestrutura mínima, com asfalto, saneamento, energia elétrica, linhas de transporte.

RELAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO

Vou atuar para favorecer a economia da minha cidade, por isso é fundamental ter diálogo com as entidades que representam o setor privado. Vamos caminhar juntos. Este é o meu primeiro mandato e quero contribuir muito para Brasília.

O setor industrial precisa crescer e não há outro meio

**PARA ATRAIR
INVESTIMENTOS,
O PRIMEIRO
PASSO É REDUZIR
IMPOSTOS. É
DESSA MANEIRA
QUE MAIS
EMPRESAS
COMEÇARÃO A
INVESTIR E A
ARRECADAÇÃO
E A OFERTA
DE EMPREGOS
SUBIRÃO. ASSIM,
OS EMPREGOS
NA INICIATIVA
PRIVADA EM
BRASÍLIA
PODERÃO
SER MAIS
ATRAENTES DO
QUE NO SERVIÇO
PÚBLICO.**

para o desenvolvimento. O serviço público não suporta mais sustentar Brasília, então precisamos pensar em soluções com sabedoria para a capital federal não parar.

INDÚSTRIA TECNOLÓGICA

Acompanhei a proposta da criação do parque tecnológico há mais de dez anos. O projeto era zerar a fila de desempregados. Mas, quando falamos de uma cidade digital, temos que ter ali toda a infraestrutura e a logística necessárias para o funcionamento de um espaço tecnológico. Não adianta ter ideias ótimas se o Estado não dá condições favoráveis para que empresas desse nicho se instalem lá. Além disso, há os impedimentos burocráticos e as altas taxas de juros. Se o governo der condições para que as indústrias de tecnologia da informação funcionem, será uma nova era da empregabilidade no Distrito Federal.

LOGÍSTICA

Juscelino Kubitschek levou em consideração a posição de Brasília no centro do País para trazer a capital para esta região. Ela fica

TEMOS 22% DA
POPULAÇÃO LOCAL
COM ALGUM TIPO DE
DEFICIÊNCIA. É UM
NÚMERO GRANDE,
QUE PRECISA
SER VISTO COM
ATENÇÃO PELA
SOCIEDADE E PELAS
AUTORIDADES.

em um local privilegiado em relação ao Rio de Janeiro, a São Paulo e às principais capitais brasileiras. Ele pensou que o Distrito Federal no centro do Brasil teria obviamente facilidade no escoamento e na logística. Para levar madeira do Amazonas até o Paraná, por exemplo, é preciso passar por Brasília. Pensando nisso, por que não se incentiva, por exemplo, a indústria moveleira, que não polui, aproveitando que a matéria-prima já passa por aqui? Sabemos que o transporte de cargas por rodovias está em condições precárias nos quesitos de segurança e de manutenção. Diante disso, precisamos usar o mecanismo de distribuição mais barato, que é a malha férrea. Nossas linhas de trem são da época da construção de Brasília e poderiam ser mais bem exploradas, até para ajudar a desobstruir o trânsito da cidade.

ENTORNO

Se somarmos DF e Entorno, são mais de 4 milhões de habitantes. Criar empregos nos municípios próximos tiraria do trânsito do DF quase 500 mil pessoas todos os dias. Precisamos

proporcionar condições para essas cidades crescerem economicamente e, assim, diminuir o desemprego e melhorar a economia delas e a do DF. Até pouco tempo atrás, prefeitos de cidades vizinhas não inauguravam hospitais, mas compravam ambulâncias para trazerem pacientes a Brasília.

GESTÃO PRIVADA

Acho as parcerias público-privadas muito interessantes, mas hoje o governo está apresentando ao mercado opções sucateadas. São empresas públicas que já não dão retorno comercial. É uma parceria que não vai dar lucro e, por isso, o empresário não tem interesse. O autódromo é um exemplo: não houve uma pessoa que se interessasse pela proposta de PPP apresentada pelo governo. Ainda assim as considero uma boa saída, porque reduzem custos e trazem lucro para o Estado. Algumas estatais do DF estão sucateadas.

JAQUELINE SILVA (PTB)

JAQUELINE ANGELA DA SILVA

BRASÍLIA (DF), 21/4/1980

EMPRESÁRIA

CRISTÃ

JAQUELINE SILVA

TRAJETÓRIA POLÍTICA

É LÍDER COMUNITÁRIA E ATIVISTA SOCIAL, COM ATUAÇÃO NO GAMA E EM SANTA MARIA. FOI CANDIDATA A DEPUTADA DISTRITAL EM 2006, PELO PRONA, EM 2010, PELO PT DO B, E EM 2014, PELO PPL, QUANDO SE TORNOU PRIMEIRA SUPLENTE. FILIOU-SE EM 2018 AO PTB, PARTIDO DO QUAL É PRESIDENTE REGIONAL.



QUERO INCENTIVAR OS EMPREENDEDORES, LUTANDO PELA REDUÇÃO DA BUROCRACIA E PARA QUE AS COMPRAS PÚBLICAS SEJAM UMA FERRAMENTA EFETIVA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO NO DISTRITO FEDERAL. SOU EMPREENDEDORA E COMERCIANTE DESDE MUITO JOVEM. JÁ EMPREENDI EM VÁRIOS RAMOS, ENTÃO TENHO LEGITIMIDADE PARA LIDAR COM ESSE TEMA. EM RAZÃO DA BUROCRACIA, O EMPRESÁRIO TEM DIFICULDADE DE CONSEGUIR LICENÇAS E ALVARÁS. É UM TEMA QUE PRECISA SER ENFRENTADO. TENHO TAMBÉM ATUAÇÃO EM CAUSAS SOCIAIS, COM PROJETOS DE CURSOS, ESPECIALMENTE PARA JOVENS, QUE REALIZO EM CASA MESMO, E CONSIDERO O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE COMO UM INSTRUMENTO DE MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS PESSOAS. QUERO ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NA CONSTRUÇÃO DE UM LUGAR MELHOR PARA VIVER, ENTÃO VOU USAR MEU MANDATO PARA MOSTRAR QUE A FORÇA PARA MUDAR A CIDADE VEM DA MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA.

COMPRAS PÚBLICAS

Como dona de papelaria em Santa Maria, fui credenciada no Programa Material Escolar, em 2013. Com esse projeto, mesmo tendo uma loja pequena em uma cidade-satélite, criei oito empregos diretos. Imagine isso num universo de 250 empresas no segmento. Cada emprego gerado significa mais uma pessoa com renda para gastar na região onde vive, estabelecendo um ciclo.

Esse programa do governo local teve outro efeito muito importante, que foi permitir a descentralização da aquisição do material escolar. As pessoas puderam escolher onde comprar esses itens, ir à papelaria perto de casa, movimentando a economia na região onde vivem. As indústrias gráficas do Distrito Federal são um exemplo de segmento que poderia ser beneficiado pelas compras públicas. Muito pouco ou quase nada do material didático usado na cidade é impresso aqui em Brasília. É um segmento que seria estimulado se o Estado comprasse das empresas locais.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

O Estado tem que ouvir as empresas para entender como pode ajudar no crescimento da economia. Os parlamentares precisam trabalhar em conjunto com os órgãos competentes para quebrar a burocracia e agilizar os processos em tramitação nos órgãos públicos.

Brasília tem um enorme potencial de atração de investimentos, mas precisamos destravar a cidade. No Entorno, as regras são muito mais favoráveis, sem várias dificuldades que existem em Brasília, por isso essas cidades acabam atraindo os geradores de emprego.

Falta investimento do Estado em infraestrutura para que as empresas possam atuar. A situação do Polo JK, em Santa Maria, é um exemplo.

As linhas de ônibus para a região não atendem com eficiência à demanda, dificultando o deslocamento dos trabalhadores até as empresas. Além disso, a iluminação pública é precária, o que prejudica a segurança das empresas e das pessoas que transitam por lá.

EMPREGO

São mais de 300 mil desempregados no DF. Se o Estado não participar diretamente, facilitando a atividade empresarial e buscando compreender como melhorar as condições de crescimento do setor privado, esse número não vai se reverter. A indústria gera empregos com o maior nível de remuneração, mas é preciso que os trabalhadores sejam qualificados para ocupar esses postos de trabalho. Na região do Gama e de Santa Maria, há o Senai e o Instituto Federal promovendo qualificação profissional, mas é necessário que se amplie o investimento para que mais pessoas sejam preparadas para o mercado. São apenas duas escolas atendendo uma população de aproximadamente 400 mil pessoas, sem considerar moradores do Entorno que acabam por buscar essas vagas também. Ao mesmo tempo em que a educação e a qualificação profissional contribuem para a geração de empregos e renda, tiram o jovem das ruas. Eles passam a ocupar o seu tempo e garantem um futuro melhor, uma vez que a formação profissional aumenta as perspectivas.

ATENDIMENTO SOCIAL

Tenho um espaço grande na minha casa onde voluntários dão aulas de capoeira, balé, dança, artesanato. Eu fico impressionada com a forma como a comunidade comprou o projeto, oferecendo contribuições. Há professores que nos procuram para ministrar cursos dos mais diversos tipos, como aulas de fotografia. O difícil é conseguir atender à demanda. Uma professora voluntária atende 60 meninas nas aulas de balé, mas há uma quantidade enorme de garotas que não conseguiram vaga. Abrimos uma turma para o curso de manutenção de ar-condicionado. Em dois dias de inscrições abertas, já havia 70 pessoas matriculadas e uma fila de espera. Como nosso professor voluntário tem formação na área, todos os alunos saíram do curso com um certificado, que abre portas para eles no mercado de trabalho.

BUROCRACIA

Conheço empresas que tentam investir no Distrito Federal e não conseguem pelo excesso de burocracia, pela dificuldade de

**QUERO ESTIMULAR
A PARTICIPAÇÃO
DO CIDADÃO NA
CONSTRUÇÃO
DE UM LUGAR
MELHOR PARA
VIVER, ENTÃO
VOU USAR
MEU MANDATO
PARA MOSTRAR
QUE A FORÇA
PARA MUDAR A
CIDADE VEM DA
MOBILIZAÇÃO
COMUNITÁRIA.**

obterem licenças. Há um empresário que está com R\$200 mil em materiais de construção já pagos e não pode começar a obra de edificação da empresa por não conseguir o alvará de construção.

A consequência dessa ineficiência do Estado é clara: o investimento acaba indo para outra unidade federativa, como Goiás.

O que ocorre é uma distância enorme entre Estado e setor produtivo. Parece que não há uma compreensão das necessidades para que os investimentos ocorram e por isso é necessário que exista um melhor entrosamento, pois é o setor produtivo que gera emprego e riquezas.

EXPANSÃO DO SETOR PRODUTIVO

A economia de Brasília não pode mais depender tanto do serviço público. A realidade da cidade em 1970, quando tínhamos 500 mil habitantes e um grande percentual deles trabalhando no serviço público, ficou no passado. Hoje, considerando a Ride, são quase 4,5 milhões de pessoas vivendo na região. A máquina pública não consegue absorver essa

A INDÚSTRIA GERA
EMPREGOS COM O
MAIOR NÍVEL DE
REMUNERAÇÃO, MAS
É PRECISO QUE
OS TRABALHADORES
SEJAM
QUALIFICADOS
PARA OCUPAR
ESSES POSTOS DE
TRABALHO.

quantidade imensa de mão de obra disponível. Pensando no setor industrial, precisamos organizar esse crescimento considerando os municípios do Entorno, criando vagas de trabalho para essa população que hoje depende do Distrito Federal. Mas a mudança da matriz econômica local exige um movimento entre Estado e iniciativa privada, que devem se unir para elaborar projetos para que se reduza essa forte dependência da administração pública.

GESTÃO PRIVADA

De 2009 a 2011, o Hospital Regional de Santa Maria foi administrado pela iniciativa privada e funcionou bem. O problema não foi o modelo em si, mas o fato de que a gestão terceirizada daquela época não trabalhou de forma correta e o Estado não cumpriu seu papel de fiscalizá-la.

O que defendo é que os serviços sejam prestados da forma mais eficiente, tanto para os cidadãos quanto para os cofres públicos. Para que essas condições sejam atingidas, devemos estudar cada situação e, em caso de concessão ou de parceria, fiscalizar.

DIÁLOGO

Sempre falo de participação conjunta de todos os segmentos envolvidos no desenvolvimento da nossa cidade, desde os cidadãos até o setor produtivo. Essa interação é fundamental para que ocorram as mudanças que vão fazer diferença para todos que vivem no Distrito Federal.

JOÃO CARDOSO PROFESSOR- AUDITOR

JOÃO CARDOSO PROFESSOR-AUDITOR (AVANTE)

JOÃO ALVES CARDOSO

BRASÍLIA (DF), 5/8/1966

PROFESSOR, AUDITOR E SERVIDOR PÚBLICO

CATÓLICO

CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES

OFICIAL DO EXÉRCITO (1985-1991)

AUDITOR FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS DA SECRETARIA

DO MEIO AMBIENTE (DESDE 1993)

PROFESSOR DA REDE PÚBLICA DO DF (DESDE 2001)

CONSELHEIRO DO ANTIGO TRIBUNAL DE JULGAMENTO

DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS, LIGADO À EXTINTA

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

DO DF (2006-2008)

SUBSECRETÁRIO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DA

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO DF (2007-2010)

ASSESSOR LEGISLATIVO E SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DF (2007)

COORDENADOR DE DIRETOS HUMANOS DA SECRETARIA DE

JUSTIÇA DO DF (2011-2014)

TRAJETÓRIA POLÍTICA

COMEÇOU A MILITÂNCIA POLÍTICA REIVINDICANDO MELHORIAS PARA AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DA SAÍDA NORTE. EM 2014, CONCORREU PELA PRIMEIRA VEZ AO CARGO DE DEPUTADO DISTRITAL PELO PEN. FILIOU-SE AO AVANTE EM 2017.



POLÍTICA SE FAZ NAS RUAS, CONVERSANDO COM AS PESSOAS E MANTENDO UMA APROXIMAÇÃO CONSTANTE. FIZ CAMPANHA NAS MADRUGADAS PARA ENCONTRAR OS TRABALHADORES NAS PARADAS DE ÔNIBUS E NAS MARGENS DA BR-020. ESSA FOI A FORMA QUE ENCONTREI PARA ESCUTAR E ABSORVER AS PRINCIPAIS DEMANDAS DOS BRASILIENSES, ESPECIALMENTE DOS MORADORES DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DA SAÍDA NORTE, ONDE VIVO E TRABALHO. COMO PROFESSOR E PAI DE ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA, DEFENDO A EDUCAÇÃO COMO PRINCIPAL POLÍTICA PÚBLICA. FAÇO PARTE DA BASE DO GOVERNO ELEITO, MAS ESTAREI SEMPRE ATENTO ÀS AÇÕES DO EXECUTIVO, POIS A FISCALIZAÇÃO É FUNÇÃO DO PARLAMENTAR.

SAÍDA NORTE

Um dos meus compromissos é dar assistência à população das regiões administrativas da Saída Norte (Sobradinho e Sobradinho II, Planaltina e Fercal). Com poucas emendas, poderemos resolver a questão da infraestrutura das escolas dessa área. Trabalharei para isso. Outra prioridade é a mobilidade: fazer com que o metrô e o BRT cheguem à região e construir um viaduto na BR-020, na entrada de Sobradinho, para desafogar o trânsito. Essa é uma questão imprescindível tanto para os moradores dali quanto para os de Planaltina e do Entorno. Também temos que incentivar o crescimento da região e estimular a geração de empregos, o que contribuirá para diminuir o fluxo de veículos para o Plano Piloto e para outras regiões administrativas.

DIÁLOGO COM O SETOR PRODUTIVO

Temos que aproveitar a experiência da iniciativa privada, representada por instituições organizadas como a Fibra, a Fecomércio e seus sindicatos, e trazê-la para a administração

pública. A partir da aproximação com o setor produtivo, por meio do Tribunal de Julgamento de Recursos Administrativos do DF, passei a ter uma admiração muito grande pelo segmento empresarial. São entidades justas, de alta produtividade e relevância, que respeitam o servidor e que são modelo de desburocratização e de trabalho de excelência.

PEQUENOS NEGÓCIOS

Incentivar os pequenos empresários é importantíssimo para o crescimento do DF e para a geração de empregos. Juntas, as empresas menores geram muito mais empregos do que as grandes indústrias. É nesse caminho que devemos seguir, mas, para isso, deve haver taxaação ainda menor, menos encargos e mais benefícios para esses empreendimentos.

Uma ideia muito interessante aqui para Brasília é investir em microcervejarias artesanais. Há um grupo local que quer instalar negócios desse tipo na W3 Sul. Acredito que seria uma forma de revitalizar o espaço, proporcionar lazer aos moradores e gerar emprego e renda

para a cidade. Vou lutar para viabilizar e apoiar projetos como esse porque acredito na nossa aptidão para pequenas indústrias.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Muitos deixam o DF e vão para as cidades vizinhas por conta da tributação alta, que é algo que precisa ser revisto. A falta de segurança jurídica para as empresas também é enorme. Apesar da legislação, as exigências variam de um técnico para outro, e isso trava os processos de licenciamento. A burocracia e essas obrigações que os empresários têm que cumprir para exercer qualquer atividade dificultam o processo. É preciso simplificar a emissão dos licenciamentos e conceder incentivos fiscais para que as empresas voltem a querer investir no DF.

LOGÍSTICA

Além de todas as questões burocráticas e legais, faltam infraestrutura, mobilidade e condições de escoamento da produção em Brasília. Somos um país continental, plano, de clima favorável e,

mesmo assim, não temos ferrovias. Isso é muito difícil de entender, principalmente para os estrangeiros que gostariam de investir aqui. Temos que diminuir nossa dependência do modelo rodoviário. Somos um país sobre rodas e nossas rodovias não são adequadas para fazermos esse escoamento de forma ágil.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O Estado tem que investir na capacitação da juventude. Precisamos trabalhar para garantir mais recursos e para fazer parcerias entre o governo local, a iniciativa privada e entidades da sociedade civil que possam oferecer essa qualificação aos jovens e aos trabalhadores de forma geral.

SERVIÇO PÚBLICO

O funcionalismo está desvalorizado no DF. A falta de estímulo faz com que haja um esmorecimento dos trabalhadores, o que prejudica a população como um todo. Essa insatisfação compromete até mesmo a diminuição da burocracia. Autarquias da área de fiscalização muitas vezes têm a má gestão como o

**INCENTIVAR
OS PEQUENOS
EMPRESÁRIOS É
IMPORTANTÍSSIMO
PARA O
CRESCIMENTO
DO DF E PARA
A GERAÇÃO DE
EMPREGOS.
JUNTAS, AS
EMPRESAS
MENORES GERAM
MUITO MAIS
EMPREGOS DO
QUE AS GRANDES
INDÚSTRIAS.**

maior entrave. Se o gestor é ruim e o servidor não se sente respeitado, ele pode acabar demorando mais para terminar o trabalho, segurando os processos — algo dentro da lei, mas que acaba atrapalhando o desenvolvimento.

Por isso fiscalizarei as condições de trabalho e de qualidade de vida do servidor da administração pública. É preciso acabar com ambientes de trabalho insalubres e resgatar o servidor para que ele possa contribuir para a cidade. Essa atenção ao tema também servirá para coibir fatos como as fraudes nas escalas dos médicos e de outros profissionais, um absurdo que tem que acabar.

SEGURANÇA PÚBLICA

É preciso investir no aumento dos efetivos das Polícias Civil e Militar. Não vemos mais peritos trabalhando em casos como arrombamento de residências, não há pessoas para tirar as digitais dos bandidos. Não é porque a polícia não quer trabalhar, e sim porque não há pessoal suficiente. Vou me dedicar a resolver esse problema. Outra ideia, que une educação e segurança, é a

A EXPLORAÇÃO DO
MEIO AMBIENTE
PARA RETIRAR A
MATÉRIA-PRIMA
É NECESSÁRIA,
MAS DEVE SER
REALIZADA
DE FORMA
RESPONSÁVEL.

de lutar pela retomada do policiamento do batalhão escolar em frente a cada unidade de ensino do DF. Esses policiais fazem a ligação entre a escola, a sociedade e as famílias. Fortalecer essa aproximação é uma forma eficaz de dar segurança à comunidade escolar.

MEIO AMBIENTE

Batalharei para que consigamos implementar todos os parques ecológicos já criados no Distrito Federal — são mais de 15. Participei ativamente da instauração de alguns deles, como o Parque Olhos D'Água, na Asa Norte, e sei como esses espaços são importantes para dar mais qualidade de vida à população.

A exploração do meio ambiente para retirar a matéria-prima é necessária, mas deve ser realizada de forma responsável. É preciso investir em estratégias sustentáveis sem radicalismo. Há locais em que a urbanização em certo ponto pode ser sinônimo de preservação do meio ambiente. Quando a área está pavimentada, por exemplo, as pessoas tendem a respeitar mais, evitam jogar esgoto, lixo, etc.

ORDENAMENTO TERRITORIAL

Não devemos restringir a ocupação habitacional no DF. É algo que não vai se estagnar, então deve ser feito de forma ordenada e com parâmetros técnicos. Defendo a retirada das ocupações em áreas de risco, mas é preciso manter as pessoas na região onde elas já estão acostumadas a viver. É o caso da Fercal. Moradores ganharam lotes em lugares distantes, como Samambaia, e acabaram os alugando e voltando a morar no mesmo lugar. Temos que favorecer as regiões para assentar as pessoas em áreas maiores, próximo às ocupações.

GESTÃO PRIVADA

Sou a favor desse modelo de gestão, dependendo da empresa e da forma como é feito. Atividades relacionadas à segurança pública ou à tributação devem ficar sobre a tutela do Estado. Na educação seria possível pensar em concessões ou parcerias, da mesma forma que ocorre em outros países. O mesmo vale para o sistema prisional e para o sistema socioeducativo, que poderiam funcionar melhor sob gestão privada.

JORGE VIANNA

JORGE VIANNA (PODE)

JORGE VIANA DE SOUSA

BACABAL (MA), 27/7/1976

EM BRASÍLIA DESDE 1980

ENFERMEIRO, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, PROFESSOR

E SERVIDOR PÚBLICO

CATÓLICO

TRAJETÓRIA POLÍTICA

INICIOU A ATUAÇÃO POLÍTICA NA UMES E NA

UNE. EM 2002, INGRESSOU NA SECRETARIA

DE SAÚDE DO DF E PASSOU A LUTAR PELA

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES. AJUDOU A

FUNDAR O SINDICATO DOS AUXILIARES E

TÉCNICOS EM ENFERMAGEM DO DF, DO QUAL FOI

DIRETOR ADMINISTRATIVO DE 2011 A 2018.

FILIOU-SE EM 2006 AO PSC, PARTIDO PELO QUAL

SE CANDIDATOU A DEPUTADO DISTRITAL EM 2010.

EM 2014, CONCORREU AO MESMO CARGO, PELO

PSD. FILIOU-SE AO PODEMOS EM 2018.



SOU DEFENSOR, TRABALHADOR E USUÁRIO DO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE, E ACREDITO QUE A SAÚDE DEVA SER CEM POR CENTO PÚBLICA E DE QUALIDADE. ISSO DEVE ESTAR ATRELADO A BOAS CONDIÇÕES DE TRABALHO. O PROFISSIONAL COM REMUNERAÇÃO ADEQUADA CERTAMENTE FORNECERÁ UMA MÃO DE OBRA MAIS QUALIFICADA. ISSO SEM DÚVIDAS SE REFLETE NO ATENDIMENTO. NÓS, TRABALHADORES DA SAÚDE, QUEREMOS SEMPRE ESTAR ATIVOS E SALVAR VIDAS. EM UM DIA DE TRABALHO NO SAMU, POR EXEMPLO, POSSO SALVAR UMA, DUAS, TRÊS VIDAS. NA CÂMARA LEGISLATIVA, PODEREI SALVAR MILHARES. ESSA SERÁ A MINHA MISSÃO.

DEPENDÊNCIA DO SETOR PÚBLICO

Por ser uma capital predominantemente de servidores, Brasília tem a economia fomentada quase que totalmente pelo serviço público. Minas Gerais tem a agropecuária, São Paulo tem a indústria e o comércio e o DF tem o servidor. Como somos criados com essa cultura, não nos importamos com os empresários. Os próprios parlamentares não se atentam a ajudar o empresariado. Precisamos de um chefe do Executivo que tenha essa consciência, de que uma hora não vamos conseguir manter o Estado só com os impostos dos servidores públicos. Essa dependência precisa ser repensada.

CESSÃO DE TERRAS

Passou da hora de incentivarmos a produção na nossa cidade. Temos uma das terras mais caras do País. A Terracap, em vez de ceder espaços para os empresários fomentarem a economia e gerarem emprego, prefere fazer uma reserva de mercado imobiliário para vender mais caro. Temos muito espaço em Brasília que poderia ser oferecido aos empresários.

Esse é um dos motivos pelos quais as empresas não ficam aqui e vão para o Entorno, que é mais barato. Acredito que, só com essa ação de dar o incentivo da terra, muitos já viriam para cá.

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

É necessário fomentar de verdade o Pró-DF, ampliar o programa e levá-lo para regiões que não o têm. Cidades em expansão, como Riacho Fundo I e II, deveriam receber iniciativas do tipo. Nas áreas em que o programa foi estabelecido, é fundamental que haja fiscalização. Em alguns lugares, onde deveriam estar funcionando indústrias, há moradias, o que é ruim para o desenvolvimento. Temos que fazer uma reavaliação disso, identificar quem de fato quer construir uma empresa e gerar emprego. Também deve haver acompanhamento dos casos em que o empresário constrói, não consegue se manter e acaba quebrando.

DESCENTRALIZAÇÃO

Se as regiões administrativas continuarem sendo cidades-dormitório e o Estado só

tiver interesse em construir prédios para arrecadar IPTU e não fomentar o setor produtivo, não haverá geração de emprego. Assim, as empresas ficam concentradas em locais específicos, piorando o trânsito, centralizando renda, atraindo a criminalidade. Eu, por exemplo, sou de Samambaia, mas às vezes quero comprar algo e tenho que ir a Taguatinga. Meu dinheiro acaba ficando em Taguatinga, e não em Samambaia.

Se não começarmos a ter indústria e comércio nas cidades, nunca sairemos dessa centralização do Plano Piloto. Para darmos condição às regiões em crescimento, além de oferecer estrutura para os empresários, precisamos investir em mobilidade, segurança, acesso à internet, fluidez no trânsito e universidades.

MEIO AMBIENTE

Vejo que os governos fazem muita coisa que dá ibope. E o que dá ibope é construir pontes, hospitais, colocar asfalto. Pouco vejo tratarem sobre questões ambientais. Tínhamos um lixão, que foi transferido para um aterro sanitário

fantástico, mas ninguém fala, por exemplo, de construir uma usina de energia de resíduos para fazer gás para Brasília ou então de investir em energia fotovoltaica. Já que temos tantos terrenos improdutivos, vamos instalar placas para criar energia. Essas ações não caminham por conta da falta de interesse. Ninguém tem ideias nem visões diferentes, há apenas quem diz o que não pode ser feito.

USO DO SOLO

Apoiarei todos os projetos que incentivem o crescimento da cidade, contanto que levem em conta os impactos ambientais. Temos que conhecer a terra, quais as destinações corretas para empresas, indústrias, áreas de preservação e normatizar o uso de cada local. Eu quero avaliar essa questão a fundo, porque quero que Brasília tenha uma área que possa acomodar cada setor, por isso foi muito importante a aprovação da Luos.

ENTORNO

Temos muitos moradores do Entorno que trabalham aqui, então temos que

**SE NÃO
COMEÇARMOS A
TER INDÚSTRIA
E COMÉRCIO NAS
CIDADES, NUNCA
SAIREMOS DESSA
CENTRALIZAÇÃO
DO PLANO PILOTO.**

pensar também na Ride. Brasília não tem um muro que a divide do Entorno. O problema é que estamos perdendo para Goiás na capacidade de geração de empregos, porque eles dão condições melhores. Se integramos a região, acabamos gerando o dobro de postos de trabalho. É um grande erro do governo e dos parlamentares não investir nisso. Apostar na Ride é melhorar aqui e lá.

DIÁLOGO

Valorizo a possibilidade de conversar e de debater com os representantes de outros segmentos. Acho fundamental e quero me aprofundar. Sempre saí em defesa do trabalhador, então não sou familiarizado com as necessidades do empresário. Não quero ser limitado, quero entender sobre outras áreas e crescer politicamente.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Devemos investir em parques industriais que estimulem a qualificação dos jovens para atender às várias demandas. Não adianta formarmos só técnicos em contabilidade, administração, informática.

Temos uma das maiores frotas de lanchas do Brasil, então é preciso investir na formação de mecânicos de lanchas. Carecemos de cursos para mecânicos de aeronaves e para técnicos de aparelhos hospitalares. Se uma máquina de raio-x quebra, temos que buscar manutenção em Goiás, em São Paulo, nos Estados Unidos. Estamos com o mercado superaquecido na parte hospitalar e não há técnicos.

Devemos fazer parcerias com o Sistema S e criar esses cursos. Hoje, mesmo com a informatização, a tecnologia e a automação, faltam pessoas para operar essas máquinas. Na medicina moderna, qualquer aparelho tem uma placa de computador. Até as macas, que antes eram a manivela, têm lá um botãozinho. Compramos mil macas por R\$1 milhão e o contrato de manutenção é de R\$2 milhões, porque os técnicos vêm de fora.

SAMU

Uma das minhas principais ideias é criar o Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento de Urgências e Emergências do Brasil. Sou instrutor do Samu e

**SAÚDE É DEVER
DO ESTADO E
NÃO PODEMOS
ACEITAR DE
FORMA ALGUMA
QUE ESSE
SERVIÇO SEJA
TERCEIRIZADO.
ISSO MOSTRA
INCOMPETÊNCIA
DA GESTÃO
PÚBLICA.**

nós enfrentamos extrema dificuldade de fazer treinamento porque não temos nenhum espaço para isso, então um dos meus objetivos é sugerir que façamos uma área com equipamentos, estrutura, heliponto — um local para ser usado não só pelos servidores do Distrito Federal, mas do Brasil. Ali também poderia haver escolas para os jovens aprenderem esses serviços.

INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

É justo que as pessoas com deficiência lutem pela inserção no mercado de trabalho, mas às vezes os empresários têm dificuldade de atender a essa demanda porque a segurança do trabalhador está em jogo. Defendo que a integridade do trabalhador seja respeitada, mesmo que ele não perceba que corre riscos.

No caso das pessoas com deficiência física, se a empresa não puder acomodá-las porque a atividade oferece riscos, isso tem que ser repensado.

PRIVATIZAÇÕES

Saúde é dever do Estado e não podemos aceitar de forma alguma que esse serviço seja terceirizado.

Isso mostra incompetência da gestão pública. Recursos nós temos, então nada justifica que o Estado não tenha vontade de resolver problemas e que queira contratar o serviço da iniciativa privada no caso de manutenção, por exemplo.

O que é gasto na iniciativa privada por conta da ineficiência do Estado é muito maior do que o que seria gasto para consertar uma máquina na própria gestão pública.

Há, no entanto, situações em que podemos buscar alternativas, como no caso de não termos um aparelho específico para um tipo de cirurgia. Temos uma demanda reprimida de cirurgias que não conseguimos fazer na rede pública porque não há estrutura, então devemos fazer uma parceria. O que não podemos é fechar um serviço e transferi-lo para a iniciativa privada. Isso é inadmissível.

Em relação a outros setores, não vejo problema em parcerias público-privadas. O Estádio Mané Garrincha, por exemplo, deveria ser privatizado, porque ali precisamos de outra visão, de algo que o torne mais atrativo. Nesse caso tem que ter lucro.

Mesmo assim, às vezes a privatização causa dano. No caso da telefonia, foi muito bom — hoje todo brasileiro tem celular, várias linhas telefônicas. Ao mesmo tempo, as campeãs de reclamações de consumidores são as empresas de telefonia. Ao que me parece, quando a tutela é do Estado, temos soluções mais rápidas para os problemas porque temos os órgãos fiscalizadores, como o Ministério Público.

JOSÉ GOMES

JOSÉ GOMES (PSB)

JOSÉ GOMES FERREIRA FILHO
BRASÍLIA (DF), 5/4/1982
EMPRESÁRIO
EVANGÉLICO

TRAJETÓRIA POLÍTICA

EMPRESÁRIO DO SETOR DE TERCEIRIZAÇÃO DE
SERVIÇOS GERAIS, FILIOU-SE AO PSB EM 2018.



TRABALHO NA ÁREA DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS E SOU UM GRANDE GERADOR DE EMPREGOS NO CENTRO-OESTE. QUERO LEVAR MINHA EXPERIÊNCIA PARA A CÂMARA LEGISLATIVA E CONTRIBUIR PARA QUE TODOS TENHAM ACESSO AO TRABALHO DIGNO. INFELIZMENTE, MORAMOS EM UMA CIDADE ONDE HÁ MUITO DESPERDÍCIO DE RECURSOS PÚBLICOS E CORRUPÇÃO. O QUE EU MAIS FIZ DURANTE A MINHA VIDA FOI GERIR NEGÓCIOS COM TRANSPARÊNCIA, ALGO QUE FALTA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. VIVEMOS UMA SITUAÇÃO POLÍTICA DE RENOVAÇÃO E DE COBRANÇA. VEMOS PESSOAS QUE TÊM EXPERIÊNCIA EM GESTÃO, QUE É O MEU CASO, SE COLOCANDO À DISPOSIÇÃO DO POVO PARA FAZER DIFERENTE. NÃO QUERO UMA VIDA MELHOR SÓ PARA MINHA FAMÍLIA, QUERO ISSO PARA TODA A POPULAÇÃO DO DF.

INCENTIVOS

Brasília se resume praticamente a servidores públicos, desempregados, terceirizados e autônomos sem coragem de abrir um negócio. Com tantas dificuldades no caminho, é preciso ter muita determinação para empreender. Minha ideia é apoiar projetos que incentivem grandes empresas e fábricas a virem para o Distrito Federal e que fortaleçam aquelas que já estão aqui. O que ocorre, muitas vezes, é injusto: empresas sonegadas ou que não são bem geridas têm a possibilidade de entrar no Refis. Por que aquelas que pagam impostos em dia, geram empregos e cumprem todas as suas obrigações não têm incentivos? Os bons não são valorizados. As empresas têm papel social. A partir do momento em que as ajudamos, estamos ajudando a sociedade e garantindo a estabilidade das famílias. O empresário tem muitas obrigações e se esforça para se reinventar e ser competitivo.

DESENVOLVIMENTO

Se avaliarmos o Pró-DF, a metade dos empreendimentos ou

MINHA
EXPERIÊNCIA COMO
ADMINISTRADOR ME
PERMITE SABER
QUE PROMOVER
UM AMBIENTE
COMPETITIVO E
COM IMPOSTOS
MAIS BAIXOS É
FORTALECER O
ESTADO.

está fechada ou virou residência. Quero que esse tipo de projeto seja retomado com seriedade. O projeto é bom, mas não houve fiscalização. Vemos lotes que estão lá há dez anos e que nunca geraram um emprego sequer.

Muitos fizeram tudo da forma correta e têm o mérito, mas o Estado não pegou de volta o lote daqueles que não agiram certo. Esses terrenos são da população. Se conseguirmos regularizar essa situação, acredito que impulsionaremos o crescimento da cidade e a geração de emprego e renda.

SEGURANÇA JURÍDICA E COMPETITIVIDADE

Quando abrimos um negócio, temos que ter a garantia de que os impostos não vão mudar da noite para o dia, ou de que o alvará não deixará de ser válido. Já vi empresários com o alvará de funcionamento que de repente receberam a notícia de que poderiam ficar sem o documento.

Também é necessário que tenhamos competitividade em relação aos impostos. Minha experiência como administrador me permite saber que promover um

ambiente competitivo e com impostos mais baixos é fortalecer o Estado. Essas medidas favorecem a geração de emprego e renda e o crescimento da economia.

DIÁLOGO INSTITUCIONAL

Precisamos melhorar muito essa relação entre o poder público e as instituições representativas no Distrito Federal. É importante ouvirmos entidades como a Fibra, que representa vários segmentos industriais essenciais para a geração de emprego e para a cadeia produtiva como um todo.

Não vejo como o País pode se desenvolver sem oferecer trabalho. Temos que diminuir a dependência da administração pública, dialogando e lutando juntos para melhorarmos o que for preciso.

BUROCRACIA

A melhor forma de agilizar os processos que envolvem os licenciamentos é mantê-los centralizados. Não é possível uma pessoa querer investir e produzir e não poder por falta de documentos.

Vou lutar para que a abertura de empresas e a emissão de alvarás no DF

ocorram da forma mais rápida possível. Acredito que a regulamentação do uso e da ocupação do solo também será essencial para a redução da burocracia no DF.

EMPREGO

Somos a capital do Brasil e não temos uma grande fábrica, como uma montadora de automóveis. Não tem como ficarmos fora desse tipo de mercado. A partir do momento em que trouxermos empresas desse tipo para cá, se elas operarem em dois turnos, estamos falando da geração de emprego para 500 a 2 mil pessoas. Há mais de 340 mil desempregados em Brasília, precisando apenas de uma oportunidade.

Vamos alimentar isso, valorizar o setor produtivo, acabar com essa imagem negativa sobre a relação dos empresários e dos trabalhadores. Aprendi com meu pai, que foi empresário por mais de 50 anos, que o trabalhador é sagrado para a empresa. Acredito que tenhamos que encaixar todos os segmentos no mercado de trabalho, levando em conta a peculiaridade de cada atividade. É fundamental haver espaço para quem

quer trabalhar. Tanto pessoas com deficiência quanto menores aprendizes têm que ter preferência — ainda considero baixo o percentual previsto em lei. Não só as empresas, os órgãos públicos também devem ter mais conscientização para recebê-los. Os jovens de 14, 15 anos têm que ter o que fazer. Quero estimular que esse jovem vá para os órgãos públicos, mas para trabalhar do lado de engenheiros, de contadores, não só para ficar atendendo ao telefone ou abrindo a porta.

QUALIFICAÇÃO

Pretendemos levar escolas de capacitação para cada região administrativa. Não só para os jovens, mas para qualquer um que precisar de formação. Além de o desemprego estar alto, nos vemos diante da falta de qualificação profissional. Há problemas de capacitação em todos os níveis, não só em áreas mais complexas. Levando essas escolas, por meio de parcerias com a iniciativa privada e com o Sistema S, deixaremos a população mais preparada e ajudaremos a reduzir os índices de desemprego.

**O ESTADO
TEM QUE
CUMPRIR SUAS
OBRIGAÇÕES
SOCIAIS, MAS
GERIR EMPRESAS
NÃO DEVERIA
SER O FOCO
PRINCIPAL DO
GOVERNO, POR
ISSO MUITAS
VEZES NÃO TÊM
SUCESSO.**

ENTORNO

Infelizmente, vemos que as pessoas do Entorno gastam duas, três horas para chegar ao trabalho, o que causa estresse e acaba atrapalhando a produtividade. É importantíssimo que façamos parcerias com Goiás para acabar com esse desgaste, ampliando o transporte público e melhorando a qualidade. Temos que nos preocupar, ainda, em criar um ambiente propício para os negócios nas cidades em que essas pessoas moram, descentralizando os polos de desenvolvimento para melhorar a vida de quem trabalha.

PRIVATIZAÇÃO

É uma boa opção não só para Brasília, mas para o Brasil. A partir do momento em que privatizamos, temos certeza de que a administração será mais presente e responsável. O Estado tem que cumprir suas obrigações sociais, mas gerir empresas não deveria ser o foco principal do governo, por isso muitas não têm sucesso. Vale a pena investir em parcerias e terceirizações também. Se tudo for feito com responsabilidade e

transparência, a população terá serviços públicos melhores.

TRANSPARÊNCIA NA APLICAÇÃO DE RECURSOS

No caso das obras públicas, por exemplo, a população precisa saber o valor exato de cada saco de areia e da mão de obra, e não só o valor cheio. Assim será mais fácil cobrar depois de quem executou. Em uma gestão séria, é preciso abrir as planilhas para evitar superfaturamentos e aditivos. Meu objetivo é contribuir para projetos que tenham esse foco. Temos que desenvolver a tecnologia para esse fim e dar informação à população. Se o cidadão precisa levar o filho ao pediatra, quero que ele consiga entrar no celular e verificar quem será o profissional que o atenderá, quantas pessoas estão na fila e a média de tempo de espera. Isso é muito importante, não só para o público, mas também para quem fiscaliza. Em uma empresa, o trabalhador tem que dar satisfação. Como deputados, temos que dar explicações ao povo, e eles precisam de informação para cobrar.

JÚLIA LUCY

JÚLIA LUCY (NOVO)

JÚLIA LUCY MARQUES ARAÚJO
PATOS DE MINAS (MG), 21/11/1985
EM BRASÍLIA DESDE 1990
CIENTISTA POLÍTICA E SERVIDORA PÚBLICA
CRISTÃ

CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES

SERVIDORA DA POLÍCIA FEDERAL (2003-2013)
ANALISTA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA CAPES
(2013-2014)
SERVIDORA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
(DESDE 2014)

TRAJETÓRIA POLÍTICA

FILIOU-SE AO NOVO EM 2018, ANO EM
QUE FUNDOU A #LIGADELAS, PLATAFORMA
DE GERAÇÃO DE REDE E DE ENSINO
PARA MULHERES.



LUTO PARA CAPACITAR AS MULHERES POR MEIO DE UMA REDE DE EMPREENDEDORISMO QUE TEM COMO OBJETIVO CRIAR OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS ENTRE ELAS. CONSIDERANDO QUE TEMOS UMA SOCIEDADE EXTREMAMENTE COMPLEXA, PERMEADA DE NECESSIDADES ESTRUTURAIS, NÃO POSSO TER UMA SÓ BANDEIRA, MAS ACREDITO QUE A PRINCIPAL FUNÇÃO DO PARLAMENTAR QUE QUISER ENTREGAR UM SERVIÇO DE QUALIDADE SEJA A FISCALIZAÇÃO. COMO A TÔNICA DA RELAÇÃO ENTRE O EXECUTIVO E O LEGISLATIVO LOCAIS, COM EXCEÇÕES, FOI A PROMISCUIDADE, ISSO IMPEDIU A CÂMARA LEGISLATIVA DE DESENVOLVER SEU PAPEL. FALTA TRANSPARÊNCIA NO PODER PÚBLICO. A MAIORIA DOS PROJETOS APROVADOS NA CASA É DECLARADA INCONSTITUCIONAL, ASSIM PERCEBEMOS QUE, HOJE, A PRINCIPAL FUNÇÃO NÃO DEVE SER LEGISLAR, E SIM FISCALIZAR. O GOVERNO DO DF É DOMINADO POR INTERESSES CORPORATIVISTAS DE GRUPOS QUE ACABAM TOMANDO DECISÕES DETURPADAS. CHEGO À CÂMARA LEGISLATIVA SEM DEVER FAVORES A NENHUM SETOR. ISSO ME COLOCA NA POSIÇÃO DE VERDADEIRA FISCAL DA POPULAÇÃO DIANTE DO MANEJO DOS RECURSOS PÚBLICOS.

GESTÃO PRIVADA

O Estado deve atuar nas falhas de mercado, nas políticas públicas, e não ser o próprio mercado, porque entendemos que a ação direta dele na atividade econômica tende a ser ineficiente e contaminada por interesses não republicanos. Defendemos a meritocracia, mas sabemos que ela só existirá no momento em que todos tiverem as mesmas condições de educação, de saúde, de infraestrutura. Acreditamos que, para chegarmos aos nossos objetivos, os serviços não precisam ser prestados integralmente pelo Estado. Por exemplo, o ensino de qualidade não precisa ser fornecido necessariamente pela escola pública. O Estado deve garantir que o ensino seja de qualidade de toda forma, mas isso pode ser feito por meio de parceria entre a iniciativa privada e o poder público. Há áreas em que a iniciativa privada oferece indiscutivelmente melhores serviços a um custo menor e de uma forma mais eficiente. Defendemos a privatização das empresas do DF, porque a maioria dá prejuízo, mas é necessário fazer um

estudo complexo do caráter estratégico de cada uma delas.

INFRAESTRUTURA

É o Estado que deve atuar nessa área, mas isso pode ser feito em parceria com a iniciativa privada, por meio de PPPs e de concessões. Brasília está com o orçamento engessado — só temos uma margem de 10% que não está comprometida. Ou o DF se abre para investimentos, ou não conseguiremos fazer grandes obras de infraestrutura. Ainda no que diz respeito à infraestrutura, há uma sobretaxação da tecnologia, como no caso da fibra ótica, o que prejudica a qualidade da internet.

MULHER

É preciso estimular a agremiação das mulheres. Por meio de parcerias, levamos capacitação a mulheres de várias cidades do DF. E é nisso que eu acredito, na força da iniciativa privada e do trabalho social para que elas consigam acordar para seu papel ativo. Outra medida que deve ser tomada é a expansão do número de vagas nas creches, sejam públicas ou em parceria com a

iniciativa privada. Até hoje a responsabilidade de cuidar dos filhos, principalmente nas famílias mais pobres, recai sobre a mulher, então é ela quem se afasta do mercado de trabalho. De certa forma, é punida por fazer essa escolha — se é que foi uma escolha, porque muitas vezes não pôde optar pelo planejamento familiar. Defenderei a disseminação de métodos contraceptivos e uma legislação menos conservadora no sentido de dar à mulher a liberdade de planejar sua família. Podemos articular parcerias com a Secretaria de Saúde do DF para ampliar o acesso aos métodos contraceptivos e ao planejamento familiar, para que a mulher seja capaz de definir seu próprio futuro.

MERCADO DE TRABALHO

Brasília precisa dar um salto, sair dessa ideia de mão de obra voltada para o serviço público. Se uma empresa precisar desenvolver um aplicativo, por exemplo, dificilmente conseguirá fazer isso em Brasília, porque ainda não fomos direcionados para o mercado tecnológico.

É necessário mudar esse pensamento de que todo mundo precisa de um curso superior, que não se aplica à realidade. Pretendo fortalecer as formações técnicas e expandir os cursos de qualificação, levando-os para mais perto das pessoas, por meio da destinação de emendas e pela potencialização de parcerias com a iniciativa privada. É mais barato financiarmos vagas em cursos privados do que abrir uma escola do governo. Também devemos investir fortemente na capacitação daqueles que estão presos, que são uma mão de obra jovem e ociosa. Essas pessoas vão voltar para a sociedade, então têm direito a uma vida digna por meio do emprego. Não é fazer uma política assistencialista, e sim dar emprego e capacitação.

DIVERSIDADE NAS EMPRESAS

Grandes empresas já entenderam que ter diversidade e pluralidade de pensamento no quadro de funcionários significa ter melhores soluções e, conseqüentemente, mais lucro. Mas essa solução nós construímos

**GRANDES
EMPRESAS JÁ
ENTENDERAM
QUE TER
DIVERSIDADE E
PLURALIDADE
GERA LUCRO.**

com diálogo, não com obrigatoriedade. Tem que olhar com muita cautela qualquer tipo de intervenção política no setor econômico, porque só quem está na atividade sabe dos próprios problemas.

Acredito que deva haver incentivo para que pessoas com deficiência entrem no mercado de trabalho, mas precisamos entender que não é em todo lugar que conseguiremos fazer isso. O Estado tem que estar aberto para discutir, entender a vicissitude de cada área e perceber se é possível absorver ou não essa demanda. O emprego tem que ser acessível a todos, mas o ideal é que não seja algo imposto pelo Estado.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Temos que trazer estabilidade e segurança jurídica para as empresas no DF para deixar de perder investimentos. As empresas somente investirão se tiverem a segurança de que a legislação correlata não é volátil. Brasília é marcada pela falta de fiscalização. Os lotes dados pelo Pró-DF não necessariamente

estão dentro da zona de desenvolvimento econômico e essa é uma questão que devemos atacar. Estudos do Tribunal de Contas do DF mostraram que, ao contrário do objetivo, o programa não aumentou o emprego nem a renda, nem trouxe o desenvolvimento para as regiões em que foi implantado. Isso deve ser avaliado pela Câmara Legislativa.

INOVAÇÃO

Brasília tem uma geração conectada e com ideias brilhantes, mas que não consegue prosperar. Nesses casos, o governo tem que entrar com subsídio e benefícios. Gostaria muito de ver o Parque Tecnológico de Brasília tomado por empresas de jovens, que precisam ter um incentivo para botar suas ideias em prática. Temos tudo para criar essa tecnologia aqui e usá-la a nosso favor.

No meio das startups, da inovação e do empreendedorismo, sabemos que Brasília está fervilhando. O que falta realmente é ter um governo aberto a essa perspectiva. É preciso atrair investimentos externos, ampliar nossa infraestrutura de internet.

**É IMPORTANTE
CONCILIAR O
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO,
ENTENDENDO A
VOCAÇÃO E AS
ESPECIFICIDADES
DE CADA REGIÃO,
MAS SEMPRE
RESPEITANDO O
MEIO AMBIENTE.
DE NADA ADIANTA
TERMOS ACRÉSCIMO
NA ECONOMIA
LOCAL SE DAQUI
A DEZ ANOS
NÃO TIVERMOS
MAIS ÁGUA.**

A cidade também poderia ganhar dinheiro com energia vinda do lixo, basta pensar estratégias para que isso ocorra.

DESBUROCRATIZAÇÃO

É importantíssimo não só simplificar a abertura de empresas como ajudá-las a começar a operar. Vou batalhar muito para que isso ocorra, acabar com essa mentalidade de que, para ter acesso ao crédito, é preciso ter uma empresa já estabelecida, um ponto alugado. Temos que ampliar as linhas de microcrédito especificamente para mulheres, startups e projetos de inovação e tecnologia, além de facilitar o acesso. No que diz respeito à liberação de alvarás, é preciso estabelecer prazo e responsabilizar o gestor que não o cumprir.

RIDE

O ideal é que as pessoas possam fazer tudo nas próprias cidades, para evitar os deslocamentos urbanos, que tiram a qualidade de vida e afastam a população da família, do esporte e do lazer. Por isso devemos atuar em parceria com Goiás para trabalhar a

Ride. Da mesma forma que temos que lutar para aumentar os investimentos no DF, as parcerias podem ser feitas pensando no Entorno.

USO DO SOLO

Qualquer matéria referente a esse assunto tem que ser muito bem avaliada, porque é um tema sensível. É importante conciliar o desenvolvimento econômico, entendendo a vocação e as especificidades de cada região, mas sempre respeitando o meio ambiente. De nada adianta termos acréscimo na economia local se daqui a dez anos não tivermos mais água. E já estamos vivendo a crise hídrica no DF, o que é mais um motivo para reforçar esse cuidado.

DIÁLOGO

É importante que o Estado chegue até as pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social. Normalmente, o desenho das políticas públicas é feito por um burocrata que desconhece a realidade da rua. Nesse sentido, apresentarei o meu gabinete itinerante, que será um automóvel

comprado com dinheiro próprio, com o qual visitarei as 31 regiões administrativas para coletar as necessidades de cada região. Política pública tem que ser discutida com base em dados, não em ideologia. Em relação ao diálogo com outros setores, há uma regra: se você não está organizado, não será ouvido. Isso vale para todos os segmentos. É preciso entender as dificuldades daquele setor, estabelecer essa comunicação com o Legislativo para que todos saiam ganhando. Quando o empresário ganha, ele gera mais emprego, e é isso o que todos querem.

LEANDRO GRASS (REDE)

LEANDRO ANTONIO GRASS PEIXOTO

BRASÍLIA (DF), 15/6/1985

PROFESSOR

CRISTÃO CATÓLICO

LEANDRO GRASS

TRAJETÓRIA POLÍTICA

SOCIÓLOGO, MESTRE EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DOUTORANDO EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO, PESQUISADOR E GESTOR CULTURAL PELA ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS IBERO-AMERICANOS. FOI SERVIDOR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (2009-2011). É MEMBRO DO MOVIMENTO AGORA! FOI FILIADO AO PSB (2014-2015) E EM 2016 PASSOU A INTEGRAR A REDE.



SOU PROFESSOR E MINHA HISTÓRIA DE VIDA E SERVIÇO À COMUNIDADE SE PROCESSOU NA EDUCAÇÃO. QUANDO OPTEI POR UMA CANDIDATURA, ISSO NATURALMENTE INFLUENCIOU MINHA AGENDA. MAS EU TENTEI CONSTRUIR ALGO ALÉM DO DEBATE EDUCACIONAL, QUE PUDESSE ATACAR UM DESAFIO QUE CONSIDERO SER O MAIOR HOJE DE BRASÍLIA E DO BRASIL: A DESIGUALDADE. A MELHOR ESTRATÉGIA PARA REDUZÍ-LA NO MÉDIO E NO LONGO PRAZO É O INVESTIMENTO EM POLÍTICAS PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE. NÃO ESTAMOS FALANDO SÓ DE ESCOLAS, DE CULTURA, MAS TAMBÉM DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, QUE DÁ SUSTENTABILIDADE ÀS POLÍTICAS COMO UM TODO. QUEREMOS FAZER UM MANDATO INDEPENDENTE DO GOVERNO DO DF, SEM INDICAÇÃO DE CARGOS E SEM NENHUM TIPO DE COMPROMISSO COM A ESTRUTURA DO GOVERNO. ISSO PARA ACOMPANHAR O EXECUTIVO COM UMA POSTURA NÃO SÓ CRÍTICA, MAS PROPOSITIVA, COLABORANDO, SUGERINDO, PRODUZINDO LEIS QUE POSSAM AUXILIAR NA GESTÃO DESSAS POLÍTICAS. ESSA É UMA BANDEIRA INTERSETORIAL.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO

A discussão orçamentária é o ponto central para garantirmos o investimento necessário na formação e na qualificação profissional, especialmente na formação técnica e no incentivo ao empreendedorismo. Devemos destinar mais recursos e exigir do Executivo investimento permanente em formação técnica. Aproveitamos muito mal os Institutos Federais aqui em Brasília, que muitas vezes não têm as turmas com lotação máxima. A Secretaria de Educação poderia ser uma articuladora do sistema de matrículas para levar os estudantes das escolas para os IFs. Na outra ponta, outro convênio, com a Secretaria de Desenvolvimento, faria a alocação dessa mão de obra formada no setor produtivo. Podemos construir aqui na Câmara Legislativa esse debate. Também são fundamentais as parcerias com entidades que profissionalizam pessoas com deficiência. Se a empresa não consegue encontrar uma solução para

contratar trabalhadores qualificados, precisamos debater. É preciso que existam parcerias para que as empresas tenham condições de cumprir a legislação, incluindo o Estatuto da Pessoa Deficiência.

INDÚSTRIA TECNOLÓGICA

O Biotic deve ser fortalecido porque tem tudo a ver com a identidade da capital. Para que o parque tecnológico se desenvolva, é preciso desburocratizar, criar um bom ambiente de negócios para quem está querendo iniciar seus projetos, como essa garotada com as startups, que precisam de sustentação.

POLOS DE DESENVOLVIMENTO

Sou favorável, na perspectiva das vocações locais, à política dos polos: industrial, tecnológico, de economia criativa, de agricultura, enfim, conforme a vocação naquele determinado local. É importante saber que tipo de investimento cabe ali. Polos que não funcionaram não contemplaram a vocação regional. Para haver parâmetros para as

políticas públicas, são necessárias evidências. A Codeplan produz muitos indicadores importantes e todo o corpo técnico do Executivo e do Legislativo deve auxiliar na produção desses dados. Precisamos fazer desenvolvimento econômico com embasamento técnico para não haver desperdício de recursos e para que se garanta a sustentabilidade dos novos empreendimentos. O investimento privado já tem essa característica, uma vez que empresários não abrem um negócio sem fazer estudos. O Shopping Popular da Rodoferroviária é um exemplo do que acontece quando não há estudo. É um desperdício de espaço e de dinheiro.

DEPENDÊNCIA DO SETOR PÚBLICO

O fato de Brasília concentrar o governo federal reforça essa dependência. Dificilmente vamos inverter por completo esse cenário, mas temos, principalmente na periferia, condições para fomentar uma economia mais dinâmica. Você vê cidades que são apenas dormitórios, mas que têm toda a condição de receber políticas

de desenvolvimento e de qualificação, e por consequência diminuir a pressão na mobilidade urbana e em serviços essenciais. Temos que olhar mais para Santa Maria, Ceilândia, São Sebastião, que têm população jovem e ativa, com potencial criativo imenso. Por que não fomentar o espírito empreendedor ali, para que criem seus próprios negócios, construindo um tecido social forte? Em Planaltina ouvimos muita reclamação em relação a emprego e renda. Precisamos olhar para fora — nossa visão ainda está fechada no Plano Piloto, no centro.

SEGURANÇA JURÍDICA

Vejo dois pontos como os mais frágeis nesse sentido: os alvarás e os benefícios econômicos. De repente o empresário se depara com uma situação nova, uma regra ou condição que desconhecia ou que é criada e que ele não consegue resolver, tirando a empresa da regularidade. Do ponto de vista territorial, a Luos já foi um grande avanço. Dá estabilidade e segurança jurídica aos pontos de

A DISCUSSÃO ORÇAMENTÁRIA É O PONTO CENTRAL PARA GARANTIRMOS O INVESTIMENTO NECESSÁRIO NA FORMAÇÃO E NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ESPECIALMENTE NA FORMAÇÃO TÉCNICA E NO INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO. DEVEMOS DESTINAR MAIS RECURSOS E EXIGIR DO EXECUTIVO INVESTIMENTO PERMANENTE EM FORMAÇÃO TÉCNICA.

comércio, de produção, de logística, de serviços. É uma das leis mais bem fundamentadas no DF, do ponto de vista de estudos técnicos. A Luos é inovadora e contraria nosso histórico de burocratização na regulamentação de espaços e edificações.

CRÉDITO

O Brasil tem uma política de macrocrédito, mas o microempreendedor tem muita dificuldade. Às vezes até consegue o dinheiro, mas não tem suporte técnico, logístico, orçamentário e financeiro. Nesse sentido é fundamental o trabalho do Sebrae, do Sesi, do Senai. O Sistema S tem essa função muito importante de dar suporte ao empresário e precisa continuar executando esse papel. Mas, tratando especificamente do microcrédito, é necessária uma discussão e o BRB é importante nesse sentido.

CONCESSÕES E PARCERIAS

É importante começar uma política de concessões para espaços públicos que hoje estão abandonados. A forma da concessão garante fiscalização e controle

PRECISAMOS FAZER
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO COM
EMBASAMENTO
TÉCNICO PARA NÃO
HAVER DESPERDÍCIO
DE RECURSOS
E PARA QUE A
GENTE GARANTA A
SUSTENTABILIDADE
DOS NOVOS
EMPREENHIMENTOS.

social maior do que a da privatização pura. Claro que a privatização é passível de debate e de análise. Em algumas situações, o serviço prestado pelo Estado quebra a competitividade e é de má qualidade. Nesse caso, se não for uma atividade que comprometa a soberania, por que não privatizar? Mas uma empresa do perfil da Caesb, por exemplo, não deve ser privatizada. Existem vários espaços no DF que podem passar por processos de concessão. No Parque da Cidade, por exemplo, esse processo começou timidamente, mas é necessário intensificá-lo. O complexo que envolve o Ginásio Nilson Nelson, o Mané Garrincha, o centro aquático Cláudio Coutinho e o autódromo, todos podem seguir por esse caminho.

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Pró-DF deu certo em algumas coisas e não deu certo em outras. Posso parecer repetitivo, mas os problemas passam diretamente por não se observarem as evidências. E o Pró-DF caiu nisso, em um movimento voluntarista

demais por parte do Estado. O desenvolvimento econômico demanda a intersetorialidade, com a educação, o meio ambiente, a cultura integrada com a ciência e a tecnologia na busca de soluções com base na economia criativa, pensando programas intersetoriais. O que ocorre é que cada secretaria tem seus programas, que ficam limitados porque não houve articulação, resultando em desperdício de recursos.

DIÁLOGO COM O SETOR PRODUTIVO

A Câmara Legislativa é a casa do povo. E o povo são os trabalhadores, os empresários, os líderes do terceiro setor. Então é fundamental que a gente tenha alinhamento e que haja periodicidade da nossa relação para maior interlocução. Muitas das boas ideias podem vir das entidades, permitindo a produção de leis de acordo com as demandas do setor produtivo. Emprego e renda são essenciais, então o que temos que fazer é criar um ambiente de cooperação.

MARTINS MACHADO (PRB)

MARCOS MARTINS MACHADO
SÃO PAULO (SP), 8/8/1966
EM BRASÍLIA DESDE 1995
MEDIADOR SOCIAL
EVANGÉLICO

MARTINS MACHADO

TRAJETÓRIA POLÍTICA

PASTOR LICENCIADO DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS, DESENVOLVE TRABALHOS SOCIAIS. FILIOU-SE AO PRB EM 2018. FOI ELEITO PARA O PRIMEIRO MANDATO COMO O DEPUTADO DISTRITAL MAIS VOTADO.



TUDO O QUE FAÇO É BASEADO NA PREMISSE DE QUE A FAMÍLIA DEVE ESTAR SEMPRE EM PRIMEIRO LUGAR. PERCEBO QUE AS PESSOAS AINDA VALORIZAM O CONCEITO REAL DE FAMÍLIA E QUE QUEREM A PROTEÇÃO DESSES VALORES. MINHA ATUAÇÃO NA ÁREA SOCIAL ME PERMITIU ENTENDER ISSO. DESENVOLVI TRABALHOS COM CRIANÇAS, JOVENS, IDOSOS, DEPENDENTES QUÍMICOS, FAMÍLIAS DE PRESIDIÁRIOS, TODO TIPO DE AÇÃO. PUDE VER DE PERTO O DESEMPREGO, PESSOAS ENFERMAS QUE NÃO CONSEGUEM ATENDIMENTO PELO SUS, A PREOCUPAÇÃO DE TODOS COM A SEGURANÇA PÚBLICA E AS DEMANDAS POR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE. NA CÂMARA LEGISLATIVA, QUERO CONTINUAR DESENVOLVENDO TRABALHOS COM O MESMO NORTE. VOU PRIORIZAR A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO DF E INVESTIR EM AÇÕES QUE BENEFICIEM OS QUE MAIS PRECISAM. ÀS VEZES, O DEPUTADO TEM UMA BANDEIRA INTERESSANTE, MAS É DISTANTE DO POVO. SÓ QUANDO ESTAMOS PRÓXIMOS PERCEBEMOS DE FATO A CARÊNCIA E AS NECESSIDADES DAS PESSOAS.

EMPREGO

Há mais de 300 mil desempregados no DF e é necessário apoiar o Executivo, fazer parcerias para estimular o empresariado e atrair empresas para cá, porque são elas que geram empregos. Sabemos que há muitos empreendimentos se mudando para outras cidades próximas, como Anápolis (GO). Às vezes nem são tão grandes, com 30 funcionários. Mas isso representa mais 30 pessoas sem emprego no DF, o que é preocupante.

No estado vizinho há incentivos e a carga tributária é menor — essa é uma das grandes barreiras que impedem o desenvolvimento da cidade e, consequentemente, a geração de postos de trabalho. Além de não termos uma política que estimule os novos empregos por aqui, estamos perdendo o que já temos. Não crescemos e ainda diminuímos.

MOBILIDADE

Para atrair empresas para o DF, é fundamental investir nos transportes. Temos que facilitar a mobilidade, que está péssima. Até hoje não foi construído o túnel

em Taguatinga, o que ajudaria muito no fluxo de trânsito. Também é importantíssimo que se faça a duplicação da estrada que vai até Brazlândia. Vou me empenhar para que obras como essas sejam tiradas do papel.

ABERTURA DE EMPRESAS

Em São Paulo, em um mesmo prédio, de uma sala para outra, o empresário consegue resolver de uma só vez todos os processos ligados à abertura de empresas, como emissão de licenças e alvarás. Quero propor algo parecido no DF. Temos aqui o modelo do Simplifica PJ, mas é preciso potencializá-lo e ampliá-lo para todas as regiões administrativas. Cada uma delas tem suas próprias necessidades de desenvolvimento.

Fortalecer as micro e pequenas empresas, não só no DF, mas em todo o Brasil, também é muito importante, e para isso não pode haver essa barreira da burocracia. Com as mudanças políticas que ocorreram, vemos que o povo quer que façamos diferente. Isso tem que começar pela desburocratização.

TECNOLOGIA

É preciso usar a modernização a favor do governo. A tecnologia pode contribuir muito para o combate ao desemprego, que acaba gerando outros problemas sociais. Algo tem que ser feito, porque a população cresceu muito — somos mais de 3 milhões de habitantes. Países de primeiro mundo investem em tecnologia, enquanto o Brasil parece estar despertando para isso só agora.

É necessário estimular o desenvolvimento de empresas startups, por exemplo, para que possamos gerar mais empregos. As características de Brasília dificultam a criação de grandes parques industriais, por isso podemos buscar alternativas com a própria tecnologia, atrair empresas que produzam de forma limpa. Também precisamos incentivar as empresas de software. Como parlamentar, farei tudo o que estiver ao meu alcance para defender e apoiar essa causa. O Biotic precisa de investimentos, recursos e parcerias para que seja potencializado. Além dos investimentos, temos

que focar a publicidade para o Parque Tecnológico de Brasília. As escolas têm que estimular isso, promover visitas guiadas para conhecer o espaço, por exemplo. Isso é extremamente importante para que os estudantes já comecem a ter uma visão diferenciada e para que a gente crie essa cultura de que a indústria tecnológica é um caminho para o DF. Eles já são superconectados.

LOGÍSTICA

Precisamos investir na construção do anel rodoviário do DF. Isso desafogará o trânsito e melhorará o escoamento da produção que sai daqui. Também é importante investir em ferrovias, porque estamos em um país continental. É algo que não ocorreu no passado, mas que deve ser feito agora. O transporte sobre trilhos — tanto trem quanto metrô — deve ser aprimorado e ampliado. O mesmo vale para o bilhete único, que tem que atender toda a população.

ENTORNO

O que ocorre lá se reflete aqui. Tem que haver integração não só com o DF, mas entre as cidades

**É PRECISO USAR
A MODERNIZAÇÃO
A FAVOR DO
GOVERNO.
A TECNOLOGIA
PODE CONTRIBUIR
MUITO PARA O
COMBATE AO
DESEMPREGO,
QUE ACABA
GERANDO OUTROS
PROBLEMAS
SOCIAIS.**

de Goiás que formam o Entorno. É algo que seria importante no que se refere ao transporte, por exemplo. É preciso estimular a parceria efetiva entre DF e Goiás. Na prática, vemos pouco esse diálogo, que deveria ser constante. Enquanto não insistirmos, essa região continuará desassistida. A Secretaria do Entorno cuidará justamente dessas questões. As pessoas precisam de um referencial para buscar seus interesses e a vocação de cada cidade. Estamos esperançosos em relação a isso.

PRIVATIZAÇÕES

Cada caso tem que ser analisado individualmente. A privatização tem que ser feita de forma bem estudada, com a comprovação dos impactos positivos para a população. Por isso os deputados têm que se aproximar das suas bases. Há situações em que vale a pena privatizar, sabemos que é uma tendência. Na área de saúde, temos que tomar cuidado. Não adianta melhorar a qualidade das instalações, mas piorar o atendimento. Não devemos simplesmente

AGORA É A
HORA DE OS
EMPRESÁRIOS
AGIREM, DE
PROCURAREM SEUS
REPRESENTANTES
E APRESENTAREM
SEUS PROBLEMAS E
SUGESTÕES.

pegar um modelo e reproduzi-lo, é necessário avaliar as características de cada região.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Às vezes há vagas, mas não há capacitação. É preciso investir em políticas que estimulem a formação profissional, com diversas opções de cursos para os interessados. Ampliar parcerias com o Sistema S, que tem que continuar sendo incentivado e valorizado, também é importante. Sabemos que muitas pessoas foram capacitadas por meio desse modelo, mas não podemos ficar só na dependência dele. Temos que ter outros projetos e alternativas, envolver escolas, universidades e programas sociais das comunidades nessa empreitada. É preciso, ainda, haver equilíbrio nas contratações, inclusive atendendo os menos favorecidos, como pessoas com deficiência, que têm muita dificuldade de entrar no mercado. O que não podemos é aumentar as exigências para os empresários contratarem essas pessoas. Temos que ouvir os

empresários e valorizar as reivindicações porque são eles que geram empregos e que pagam impostos. Não pode haver leis que acabem engessando de alguma forma a ação das empresas. Se for para alterarmos algo que beneficie as empresas sem prejudicar os que mais precisam, é só encontrarmos um denominador comum.

DIÁLOGO COM O SETOR PRODUTIVO

O relacionamento institucional com entidades representativas é fundamental. O empresário não pode ficar desanimado e perder as esperanças, tem que procurar os parlamentares que vão defender suas demandas. Com essa mudança do cenário político, agora é a hora de os empresários agirem, de procurarem seus representantes e apresentarem seus problemas e sugestões. Assim construiremos dias melhores.

PROFESSOR REGINALDO VERAS (PDT)

REGINALDO VERAS COELHO
CRATEÚS (CE), 2/1/1973
EM BRASÍLIA DESDE 1976
PROFESSOR
CRISTÃO

CARGO PÚBLICO ANTERIOR

DEPUTADO DISTRITAL (2015-2018)

PROFESSOR REGINALDO VERAS

TRAJETÓRIA POLÍTICA

GEÓGRAFO, TRABALHOU COMO PROFESSOR DA REDE PÚBLICA DO DF POR 23 ANOS (1992-2015). MILITANTE DO CAMPO PROGRESSISTA NA JUVENTUDE, ESTÁ NO PDT DESDE 2013.



MINHAS BANDEIRAS COMO PARLAMENTAR SÃO BASEADAS EM CINCO PILARES: A TRANSPARÊNCIA, A EFICIÊNCIA NO GASTO DOS RECURSOS PÚBLICOS, OS INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS EM EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA E SAÚDE, A ECONOMICIDADE — GASTANDO SÓ O NECESSÁRIO PARA O EXERCÍCIO PARLAMENTAR — E A ATUAÇÃO INDEPENDENTE. ESSES PILARES NORTEARAM MEU PRIMEIRO MANDATO E CONTINUO COM ELES, AGREGANDO UM PARA O QUAL TEREMOS QUE REDIMENSIONAR A EQUIPE: O AUMENTO DA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS FECHADOS PELO GOVERNO DO DF. TEREI UMA EQUIPE QUE VAI ACOMPANHÁ-LOS DE PERTO. É UM TRABALHO INTRÍNSECO À ATUAÇÃO PARLAMENTAR, MAS QUE, POR SER MARINHEIRO DE PRIMEIRA VIAGEM E TER FOCADO PRIORITARIAMENTE A EDUCAÇÃO NO MANDATO ANTERIOR, ACABEI DEIXANDO EM SEGUNDO PLANO. VOU TOMAR ESSA ATITUDE PORQUE VEJO QUE UM TERÇO DOS CONTRATOS É RUIM E OS OUTROS DOIS TERÇOS TÊM PROBLEMAS, ENTÃO TODOS TÊM QUE SER FISCALIZADOS.

MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Costumo dizer na Câmara Legislativa que sou o deputado de formação marxista que mais defende a lógica capitalista. Odeio a palavra proibição — e adoram fazer projetos de lei proibindo uma coisa ou outra e estabelecendo obrigações ao setor produtivo.

Quanto à isenção fiscal, temos que ficar atentos para que o Estado não perca arrecadação e para que se evite gerar benefícios a um determinado grupo em prejuízo de outros. É importante lembrar que o tema é atrelado a leis federais, então os deputados distritais têm pouca capacidade de atuação. Tenho muito cuidado com essa área porque é a que menos domino. Em outubro de 2018 foi aprovada na Casa a lei que homologou o convênio referente à convalidação de incentivos. Eu estudei bem o projeto, mas, como tinha inseguranças, preferi me abster. Mas propostas menos complexas, que desburocratizam e que incentivam, sempre terão meu apoio. Temos que

fazer com o Executivo uma reforma tributária geral no DF para equilibrar a concorrência com Goiás e Minas Gerais, que tem sido desleal.

SEGURANÇA JURÍDICA

Temos que reconhecer que o último governo avançou na medida do possível para diminuir a instabilidade no ambiente de negócios. Votamos o novo Código de Obras e Edificações, a Luos e o ZEE em 2018. São três leis que vão dar muita segurança jurídica ao Distrito Federal.

DESBUROCRATIZAÇÃO

A proposta de criação da Central de Aprovação de Projetos, em 2015, era interessante no sentido de minimizar os processos de corrupção que ocorriam quando a liberação dos projetos era descentralizada. Porém, na prática, a CAP entrou em colapso.

Agrada-me parcialmente a proposta do novo governador de acreditar no empresariado, permitindo que o empresário abra o negócio e receba o alvará, um licenciamento provisório. Sou temeroso porque há gente que se aproveita dessa condição para constituir a empresa

de qualquer maneira, acreditando que depois a legislação vai se adequar à irregularidade, algo que tem sido uma prática histórica no DF. É preciso ter cuidado ao descentralizar a liberação de alvarás para não abrir espaço para as pequenas corrupções.

DEPENDÊNCIA DO SETOR PÚBLICO

A cidade nasceu com a função político-administrativa, porém cresceu sem capacidade de absorver a quantidade da mão de obra disponível. Quando a Lei Orgânica foi formulada, no começo dos anos 1990, houve a abertura para a atividade industrial, com limitações para que não fosse poluente, dentro de uma lógica ambiental. A Lei Orgânica foi influenciada pela conferência Eco 92, conferência realizada no Rio de Janeiro em um período em que o movimento ambientalista estava muito forte, o que é corretíssimo. Mas a cidade ficou engessada e a situação piorou depois, com a guerra fiscal. A única forma de reduzir a dependência do setor público é investindo na

atividade industrial e turística no DF. Para isso acontecer, vamos precisar criar mecanismos de isenção que não sejam exagerados, proporcionar infraestrutura adequada para receber novos negócios e, acima de tudo, nos unir ao Entorno, porque não adianta o DF fazer isso sozinho.

INDUSTRIALIZAÇÃO

A retração do PIB industrial no DF está relacionada diretamente à queda dos negócios na construção civil. Como houve diminuição de linhas de crédito para financiamento de imóveis populares e para a classe média, o segmento entrou em crise e trouxe com ele toda a indústria. É importante reaquecer a construção civil com mecanismos de incentivos para que o consumidor volte a comprar imóveis. É um segmento que tem efeitos sobre toda a cadeia produtiva. O BRB é muito fraco na função de banco de desenvolvimento. Teria de ser adotada pela instituição uma lógica próxima à do FCO, com aporte de recursos com juros subsidiados principalmente para

**SOU O DEPUTADO
DE FORMAÇÃO
MARXISTA QUE
MAIS DEFENDE
A LÓGICA
CAPITALISTA.
TEMOS QUE FAZER
COM O EXECUTIVO
UMA REFORMA
TRIBUTÁRIA
GERAL NO DF PARA
EQUILIBRAR A
CONCORRÊNCIA
COM GOIÁS E
MINAS GERAIS,
QUE TEM SIDO
DESLEAL.**

o micro e pequeno empresário. Mas não adianta dar crédito se o Estado não der infraestrutura mínima. É perder no início para ganhar depois, mas o Estado tem que ter retorno.

CRESCIMENTO ECONÔMICO

Como não prevaleceu a lógica econômica, poucos programas de desenvolvimento tiveram sucesso e muitos tiveram questionamentos. As ADEs e o Pró-DF em alguns momentos atenderam a interesses corporativistas e pessoais, relacionados muito mais a uma lógica política do que ao desenvolvimento econômico.

Nos casos das empresas que não cumpriram as regras depois de receber o benefício, o Estado tem que agir de forma contratual: se foi assinado, tem que ser seguido até o fim. Se não cumpriu, que a empresa perca os benefícios. Acredito que seja importante também trazer de volta as empresas que migraram do DF nos últimos 20 anos, criando polos industriais e lhes oferecendo incentivos fiscais temporais.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Temos um aeroporto moderno, boa rede rodoviária, mão de obra qualificada e tradição no desenvolvimento tecnológico. O que falta é a criação de uma política verdadeira nesse sentido, algo que nunca existiu no Distrito Federal. Temos todas as variáveis e, para amarrá-las, só faltam vontade política e investimento verdadeiro. No DF estão os grandes bancos, toda a tecnologia que gere a administração pública federal, além de grandes empresas do setor privado. Precisamos de uma Secretaria de Tecnologia realmente atuante, que cuide de fato do desenvolvimento nessa área.

Hoje o Biotic é uma ideia, mas ainda não se concretizou porque precisa de incentivos para se desenvolver e atrair investimentos privados.

LOGÍSTICA E MOBILIDADE

Sou geógrafo e já fui estudioso da área de transporte. Nossos problemas não serão resolvidos aqui no DF. É necessária uma mudança política federal, com a

**PRECISAMOS DE
UMA SECRETARIA
DE TECNOLOGIA
REALMENTE
ATUANTE, QUE
CUIDE DE FATO DO
DESENVOLVIMENTO
NESSA ÁREA.**

descentralização do nosso modal, diminuindo a dependência do transporte rodoviário para o País não entrar em colapso com uma paralisação de caminhoneiros, como foi em 2018.

É importante que se faça uma política séria que integre as principais modalidades: rodoviária, ferroviária, aérea e por dutos. Só uma política federal pode colocar em prática a famosa ligação férrea da Saída Sul com Goiás, que poderia ser tanto para o transporte de cargas como para o de passageiros. Aqui falta vontade política para romper com as grandes empresas que dominam o transporte rodoviário do Distrito Federal e do Entorno.

O rendimento do trabalhador cai muito com a condição enfrentada hoje. Há estudos que mostram que alguém que perde uma hora e meia se deslocando para o trabalho, preso no transporte público, perde de 10% a 20% da capacidade produtiva.

GESTÃO PRIVADA

Sou contra a privatização em qualquer setor estratégico para o Estado ou para a sociedade,

como energia elétrica e água. As concessões podem ser negociadas nas áreas em que o Estado não tem capacidade ou é incompetente para atuar. Sou a favor, com o Estado fiscalizando para que as empresas não abusem na cobrança de pedágios. E as PPPs são o caminho em qualquer sociedade moderna. O último governo tentou fazê-las e, preciso ser honesto, tentou fazer bem, mas o Tribunal de Contas do DF acabou criando empecilhos.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO

É necessário investir em qualificação profissional via Sistema S em parceria com o governo local. Para atender à demanda da indústria tecnológica, temos que investir na escola integral, com a formação técnica no contraturno e com foco nas necessidades do setor produtivo. No nível acadêmico, a indústria precisa estar junto da universidade no processo de formação e no incentivo à pesquisa.

No que diz respeito à inclusão no mercado, há programas que têm muito mais viés social que de

desenvolvimento, como para aprendizes. As cotas são políticas públicas efetivas de integração e de inclusão. Só precisamos tomar cuidado com o excesso. É importante que a gente tenha uma reserva de vagas obrigatória para deficientes nas empresas, mas acho que a cota para apenados não deveria ser obrigatória, e sim parte de uma política inclusiva da empresa, sem interferência do Estado.

DIÁLOGO COM O SETOR PRODUTIVO

Nos meus primeiros quatro anos na Câmara Legislativa, tive uma relação muito democrática, saudável e republicana com o setor empresarial e eu digo isso mesmo sendo de formação marxista, que poderia me fazer ter certa resistência. O setor produtivo sabe se organizar e dialogar, e por isso consegue defender muito bem os interesses do setor na Casa.

RAFAEL PRUDENTE (MDB)

RAFAEL CAVALCANTI PRUDENTE

BRASÍLIA (DF), 5/11/1983

ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E EMPRESÁRIO DOS RAMOS DE
TECNOLOGIA E DE SEGURANÇA PRIVADA

EVANGÉLICO

CARGO PÚBLICO ANTERIOR

DEPUTADO DISTRITAL (2015-2018)

RAFAEL PRUDENTE

TRAJETÓRIA POLÍTICA

FOI MEMBRO DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA DO DF E DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA. FILIOU-SE AO MDB EM 2013, PARTIDO PELO QUAL FOI ELEITO PARA DOIS MANDATOS. FOI CORREGEDOR DA CÂMARA LEGISLATIVA EM 2015 E 2016.



VENHO DO SETOR PRODUTIVO E AJUDAREI COMO PUDER NA APROVAÇÃO DE PROJETOS QUE NOS FAÇAM AVANÇAR, POR MEIO DA REDUÇÃO DE IMPOSTOS, DA DIMINUIÇÃO DA BUROCRACIA OU DE INICIATIVAS QUE ATRAIAM INVESTIMENTOS PARA O DF. PRECISAMOS REDUZIR O ÍNDICE DE DESEMPREGO E DAR OPORTUNIDADES ÀS PESSOAS. SÃO TEMAS QUE TÊM QUE SER SUPERADOS E DISCUTIDOS ENTRE O GOVERNO, A CÂMARA LEGISLATIVA E O EMPRESARIADO PARA CRIARMOS CONDIÇÕES DE RETOMAR O CRESCIMENTO DA NOSSA CIDADE. A RENOVAÇÃO POLÍTICA EM TODO O PAÍS NOS DEU ESPERANÇA PARA FAZERMOS UM MANDATO COM DIÁLOGO FRANCO E OTIMISTA. TENHO CONVICÇÃO DE QUE A ECONOMIA DARÁ SINAIS DE RETOMADA, E ESPERO QUE ISSO TAMBÉM OCORRA NO DF. NA CASA, DAREI SUSTENTAÇÃO AO EXECUTIVO LOCAL.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

A receita para a geração de empregos é desburocratizar, dar segurança jurídica e manter um banco de fomento. Nos últimos anos, só ouvimos falar de crise. Espero que possamos mudar essa realidade e que o DF invista para que grandes obras ocorram e para que as empresas que foram embora daqui possam retornar. O governo terá que nos mostrar que está trabalhando na desburocratização do Estado.

O BRB poderia dar muito mais resultado. Poderia ajudar as empresas com subsídios para investir nos negócios ou ampliá-los. Não deveria ser um banco para dar lucro, e sim ter as menores taxas de juros. O BRB deveria ser uma espécie de BNDES do Distrito Federal. Se pensarmos, por exemplo, nas ruas residenciais de Ceilândia, em várias há salão de beleza na garagem, alguém vendendo pamonha, refrigerante. Isso demonstra a vontade de empreender. Tenho certeza de que essas pessoas não querem fazer isso no quintal de

casa a vida toda. Elas precisam de crédito, e podemos transformar o BRB na instituição que viabilizará esses recursos. Assim, pequenos empresários poderão investir para mais tarde dar retorno ao Estado com o pagamento de impostos.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Precisamos ajustar a legislação para o governo local retomar os terrenos que estão na mão de empresários que não investiram ou que simplesmente quebraram. Isso pode ser feito por meio de uma legislação que daria a oportunidade ao governo de negociar com o beneficiário. Superada essa etapa, poderemos pensar em outras áreas de desenvolvimento econômico.

Temos que fazer os ajustes legais também na escolha do beneficiário, porque não há critério, e então ampliar o programa. Planaltina, por exemplo, não tem área de desenvolvimento econômico e é uma cidade grande. No Riacho Fundo II, não há uma área de Pró-DF. Há ainda a falta de regularização fundiária, que

atrapalha o crescimento. Áreas comerciais, residenciais e mistas se transformaram em outras coisas e precisam ser regulamentadas para dar legalidade para os empresários que querem investir. Há cidades inteiras com áreas não regularizadas e temos que resolver esse problema. O DF tem áreas para empresas e não pode perder oportunidades de trazê-las para cá, especialmente as indústrias não poluentes.

BENEFÍCIOS FISCAIS

Tenho certeza de que muitos empresários do Brasil gostariam de estar no centro do poder, mas temos que dar condições para que eles venham. A convalidação dos benefícios fiscais é importante, mas ainda requer regulamentação e ajustes para que seja realidade. Queremos ver os efeitos dessa lei na garantia de mais facilidades para que empresas venham investir aqui.

DESBUROCRATIZAÇÃO

O RLE foi um grande avanço para o registro de empresas, mas temos que descentralizar e aperfeiçoar o processo, convocar mais servidores

ou fazer concurso público para que mais profissionais capacitados atuem nessa área. É preciso investir na CAP para os processos mais complexos e deixar os mais simples para as administrações. Aprovei uma legislação que autoriza o governo a fazer convênios com os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo e de Engenharia e Agronomia do DF. O objetivo é contar com profissionais que façam avaliações necessárias para liberar os documentos para o empresário. É uma das formas de dar celeridade às regularizações.

DIÁLOGO

Precisamos da Fibra, da Fecomércio, dos sindicatos e das associações no debate, na orientação e na apresentação de sugestões para construirmos projetos melhores para a população. A participação das entidades é fundamental para que saibamos o que ocorre com o empresário lá na ponta. Somos 24 deputados distritais com perfis diferentes e não temos condições de conhecer todas as áreas. O papel do Parlamento é justamente estar próximo

**O BRB PODERIA
DAR MUITO MAIS
RESULTADO.
PODERIA AJUDAR
AS EMPRESAS
COM SUBSÍDIOS
PARA INVESTIR
NOS NEGÓCIOS OU
AMPLIÁ-LOS. NÃO
DEVERIA SER UM
BANCO PARA DAR
LUCRO, E SIM
TER AS MENORES
TAXAS DE JUROS.**

de todos os segmentos. Para isso, é preciso ouvir, debater e manter as galerias e os gabinetes sempre abertos.

SEGURANÇA JURÍDICA

O que tem que mudar não é a legislação, mas sim a cabeça do gestor, que tem que cumprir o que foi pactuado. Contrato tem que ser respeitado, não pode ocorrer como o caso do Centro Administrativo ou do Pró-DF, em que empresários que assinaram os documentos ficaram sem segurança nenhuma. É preciso resolver esse problema. Temos que garantir a segurança jurídica para que os empresários que prestam serviço ao governo consigam receber.

ENTORNO

A criação da região metropolitana facilitará a destinação de investimentos para essa área. Os governos do DF e de Goiás precisam se entender e fazer parcerias para buscar investimentos especiais do governo federal para transporte, saneamento e saúde. Isso ajudará a não sufocar nem um lado nem o outro. Ambos devem assumir a responsabilidade para

que tenhamos mais desenvolvimento.

MOBILIDADE

Há projetos prontos que têm que ser colocados em prática para melhorar a vida da população do DF. O trem para Luziânia, por exemplo, facilitaria a vida de quase 50 mil pessoas, assim como o transporte de passageiros entre Brasília e Goiânia. Precisamos melhorar o sistema viário, expandir o BRT para o Recanto das Emas e para o Riacho Fundo II e investir no BRT Norte, que deve chegar a Sobradinho e a Planaltina. É importante concluir o projeto de expansão do metrô de Ceilândia e de Samambaia, além de desenvolver os trilhos para atender a população da Asa Norte. Do ponto de vista logístico, nosso aeroporto poderia ser muito mais bem utilizado. Outra possibilidade seria a construção do aeroporto de cargas em Planaltina, que transformaria o local em centro logístico.

QUALIFICAÇÃO

Com a ajuda do empresariado, podemos fazer uma avaliação sobre que tipo de especialidade está em falta no mercado.

**A CRIAÇÃO
DA REGIÃO
METROPOLITANA
FACILITARÁ A
DESTINAÇÃO DE
INVESTIMENTOS
PARA ESSA ÁREA.
OS GOVERNOS DO
DF E DE GOIÁS
PRECISAM SE
ENTENDER E
FAZER PARCERIAS
PARA BUSCAR
INVESTIMENTOS
ESPECIAIS DO
GOVERNO FEDERAL
PARA TRANSPORTE,
SANEAMENTO
E SAÚDE. ISSO
AJUDARÁ A NÃO
SUFOCAR NEM
UM LADO NEM O
OUTRO.**

A Secretaria do Trabalho, por meio dos recursos federais, poderia formar esses profissionais com a garantia de que o empresário vai contratá-los depois dessa capacitação. Também seria viável fazer convênios com o terceiro setor, com as igrejas e com professores para colocar isso em prática. Podemos usar o espaço das escolas da rede pública nos turnos vagos para fazer essas capacitações. Também é fundamental qualificar as pessoas beneficiadas por cotas de contratação, para que estejam preparadas para assumir a função e dar resultado para as empresas. A legislação deve existir pela função social e também porque gera economia para o Estado, mas tem que ser aperfeiçoada para que possa ser cumprida. O ideal seria que as regras fossem estabelecidas de acordo com a atividade ou o segmento, para atender às necessidades dos empregados e das empresas.

GESTÃO PRIVADA

Tudo aquilo que não é atividade-fim do Estado, que dá prejuízo e que

não tem função social deve ser privatizado. Um bom exemplo é o Metrô-DF. Pode melhorar muito se fizermos uma PPP e colocarmos no contrato uma série de investimentos. Mas é claro que, para isso, é preciso respeitar os profissionais que trabalham ali. Temos que dialogar com os servidores antes de adotar qualquer um desses modelos. CEB, Caesb e Ceasa também seriam possibilidades interessantes nesse debate.

REGINALDO SARDINHA (AVANTE)

REGINALDO ROCHA SARDINHA
ANÁPOLIS (GO), 30/8/1975
EM BRASÍLIA DESDE 1978
POLICIAL CIVIL
CATÓLICO

CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES

DIRETOR DO CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA
DO DF (2007-2009)
GERENTE DE CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
DA SUBSECRETARIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, DA
SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DF (2015)
ADMINISTRADOR REGIONAL DO CRUZEIRO (2016-2017)
ADMINISTRADOR REGIONAL DO SUDOESTE (2016-2017)

REGINALDO SARDINHA

TRAJETÓRIA POLÍTICA

POLICIAL CIVIL DESDE 1999, ATUOU
EM DIVERSOS CARGOS NO SISTEMA
PENITENCIÁRIO. EM 2009, COMEÇOU A
TRABALHAR NA FUNAP-DF E FILIOU-SE AO PMN.
CONCORREU AO CARGO DE DEPUTADO DISTRITAL
EM 2010 E DEIXOU A LEGENDA EM 2011.
ENTROU NO AVANTE EM 2018.



SEMPRE FUI FOCADO NO SETOR PRODUTIVO E NAS QUESTÕES DA RESSOCIALIZAÇÃO E DA REINserÇÃO DO PRESO NO MERCADO DE TRABALHO. NA CADEIA, TEMOS QUE CRIAR ALTERNATIVAS O TEMPO INTEIRO PARA LIDAR COM O ABANDONO DO ESTADO, SENÃO CORREMOS O RISCO DE ENFRENTAR UMA REBELIÃO, O QUE COLOCA EM RISCO A VIDA DOS PRESOS E DOS SERVIDORES. COMO ADMINISTRADOR REGIONAL, TIVE A OPORTUNIDADE DE VER DE PERTO O DESMANTELO DA MÁQUINA PÚBLICA, A FALTA DE RECURSOS E A COBRANÇA DA SOCIEDADE. PRECISEI ME EMPENHAR MUITO PARA FAZER A CIDADE ANDAR. O ESTADO É PESADO E MUITAS VEZES INEFICIENTE PORQUE SÓ TEM DINHEIRO PARA PAGAR A FOLHA DOS SERVIDORES. TEMOS QUE TER BONS GESTORES E VALORIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA PODER INVESTIR NO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE. FISCALIZAR O EXECUTIVO É UMA DAS ATRIBUIÇÕES DE UM DEPUTADO DISTRITAL. NÃO FAÇO PARTE DA BANCADA DA BALA, NEM DE QUALQUER OUTRA: MINHA ÚNICA BANDEIRA É O DISTRITO FEDERAL.

INDÚSTRIA TECNOLÓGICA

Por ser o centro do poder, Brasília tem como característica a dependência do setor público, o que já se tornou um problema com o crescimento da cidade. Não temos áreas para criação de grandes polos industriais, mas podemos investir no fortalecimento do setor produtivo com foco nas indústrias de tecnologia.

Seguindo o modelo de Campina Grande (PB), onde foi desenvolvido um polo digital, é preciso tornar o Biotic um espaço eficiente, com instalação de empresas e geração de empregos diretos e indiretos.

Temos todas as condições para virarmos consumidores da nossa própria tecnologia, mas, para isso, precisamos de investimentos que potencializem a nossa vocação. Os parlamentares devem se sentar com o Executivo local para definir essas metas.

SEGURANÇA PÚBLICA

Trabalharemos para acabar com o descrédito em relação às políticas de segurança pública, e isso inclui combater crimes

que são banalizados, como os furtos de celular. Os índices de criminalidade não são informados de forma correta — o único tipo de crime de que temos estatísticas precisas são os homicídios.

A descrença no Estado é tão grande que as pessoas desistem de ir à delegacia porque não querem perder tempo. O efetivo não acompanha o crescimento da população. É preciso reorganizar os órgãos de segurança e apostar em recursos como a instalação de câmeras de vigilância em todas as regiões administrativas. Seria um caminho para ajustar de maneira mais eficiente a distribuição do efetivo nas ruas do DF.

É preciso, ainda, fortalecer o monitoramento de presos com as tornozeleiras eletrônicas, algo pouco explorado em Brasília. Essa é uma forma de desafogar o sistema e de dar maior eficiência à máquina pública.

EMIÇÃO DE ALVARÁS

A criação da CAP foi uma ação mal planejada. Tirar das administrações regionais a responsabilidade de aprovar projetos acabou

com a celeridade na emissão de documentos. Isso prejudicou várias empresas, grande parte delas da construção civil. O governo é responsável direto pela escassez de oferta de empregos nesse segmento e, consequentemente, pela diminuição de emprego e renda no DF. Temos que desfazer esse erro para que o empresário possa voltar a investir. A demanda tem que voltar a ser descentralizada para que cada região administrativa emita alvará e habite-se de forma mais ágil. Se percebermos que isso está sendo feito de forma não republicana, temos que acionar a Polícia Civil.

CAPACITAÇÃO

O projeto da universidade distrital deve estar voltado para a capacitação na área tecnológica. É um câmpus de extensão menor, mais simples de ser construído, diferentemente do que ocorre com um curso de medicina, por exemplo. Precisamos buscar convênios com os Institutos Federais, o Sistema S e outras instituições de ensino que já oferecem cursos técnicos para a área. É preciso

ampliar as parcerias para aumentar a eficiência e criarmos de fato um verdadeiro cinturão tecnológico no DF.

TRIBUTAÇÃO

Quando uma indústria grande vai embora do DF, são milhões de reais por ano que deixam de vir para os cofres públicos. Saem daqui para o Daia, em Anápolis (GO), e para Goiânia porque fica mais barato mandar de lá para cá do que estar aqui. Precisamos urgentemente acabar com a guerra fiscal. A Câmara Legislativa tem que ajudar para que isso ocorra. Cada deputado deve se reunir com suas bases e avaliar as demandas específicas de cada setor da iniciativa privada.

LOGÍSTICA

A ferrovia é o transporte do futuro, mas nossa malha é muito antiga, por isso é difícil conseguirmos usar trens modernos. Existe um projeto de modernizar a linha férrea de Brasília até o Daia, que melhoraria muito o escoamento. Anápolis tem recebido muitas indústrias e montadoras de automóveis porque transformou-se em

A CRIAÇÃO DA
CAP FOI UMA AÇÃO
MAL PLANEJADA.
TIRAR DAS
ADMINISTRAÇÕES
REGIONAIS A
RESPONSABILIDADE
DE APROVAR
PROJETOS ACABOU
COM A CELERIDADE
NA EMISSÃO DE
DOCUMENTOS.
ISSO PREJUDICOU
VÁRIAS EMPRESAS,
GRANDE PARTE
DELAS DA
CONSTRUÇÃO
CIVIL.

um polo para as demais regiões do País. O DF, em parceria com Goiás e com o Poder Executivo federal, tem que avaliar a possibilidade de revigorar a malha férrea, aproveitar o que já temos e melhorar o sistema. Também no que diz respeito à logística, um dos objetivos do governo eleito é fazer com que o aeroporto consiga atender às demandas da produção de Brasília.

MOBILIDADE

Há várias linhas de ônibus de um programa integrado que não foram concluídas, então temos que fazer com que elas sejam finalizadas. Já existem as autorizações para execução, mas faltam recursos, e é nisso que vamos trabalhar. Além da malha viária, precisamos terminar a expansão do metrô.

Tudo isso ajudará a fazer a integração com o Entorno, mas só conseguiremos resolver a situação lá quando resolvermos nossos problemas internos: temos que melhorar nossa capacidade para receber esse fluxo externo, desafogar o trânsito e avaliar se o valor da passagem é justo para a população.

CAMINHAMOS PARA
UMA FALÊNCIA
PÚBLICA PORQUE
O ESTADO É CARO
E PESADO. SOU
A FAVOR DE QUE
SE PRIVATIZE
TUDO, MENOS A
SEGURANÇA.

PRIVATIZAÇÕES

Caminhamos para uma falência pública porque o Estado é caro e pesado. Sou a favor de que se privatize tudo, menos a segurança. Se aplicarmos esse modelo, não vai faltar emprego e teremos mais qualidade nos serviços prestados. É importante trazer a iniciativa privada para deixar a máquina pública mais leve, mas temos que ter agências fiscalizadoras para saber se a população está sendo bem atendida. Privatizar não é simplesmente deixar para lá — tem que haver um acompanhamento eficiente. O caso do Instituto Hospital de Base, por exemplo, vejo com bons olhos, porque diminuirá nossos gastos.

INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

Precisamos ajudar as pessoas com deficiência a se inserirem na sociedade por meio de oportunidades profissionais. O mesmo deve ocorrer com o trabalhador preso, que terá que voltar a conviver com a população. Eles precisam se sentir cidadãos, e as empresas têm que entender que absorver esse tipo de mão de obra é bom para elas também.

Como parlamentares, é importante criarmos dispositivos legais para que essas inserções sejam feitas de forma criteriosa, que se adequem às necessidades de cada empresa. A regras de cotas de contratação atuais generalizam.

No caso dos menores aprendizes, deve ser prioridade do Estado não só oferecer trabalho, mas educação de qualidade e esporte para a juventude.

DIÁLOGO COM O SETOR PRIVADO

Emprego é sinônimo de família fortalecida e de prevenção à saúde, e é isso o que queremos. O Parlamento tem que ser mais próximo do setor produtivo, principalmente do agronegócio, que move o País.

É preciso se sentar com as entidades representativas dos empresários, com os sindicatos e com o governo local para saber como ajudar Brasília a continuar crescendo. Trabalharei em conjunto com todas as partes para apoiar qualquer proposta que vier para a Câmara Legislativa com a finalidade de gerar emprego e beneficiar o setor produtivo.

ROBÉRIO NEGREIROS (PSD)

ROBÉRIO BANDEIRA DE NEGREIROS FILHO

BRASÍLIA (DF), 7/9/1978

EMPRESÁRIO DOS SETORES DE SERVIÇOS E TECNOLOGIA
CATÓLICO

CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES

ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR NA CÂMARA LEGISLATIVA
(2007-2011)

ASSESSOR ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA DA CAESB (2011)

DEPUTADO DISTRITAL (2012-2014 E 2015-2018)

ROBÉRIO NEGREIROS

TRAJETÓRIA POLÍTICA

FOI VICE-PRESIDENTE PARA ASSUNTOS
FINANCEIROS DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS
EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE
DE VALORES E DIRETOR DO SINDICATO DAS
EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA, SISTEMAS
DE SEGURANÇA E CURSOS DE FORMAÇÃO E
TRANSPORTE DE VALORES DO DF. FOI FILIADO
AO PMDB DE 2009 A 2016, ANO EM QUE SEGUIU
PARA O PSDB. PERMANECER NO PARTIDO ATÉ
2018, QUANDO ENTROU NO PSD.



EU VENHO DO SETOR PRODUTIVO, ENTÃO ENTENDO AS MAZELAS E OS ANSEIOS DO SETOR. VEJO MUITAS EMPRESAS SAINDO DO DF, A GENTE PERDENDO INVESTIMENTO. SÓ AQUI O MINISTÉRIO PÚBLICO É FEDERAL, E POR ISSO NÃO DEPENDE DA RECEITA LOCAL. ASSIM, O ÓRGÃO ATACA O REFIS E QUESTIONA LEIS IMPORTANTES PARA O SETOR PRODUTIVO.

NÃO PODEMOS LEGISLAR SOBRE TEMAS TRIBUTÁRIOS, MAS PODEMOS DIALOGAR COM O GOVERNO PARA QUE ESSAS MATÉRIAS CHEGUEM À CÂMARA LEGISLATIVA E PODEMOS DAR CELERIDADE A ESSAS APROVAÇÕES, RETOMANDO O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO DF. O BÁSICO PARA QUALQUER POLÍTICO É BRIGAR POR SAÚDE, SEGURANÇA E EDUCAÇÃO. O DESEMPREGO ESTÁ ALARMANTE, EMPRESAS FECHARAM, OUTRAS SAÍRAM DO DISTRITO FEDERAL. A GENTE PRECISA REVERTER ISSO.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

A saída de tantas empresas do DF deixa claro que nenhum investidor vai colocar dinheiro em uma cidade que não tenha segurança jurídica, fiscal e tributária. Uma grande empresa acabou não investindo em uma nova planta no DF, e levou esses mais de 2,5 mil empregos para Minas Gerais, por culpa da insegurança jurídica e da substituição tributária, que acaba inviabilizando a produção em função de estados com ICMS mais competitivo. Isso mata nosso desenvolvimento. A falta de ação do Estado afasta o investidor. Estou muito entusiasmado com o novo governo. É a primeira vez que vejo um projeto que considere que, para aumentar a arrecadação, não se pode matar o setor produtivo, mas sim incentivar novos investimentos. Temos que atualizar a legislação, por exemplo, para ampliar a isenção do ICMS sobre a energia fotovoltaica.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Isenções fiscais têm que ter período determinado, não podem ser ad

aeternum. O Pró-DF, um dos programas mais inteligentes já criados, teve seu maior problema na falta de fiscalização. Locais como o Polo de Modas do Guarará, que era para ter empresas, estão cheios de quitinetes. Quem pagou aquele investimento foi a sociedade, com a isenção. Quem ocupou aquela região recebeu 90% de incentivos e deveria ter dado a contrapartida com a geração de renda e de empregos.

O Distrito Federal tem que resgatar o Setor de Indústria e Abastecimento, que hoje é setor de tudo, menos de indústrias. Ali temos diversas atividades, muitas não inerentes ao setor, como igrejas. Precisamos resgatá-lo como um setor verdadeiramente de indústria e abastecimento.

EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO

Estamos chegando a quase 80% da receita do DF comprometida com pagamento de folha. É preciso enxugar a máquina, porque sem isso não existe Estado eficiente.

O novo governo já propôs a redução do IPTU e

do ITBI. O mercado imobiliário está parado e 1% no ITBI, por exemplo, faria uma diferença muito grande. Serei um aliado do novo governo, mas não contem comigo para qualquer tipo de aumento de impostos. O que tem que ser feito na atual conjuntura é reduzir o gasto da máquina pública. E, para reduzir impostos, é fundamental ter responsabilidade fiscal.

ORDENAMENTO TERRITORIAL

A cidade não aguenta mais a falta de marcos regulatórios. Cristalina (GO) tem um ordenamento territorial e o DF não tem. No Setor de Indústrias Gráficas, por exemplo, uma área regida pelo PPCub, nenhuma empresa, além das gráficas, tem alvará. Creio que a Luos e o ZEE, votados no fim de 2018, mudarão isso.

DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ ECONÔMICA

Temos 80% dos servidores da União aqui, além de todos os do DF. Se eles não têm reposição salarial, o comércio vai mal. A cada cinco consumidores da nossa cidade, três são servidores.

É necessário melhorar a segurança tributária e fiscal, utilizar a legislação da convalidação, que nos permite competir com os municípios próximos, e trazer de volta as empresas que saíram daqui. A indústria é fundamental e tem um poder muito grande de contratação, mas no DF há queda na participação do setor no PIB. Essa situação requer empenho das empresas diante do Legislativo e do Executivo para adaptarmos e regulamentarmos a legislação, entrarmos efetivamente nessa guerra fiscal, de forma responsável, e permitirmos que a cidade se desenvolva.

EMPREGO E QUALIFICAÇÃO

O Senai já faz um papel fundamental na formação profissional como entidade do terceiro setor. Os últimos dois governos não foram efetivos na melhoria da qualificação profissional. A verba do FAT tem que ser utilizada para essa finalidade. É preciso que a Secretaria do Trabalho cumpra um importante papel de ponte entre empresas e pessoas com deficiência. Hoje

**É NECESSÁRIO
MELHORAR A
SEGURANÇA
TRIBUTÁRIA E
FISCAL, UTILIZAR
A LEGISLAÇÃO DA
CONVALIDAÇÃO,
QUE NOS PERMITE
COMPETIR COM
OS MUNICÍPIOS
PRÓXIMOS, E
TRAZER DE VOLTA
AS EMPRESAS QUE
SAÍRAM DAQUI.**

há uma dificuldade no preenchimento das cotas de contratação e a culpa não é dos empresários nem das pessoas com deficiência, mas de uma legislação com problemas.

Em um país desigual como o nosso, oportunidades assim são muito válidas, mas sempre procuro readequar os projetos de lei apresentados na Casa, excluindo a obrigatoriedade para certas atividades quando elas não são compatíveis para receber pessoas com deficiência. Eu tenho trabalhado nesse tema oficiando a órgãos para evitar que empresas sejam multadas mesmo trabalhando seriamente para cumprir a legislação.

LOGÍSTICA E MOBILIDADE

O BRT Sul gera muita reclamação porque não há integração para se chegar aos pontos de embarque. Os empresários são batalhadores por manterem suas atividades no Polo JK, com deficiências de mobilidade que causam dificuldades para o trabalhador e prejuízos à empresa. Dependendo da situação, precisam fornecer transporte para

SOU DE
CENTRO-DIREITA E
DE CUNHO LIBERAL.
SOU FAVORÁVEL
A DESINCHAR O
ESTADO, REDUZINDO
OS CUSTOS PARA
AUMENTAR OS
INVESTIMENTOS EM
OBRAS, PERMITINDO
A GERAÇÃO DE
EMPREGO E RENDA.

levar os empregados até as paradas de ônibus. É necessário também que sejam finalizadas as obras na região norte. No sudeste, há um estrangulamento no Riacho Fundo II, onde é necessário um viaduto ligando-o ao Recanto das Emas. E naquela região não há vias alternativas. A cidade está inchando e a mobilidade urbana não tem acompanhado.

RIDE

A criação da Secretaria de Estado do Entorno vai ajudar a estabelecer o diálogo entre o DF e Goiás. Se essa região está em más condições, a população de lá vem a Brasília para, por exemplo, usar os hospitais. E tem o direito de ser atendida, uma vez que a saúde é única. Acho que é muito importante essa integração entre os dois governos. Há locais, como o Condomínio Eldorado, parte no DF e parte em Goiás, e isso impede até mesmo a pavimentação completa.

GESTÃO PRIVADA

Sou de centro-direita e de cunho liberal. Sou favorável a desinchar o Estado, reduzindo os custos para aumentar os

investimentos em obras, permitindo a geração de emprego e renda. Nos processos de concessão de empresas públicas, é necessário se respeitar a transição em relação aos empregados, dando oportunidades para o diálogo com as categorias antes de qualquer tipo de movimentação nesse sentido.

ROOSEVELT VILELA (PSB)

ROOSEVELT VILELA PIRES
GOIÂNIA (GO), 12/11/1974
EM BRASÍLIA DESDE 1981
BOMBEIRO MILITAR

CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES

ADMINISTRADOR DA CANDANGOLÂNDIA, DO NÚCLEO
BANDEIRANTE E DO PARK WAY (2015 E 2017)
DEPUTADO DISTRITAL (2016)
SECRETÁRIO-ADJUNTO DE CIDADES (2016)

ROOSEVELT VILELA

TRAJETÓRIA POLÍTICA

FOI CANDIDATO A DEPUTADO DISTRITAL PELO
PSL EM 2010 E PELO PSB EM 2014 E EM
2018, QUANDO SE ELEGEU PELA PRIMEIRA VEZ.
ASSUMIU COMO SUPLENTE EM OUTUBRO DE 2015
E FICOU NA CÂMARA LEGISLATIVA ATÉ AGOSTO
DE 2016.



SOU ORIUNDO DO SEGMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA E EXERCI O PAPEL DE ADMINISTRADOR REGIONAL POR TRÊS ANOS, NO NÚCLEO BANDEIRANTE, NA CANDANGOLÂNDIA E NO PARK WAY. COM MINHA EXPERIÊNCIA NO EXECUTIVO E NO LEGISLATIVO, FAREI MAIS POR BRASÍLIA. O ELEITOR ESPERA QUE O REPRESENTANTE TENHA CAPACIDADE DE DISCUTIR TODOS OS TEMAS QUE ENVOLVEM A SOCIEDADE, POR ISSO, DURANTE MEU MANDATO, VOU TRABALHAR NOS DIVERSOS SETORES, SEM ME RESTRINGIR A TEMAS, PARA ATENDER ÀS EXPECTATIVAS DOS CIDADÃOS.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Brasília vai se tornar mais atrativa e competitiva com a aprovação de legislações que permitam a convalidação de incentivos. Nos últimos anos alguns estados atraíram indústrias e empreendimentos. O Distrito Federal precisa de legislação para evitar essas perdas. Enquanto estive na Câmara Legislativa, em 2016, aprovei a Lei nº 5.668, conhecida como o Refis-N, que tirou várias empresas da inadimplência, recuperando a capacidade delas de conseguir financiamento. A lei permitiu a renegociação de dívidas não tributárias em consequência de multas de órgãos de fiscalização. Brasília tem um grande potencial e está logisticamente muito bem posicionada. Poderia ser um ponto de produção e distribuição para todo o País. O BRB precisa fomentar e fortalecer os negócios e empreendimentos da cidade. Os rendimentos do banco podem e devem ser aplicados na cidade por meio do empreendedor. Precisamos tornar o BRB

um grande fomentador do desenvolvimento do DF.

VOCAÇÕES DO DF

Precisamos não só identificar nossas vocações, mas impulsioná-las. Nós temos que desenvolver a cidade para caminhos além do setor público. São bilhões previstos para o orçamento do DF em 2019, e boa parte deles é para pagamento de salários e sobra muito pouco para investimento. É importante alterar essa lógica para que, em longo prazo, haja maior margem para investir na cidade. A economia criativa, a construção civil e a área de tecnologia são algumas das vocações de Brasília. O governo alavancou a vocação de Brasília na área digital com o Biotic e o crescimento de uma economia tecnológica vai criar uma nova fonte de riqueza para Brasília. O ramo de games já aparece em pesquisas como um setor com grande possibilidade de crescimento no DF.

DESBUROCRATIZAÇÃO

Como administrador regional, recebi muitas empresas buscando licenças de funcionamento e era extremamente

frustrante entregar um calhamaço de exigências. Aquilo desanimava o empresário, que queria investir e gerar empregos, mas tinha na frente a gente, na figura do Estado, criando dificuldades burocráticas. Precisamos de um mercado mais acessível e que dialogue com os tempos modernos. O novo governo federal propõe um Estado menos burocrático, e Brasília deve seguir essa tendência. Faço uma comparação com o trabalho do médico que lhe diz que você tem uma doença após um exame. O que você faz com aquele laudo? Vai buscar o tratamento. O médico não envia o diagnóstico dele para que o CRM aprove, mas o engenheiro em Brasília precisa enviar o projeto que faz para a administração regional verificar se a janela está no tamanho correto. O Estado tem que proteger o que é comum, que são os afastamentos obrigatórios, a altura máxima. Se a pessoa quer fazer uma janela triangular, o Estado não tem que interferir. E, se por acaso ocorrer um erro de engenharia, há o Judiciário e o Crea para tomarem providências.

LICENCIAMENTO

A proteção ambiental é fundamental, assim como o desenvolvimento da nossa cidade e é possível aliar as frentes para que ambas possam contribuir para a melhoria integrada de nossa cidade. Como exemplo, no Park Way, há vários lotes com 2 mil metros quadrados nos quais o proprietário só pode usufruir de 500 metros. Assim, cada caso precisa ser avaliado, não trazendo prejuízos nem para o Estado nem para o cidadão.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As áreas de desenvolvimento econômico foram projetos fantásticos, mas que esbarraram em um dos grandes mercados de Brasília, que é o imobiliário. Em vez de o empresário produzir um ambiente para desenvolver o negócio, preferiu construir quitinetes, mas não sofreu sanção. Faltou fiscalização. O que há de mais caro em Brasília é terra. Agora é impossível resolver a situação, por exemplo, do Polo de Modas do Guará, que já perdeu a função original. Sou totalmente a favor de programas de desenvolvimento

A MOBILIDADE URBANA PRECISA SER MAIS MODERNA, EFICIENTE E COM VÁRIAS OPÇÕES DE MODAIS, ASSIM COMO ACONTECE EM OUTRAS CIDADES QUE TÊM O MESMO PERFIL DE BRASÍLIA, INTEGRANDO ÔNIBUS, METRÔ, VLT, BRT, BICICLETAS E OUTROS.

econômico, mas, com a experiência das ADEs e do Pró-DF, ficou claro que é fundamental a fiscalização passo a passo de cada projeto, desde a construção até a geração dos primeiros empregos. O Estado deve cumprir as regras e legislações vigentes. Uma contrapartida interessante seria que os investidores e empresários oferecessem um programa de capacitação e formação para beneficiários dos programas sociais para qualificação no ambiente profissional.

LOGÍSTICA E MOBILIDADE

Estamos no maior trevo viário do Brasil, entre as BR-040, 020, 070 e 060. São grandes rodovias que ligam o País inteiro e que se encontram aqui, ao lado de uma linha de trem e do aeroporto. E exploramos muito mal essa oportunidade. Parte desses eixos rodoviários passa pelo Setor de Postos e Motéis. Quando administrador da Candangolândia, eu fiz um projeto ampliando bastante as possibilidades desse setor para atrair grandes empresas de logística considerando esse fluxo, mas não conseguimos aproveitar esse potencial. A mobilidade urbana

TODOS OS
SEGMENTOS DO
SETOR PRODUTIVO
DEVEM ESTAR
JUNTOS NA CÂMARA
LEGISLATIVA,
PARTICIPANDO
ATIVAMENTE. QUERO
SER REFERÊNCIA
PARA O SEGMENTO
NA CASA.

precisa ser mais moderna, eficiente e com várias opções de modais, assim como acontece em outras cidades que têm o mesmo perfil de Brasília, integrando ônibus, metrô, VLT, BRT, bicicletas e outros.

Eu sou a favor de fazer um estudo mais aprofundado sobre a eficiência do transporte público no Distrito Federal. Em busca de um transporte público que todo cidadão queira usar como primeira opção de mobilidade, com tarifas justas e prestando um trabalho de qualidade para a população. Em determinados locais existe baixa demanda da população pelo transporte público, o que causa prejuízo para as empresas, e já em outros não há ônibus suficientes para a quantidade de usuários, causando prejuízo para o cidadão.

CONCESSÕES

Precisamos estar atentos às nossas empresas públicas para não correr o risco, por exemplo, de vermos a CEB entrar em um nível de prejuízo como estava em 2014. Acho que todas as empresas públicas devem priorizar a gestão pública. O Estado deve ser enxuto

e estabelecer diretrizes e fiscalização claras.

DIÁLOGO COM O SETOR PRODUTIVO

Todos os segmentos do setor produtivo devem estar juntos na Câmara Legislativa, participando ativamente. Coloco-me à disposição do setor para construir, de forma coletiva, ferramentas legislativas para fortalecer e fomentar as demandas do setor produtivo. Quero ser referência para o segmento na Casa.

VALDELINO BARCELOS (PP)
VALDELINO RODRIGUES BARCELOS
ITUIUTABA (MG), 30/5/1950
EM BRASÍLIA DESDE 1970
EMPRESÁRIO DO RAMO DE TRANSPORTE
EVANGÉLICO

VALDELINO BARCELOS

TRAJETÓRIA POLÍTICA

PRESIDIU DE 2006 A 2018 O SINDICATO DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS DE BENS E A COOPERATIVA DOS CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS DE CARGAS E PASSAGEIROS EM GERAL DO DF. FILIOU-SE AO PRP EM 2010, PARTIDO PELO QUAL CONCORREU A DEPUTADO DISTRITAL NAQUELE ANO E EM 2014. FOI ELEITO SUPLENTE NAS DUAS ELEIÇÕES. DEIXOU O PRP EM 2016 E, EM 2018, FILIOU-SE AO PP.



MINHAS PRINCIPAIS BANDEIRAS SÃO A DEFESA DO SETOR PRODUTIVO E ESPECIALMENTE DO SEGMENTO DE TRANSPORTES, DO QUAL SOU REPRESENTANTE. ESTREAR COMO DEPUTADO DISTRITAL É UMA RESPONSABILIDADE GRANDE. HÁ MUITO QUE FAZER DENTRO DA CÂMARA LEGISLATIVA PARA RECUPERARMOS O DF E O BRASIL. A COBRANÇA PELA RENOVAÇÃO É JUSTA E PRECISAMOS HONRAR ESSE COMPROMISSO COM A POPULAÇÃO. NÓS, OS 24 DEPUTADOS DISTRITAIS, TEMOS QUE TRABALHAR EM CONJUNTO PARA AJUDAR O EXECUTIVO LOCAL E COBRAR UM POSICIONAMENTO PARA QUE AS COISAS OCORRAM DE FATO. VAMOS BATALHAR PARA AMENIZAR O DESEMPREGO, QUE É ASSUSTADOR E ATINGE TODO O PAÍS. TAMBÉM VAMOS ACABAR COM ESSE MARTÍRIO EM QUE VIVEM OS EMPRESÁRIOS EM RELAÇÃO À TRIBUTAÇÃO. TEMOS QUE ENCONTRAR AS MELHORES ALTERNATIVAS PARA RESOLVER ESSE PROBLEMA E FAZER A ECONOMIA GIRAR.

MOBILIDADE URBANA

É preciso haver uma renovação total no transporte coletivo do DF. A frota de ônibus está ultrapassada, lenta, sem ar-condicionado, além de o serviço não ter qualidade para a população. Como legislador, sei que a solução não depende só da Câmara Legislativa, mas quero ajudar o governo do DF na busca de medidas para melhorar a vida do povo que usa o transporte público todos os dias. Estou ao lado da população, mas precisamos caminhar com o governo para de fato contribuir para os avanços dessas pautas.

TRANSPORTE DE CARGAS

Uma situação que vemos no segmento dos transportes é que vários caminhões estão parados porque o custo do frete está muito alto. O caminhoneiro praticamente paga para trabalhar: só os gastos com o diesel custam praticamente o que ele recebe pelo serviço. Essa é uma situação muito difícil, que encarece o serviço e prejudica o setor produtivo, que precisa escoar sua produção. O Brasil tem um setor produtivo muito ativo, que

trabalha, planta, colhe, transforma. Mas, se não resolvermos a questão do transporte, a produção não chegará até a ponta, até as mãos do consumidor. Nossas frotas estão velhas e precisam de atenção. Também é fundamental pensar em outros tipos de transporte, que podem ser complementares ao rodoviário, mas não vemos propostas nesse sentido. Está tudo abandonado. É preciso cobrar atitude dos Executivos local e federal para melhorar a situação dos caminhoneiros. Se resolvêssemos isso, já teríamos parte da solução para outros problemas.

TRIBUTAÇÃO

Muita coisa será resolvida se conseguirmos reduzir a carga tributária brasileira. O setor produtivo está agonizando por conta dos impostos. Empreender no Brasil, em alguns aspectos, não vale a pena, porque o Estado nos deixa sem condições. O peso dos impostos se reflete em todas as áreas das empresas, inclusive na de transporte. Levamos essa questão ao governo federal durante as paralisações dos caminhoneiros em 2018, negociação da qual

participei ativamente. Temos que continuar articulando para que haja de fato a redução dos tributos. Na hora em que o Estado ajudar o transportador e o embarcador, ajudará o setor produtivo e as coisas vão se encaixar como em um dominó. É um caminho para a geração de emprego.

GUERRA FISCAL

É preciso baixar os impostos para melhorar a situação de Brasília. Em Goiás, o ICMS é mais baixo e isso impacta muito o DF. Em Mato Grosso, as empresas transportam petróleo para outras cidades do Brasil e para países como Bolívia, Chile e Argentina, mas não vêm para Brasília, porque o imposto aqui é absurdo. Temos que modificar o sistema, senão o País não vai caminhar. O pior de tudo é que quem paga a conta é a população.

USO DO SOLO

Essa é uma área que vamos precisar discutir com cautela porque é muito relevante para o DF. Sem ordenamento territorial e regras específicas, as pessoas constroem onde não pode e depois o governo

derruba tudo. O ordenamento territorial é fundamental para os investimentos. Estaremos em debate constante com o governo eleito para resolver esses problemas. Precisamos construir, a cidade precisa crescer, mas, para que isso ocorra da forma certa, temos que considerar vários aspectos, inclusive o ambiental.

PRIVATIZAÇÕES

Em geral, sou contra porque me preocupo com a forma como são feitos os processos. Também vejo problema quando o motivo da privatização é unicamente corrigir uma ineficiência do Estado, e não a vontade de melhorar serviço prestado à população. Mas também entendo que a incapacidade do Estado prejudica a qualidade dos serviços e o retorno financeiro aos cofres públicos. Às vezes é necessário arriscar para ver o que vai acontecer, por isso é importante avaliar caso a caso. Também é fundamental investirmos nos servidores públicos, como médicos e professores. Todos eles precisam ter bons salários e incentivos para prestar serviços de qualidade.

**O CAMINHONEIRO
PRATICAMENTE
PAGA PARA
TRABALHAR: SÓ
OS GASTOS COM O
DIESEL CUSTAM
PRATICAMENTE
O QUE ELE
RECEBE PELO
SERVIÇO. ESSA É
UMA SITUAÇÃO
MUITO DIFÍCIL,
QUE ENCARECE
O SERVIÇO E
PREJUDICA
O SETOR
PRODUTIVO, QUE
PRECISA ESCOAR
SUA PRODUÇÃO.**

**INDÚSTRIA
BRASILIENSE**

É importante fortalecer iniciativas de qualificação profissional voltadas à indústria, que tem grande potencial de geração de empregos. Nesse sentido, temos que buscar entidades como a Fibra, que trabalha para fazer o melhor para o setor. Quero estar próximo e ouvir do que a indústria precisa. Temos que ser parceiros do Sistema S, que às vezes fica vulnerável porque não tem apoio. Se nos unirmos a iniciativas como essas, vamos fazer o melhor para Brasília.

Sou sindicalista e trabalhador, e sei que preciso ir até a ponta para entender do que cada segmento precisa e debater com meus colegas dentro da Câmara Legislativa. Temos que nos preocupar em criar alternativas para geração de emprego no Distrito Federal. Eu fui eleito como deputado do povo, então preciso estar nas bases para colher essas informações e atender às demandas.

Espero dialogar constantemente com as entidades representativas, desde o início do mandato. Se eu não debater, não chegarei a lugar nenhum.

É IMPORTANTE
FORTALECER
INICIATIVAS DE
QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL
VOLTADAS À
INDÚSTRIA, QUE
TEM GRANDE
POTENCIAL DE
GERAÇÃO DE
EMPREGOS.

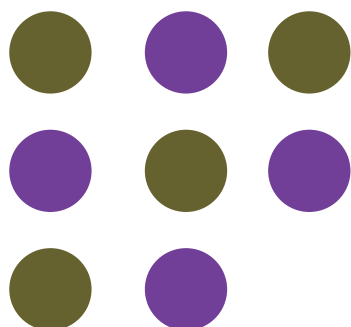
EMPREGOS

O empregador tem medo do empregado. Isso está começando a mudar com a Reforma Trabalhista. Ela não tira o direito do trabalhador de forma nenhuma, mas cria condições para que o investidor tenha coragem de vir para o Brasil e para que as empresas tenham coragem de investir, já que muitas ficam impedidas devido à quantidade de demandas trabalhistas. No caso das cotas de contratação, a legislação não dá condições ao empregador. Sou a favor de que exista esse tipo de iniciativa, mas tem que haver uma flexibilização por segmento. No setor de transportes, por exemplo, não dá para colocar um menor aprendiz para trabalhar em um caminhão. É preciso sentar e discutir essa questão com o Executivo local e com a área federal para que possamos ajustar a legislação e pararmos de punir o empresário com isso.

RENOVAÇÃO POLÍTICA

Como um grupo novo de deputados, temos que mudar a situação da política. Minha área é o transporte, mas vou

trabalhar para apoiar meus colegas no que for melhor para o DF e que esteja fora da minha atuação. Acredito que temos que atuar com moral, ética e honestidade antes de tudo. O Brasil passa por um momento de reciclagem das instituições. Nosso país tem potencial para ser um dos maiores do mundo, e vou lutar com firmeza para que isso ocorra. O setor produtivo e o empresariado estão sofrendo, mas são eles que levam o Brasil para a frente.



DE
PU
TA
DO
R

FEEL
AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS
2019-2023
56ª Legislatura

BIA KICIS

BIA KICIS (PRP)

BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI

RESENDE (RJ), 19/9/1961

EM BRASÍLIA DESDE 1972

ADVOGADA

CATÓLICA

CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES

PROCURADORA DO DF (1992-2016)

SUBPROCURADORA-GERAL DO DF (2012-2016)

TRAJETÓRIA POLÍTICA

APÓS 24 ANOS NA PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, INICIOU A MILITÂNCIA POLÍTICA EM 2016, COM A CRIAÇÃO DO INSTITUTO RESGATA BRASIL – ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS DA QUAL É PRESIDENTE. FILIOU-SE AO PRP EM MARÇO DE 2018.



MEU MANDATO TERÁ COMO FOCOS A SEGURANÇA PÚBLICA, O LIBERALISMO ECONÔMICO, O COMBATE À IDEOLOGIA DE GÊNERO, AS REFORMAS, A DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER E OS VALORES CRISTÃOS CONSERVADORES. PRETENDO RESGATAR O ESPAÇO E A DIGNIDADE DO LEGISLATIVO COM MINHA ATUAÇÃO COMBATIVA. É NECESSÁRIO QUE AS PESSOAS SE SINTAM REPRESENTADAS, QUE SAIBAM QUE A CÂMARA DOS DEPUTADOS É A CASA DO POVO, QUE SEJAM ESTIMULADAS A FREQUENTAR O CONGRESSO NACIONAL E A CONVERSAR COM SEUS PARLAMENTARES. NESTES QUATRO ANOS, QUERO RETOMAR A CREDIBILIDADE E A FORÇA NÃO SÓ DO PARLAMENTO, MAS DAS INSTITUIÇÕES COMO UM TODO. TEMOS QUE COMBATER A CORRUPÇÃO, MAS DIRETO NA CAUSA, QUE É A IMPUNIDADE. O BRASIL NÃO OFERECE VANTAGENS A QUEM QUER SER HONESTO, É QUASE UM CONVITE AO ILÍCITO. SE ACABARMOS COM A IMPUNIDADE, SE FIZERMOS COM QUE AS PESSOAS TENHAM MEDO DE SER CORRUPTAS, CORRIGIREMOS ESSE COMPORTAMENTO.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Precisamos reduzir os impostos. Com a carga tributária que temos hoje, o ambiente para o negócio é muito pouco amigável. Infelizmente temos assistido à fuga de empresários do Distrito Federal nos últimos anos. É necessário que haja uma política para trazê-los de volta e para manter os que estão na cidade. E, claro, que também consiga fazer com que novos empreendedores se aventurem por aqui. Para isso, é preciso diminuir a burocracia, facilitar a vida do empresário. Essa melhoria também depende do governo federal. A ideia de reduzir de 28 para quatro os impostos federais já vai melhorar bastante a vida do empresário. Muita coisa pode ser feita. Uma delas é uma questão jurídica que vem sendo tratada no STF, em uma ação proposta por um procurador do DF questionando a cláusula de unanimidade do ICMS, do Confaz. Um regime democrático não convive com a unanimidade. Se for preciso fazer uma emenda constitucional, me disponho a fazê-la porque vai ajudar o DF,

que poderá ter sua política própria de ICMS para atrair indústrias e empresas e gerar empregos.

SEGURANÇA PÚBLICA

Para que queiram investir aqui, antes de tudo é preciso que haja segurança pública. Hoje, tanto o cidadão quanto o empresário estão reféns dos criminosos. Assisti à mesma empresa ser assaltada várias vezes seguidas. Fazem coisas que nem imaginávamos, como furtar os cabos de energia, causando prejuízos. E o Estado não dá uma resposta para resolver esse problema. A segurança pública é fundamental inclusive para a segurança jurídica. Temos que associar uma à outra.

FUNCIONALISMO

Os governos brasileiros têm sido muito cruéis com os empregados da iniciativa privada. Os salários são baixos e as condições, difíceis. Já o serviço público é muito atraente, tem estabilidade e salários superiores. Só que o Brasil não pode mais viver pendurado no Estado, e o mesmo ocorre com Brasília, onde tudo gira em torno do serviço público. Precisamos inverter essa situação, ou

ao menos equilibrá-la. A iniciativa privada tem que ser atraente. Com a desburocratização e a diminuição dos impostos, poderemos dizer aos jovens: “Por que, em vez de pensar no primeiro emprego, não pensa na primeira empresa, na sua *startup*?” Hoje, o ônus para o empresário contratar chega a ser absurdo.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Temos outro problema aqui que é um Ministério Público que não pertence ao DF, que é da União. Enquanto os estados contam com a ajuda do Ministério Público para resolver essas questões de trazer investimentos, o órgão aqui no DF muitas vezes é indiferente ou até combate medidas de gestão do governo local para esse fim. Fui procuradora do DF por 24 anos e sei disso. Nos estados, tanto o Ministério Público quanto a magistratura dependem da arrecadação local. Aqui, dependem só da União. O Ministério Público do DF precisa ter um olhar diferente para o desenvolvimento local. Eles são servidores da União, mas são moradores do DF, e não os vejo se envolvendo com isso.

TRANSPORTE URBANO

Podemos apoiar medidas e trabalhar emendas que ajudem a trazer recursos para integrar e transformar o transporte urbano, mas a solução tem que partir do governo local. É possível olhar com carinho para essa questão, até porque somos moradores e sabemos que as críticas da população ao transporte do DF são imensas.

Falta gestão, mas o desenho da cidade também dificulta. Basta analisar os modelos de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, em que os ônibus passam por vários pontos, enquanto aqui vão de um ponto para o outro.

EDUCAÇÃO

O Estado tem que interferir o mínimo possível. Temos que valorizar o ensino básico, o ensino médio, oferecer uma boa escola, mas o Estado brasileiro destruiu as escolas. As pessoas vão para a escola e saem analfabetos funcionais.

Querem fazer da escola um ambiente de convivência política para formar cidadãos. Mas deveríamos ir para a escola para aprender a estudar, ser uma pessoa capaz de no futuro arrumar um bom

**O BRASIL
NÃO PODE
MAIS VIVER
PENDURADO NO
ESTADO, E O
MESMO OCORRE
EM BRASÍLIA,
ONDE TUDO
GIRA EM TORNO
DO SERVIÇO
PÚBLICO.**

emprego e se realizar profissionalmente. Na escola, o foco principal não deve ser a socialização. Vamos trazer para a escola aquilo que ela tem que dar para o aluno. Com isso, naturalmente a sociedade vai ficar mais saudável.

FORMAÇÃO TÉCNICA

O jovem empresário tem que ser criativo. Precisa é que o Estado não o atrapalhe. Não pode pensar só nas profissões tradicionais. O Brasil carece de técnicos, precisamos mudar essa mentalidade de que todos devem ir para a universidade. Temos de valorizar os cursos técnicos, porque somos carentes de mão de obra qualificada. Emprego até há, mas falta capacitação. As pessoas vão para a universidade, depois que saem veem que não há emprego para todo mundo e decidem fazer concurso público. Está errado. É preciso que haja boas escolas de formação e é fundamental mostrar que, com o nível técnico, é possível alcançar sucesso na vida profissional e ganhar dinheiro. A universidade deve ser para aqueles cursos que de fato dependem de uma formação acadêmica:

medicina, direito, engenharia. Mas há uma série de cursos obsoletos, para os quais não há mercado. Temos que prestar mais atenção nisso e mudar essa realidade.

REFORMA TRABALHISTA

Veio em ótimo momento, mas é pouco. Muito mais precisa ser feito. Devemos dar a liberdade de escolha para o empregado. Muita coisa que se chama de direito é, na verdade, uma prisão para o próprio empregado. Se o FGTS fosse um direito, eu poderia usá-lo do jeito que quisesse. Mas ele fica ali parado e isso é chamado de direito. Temos que chamar as coisas pelo nome que elas têm.

Não adianta conceder vários direitos sociais e fechar as portas ao emprego. Se analisarmos a legislação trabalhista dos Estados Unidos, por exemplo, não é nada perto da nossa, mas todo mundo quer trabalhar lá.

REFORMA PREVIDENCIÁRIA

É urgente e precisa ser feita de forma muito ampla. Temos que trabalhar as questões infraconstitucionais, fazer

**É PRECISO QUE
HAJA BOAS
ESCOLAS DE
FORMAÇÃO E É
FUNDAMENTAL
MOSTRAR QUE,
COM NÍVEL
TÉCNICO,
É POSSÍVEL
ALCANÇAR
SUCESSO
NA VIDA
PROFISSIONAL
E GANHAR
DINHEIRO.**

as mudanças possíveis sem mexer na Constituição Federal para que, com esses primeiros resultados, o governo já ganhe fôlego para trabalhar com calma a reforma mais ampla.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Tão necessária quanto a Reforma Previdenciária, é urgente para que o País saia da crise. É a diminuição da carga, a simplificação do sistema. O sistema é feito para ninguém entender do que se trata. Isso gera uma insegurança jurídica imensa, porque a cada hora os órgãos fiscalizadores, ou até mesmo os auditores, decidem de jeito diferentes. Vivemos em uma corda bamba.

PRIVATIZAÇÕES

São necessárias. Devemos ficar apenas com serviços estratégicos, como a segurança pública, ou com aqueles que ninguém quer porque não são lucrativos, mas que são essenciais. Parcerias são caminhos naturais, mas deve haver fiscalização para que não haja desvios. Temos que mapear as estatais e extinguir várias delas, as que não têm a menor utilidade ou que prestam

serviços que deveriam ser prestados pela iniciativa privada. Aquelas que podem ser úteis para o Estado têm que ser recuperadas.

REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

Somos representantes do povo e acho fundamental que a sociedade participe do processo de debate. Digo isso porque, nos últimos anos, fiz muito isso: levei propostas, busquei parlamentares, apresentei minhas insatisfações. Pessoas que querem propor devem ser sempre bem-vindas.

CELINA LEÃO

CELINA LEÃO (PP)

CELINA LEÃO HIZIM FERREIRA
GOIÂNIA (GO), 2/3/1977
EM BRASÍLIA DESDE 2000
ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
EVANGÉLICA

CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES

SECRETÁRIA DA JUVENTUDE DO DF (2006-2007)
DEPUTADA DISTRITAL (2011-2014 E 2015-2018)

TRAJETÓRIA POLÍTICA

INICIOU A VIDA PÚBLICA NO PROCON-DF, MILITANDO PELOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES. PRIMEIRA SECRETÁRIA DA JUVENTUDE DO DF (2006), EM 2010 ELEGU-SE DEPUTADA DISTRITAL PELO PMN. FOI PARA O PSD EM 2011 E, EM 2014, FOI REELEITA PELO PDT. EM 2016, FILIOU-SE AO PPS. OCUPOU DE 2015 A 2017 A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA LEGISLATIVA E, EM 2017 E 2018, O CARGO DE PROCURADORA ESPECIAL DA MULHER NA CASA. FILIOU-SE AO PP EM 2018.



NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, PODEREMOS LEGISLAR SOBRE TEMAS EM QUE HAVIA LIMITAÇÃO NA CÂMARA LEGISLATIVA. EM RELAÇÃO À REDUÇÃO DE IMPOSTOS, POR EXEMPLO, É ALGO QUE SEMPRE DEFENDI EM ÂMBITO LOCAL, MAS AGORA QUERO DISCUTIR OS JUROS ABUSIVOS DO CHEQUE ESPECIAL E DO CARTÃO DE CRÉDITO. DO JEITO QUE FUNCIONA HOJE, SE A INFLAÇÃO FOR DE 12% AO ANO, O CONTRIBUINTE PAGARÁ ISSO POR MÊS NO JURO DO CHEQUE ESPECIAL. ESSE É UM TEMA PERTINENTE AO BOLSO DO CIDADÃO, E O QUE MEUS MANDATOS TERÃO EM COMUM É A DEFESA DO QUE AFETA O DIA A DIA DAS PESSOAS. SOU ALIADA AOS DIREITOS DA POPULAÇÃO, TENHO MUITAS LEIS IMPORTANTES, COMO A DO PARCELAMENTO DAS MULTAS DE TRÂNSITO, UMA INICIATIVA MINHA QUE SERVE DE MODELO PARA O BRASIL TODO. O DISTRITO FEDERAL FOI A PRIMEIRA UNIDADE FEDERATIVA A FAZER ISSO NO PAÍS. AS PESSOAS PRECISAM DE REPRESENTANTES QUE DEFENDAM AQUILO QUE É IMPORTANTE PARA ELAS NO COTIDIANO.

CARGA TRIBUTÁRIA

Em oito anos de Câmara Legislativa, sempre tivemos um afinamento muito grande com o setor produtivo porque entendemos que não existe Estado rico. Quem produz riqueza é o setor produtivo. Há um conjunto de empresas que gera impostos para que o Estado possa se manter de pé, oferecendo serviços públicos de qualidade. Por isso temos que ter metas para o Brasil. A primeira delas é diminuir a carga tributária, trazer o imposto único para o País. Essa precisa ser uma bandeira de todos. É surreal a taxa de juros para o empresariado, para os investimentos. Temos que vencer essa questão. O outro ponto-chave é a desburocratização. Exportar do Brasil é muito difícil. Há tanta burocracia que é difícil ter competitividade, alcançar o mercado internacional. O empresário pode até querer expandir o negócio, mas muitas vezes não consegue.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

É imprescindível que os parlamentos federal e local deem segurança jurídica ao empresariado. O empreendedor precisa ter

certeza de que vai abrir a empresa hoje e de que amanhã a política não vai mudar e quebrar o negócio dele. É importante buscar recursos, incentivar os investimentos no DF. É inadmissível que alguém gaste seis anos para tirar um alvará de construção. Novamente vem o tema da burocracia, que precisamos combater para favorecer os investimentos e trazer novas indústrias para Brasília.

Já é possível perceber um movimento da economia que pode aumentar o volume de negócios no DF. No Brasil, essa segurança jurídica já se inicia, a bolsa deu uma reagida e acho que o governo federal, a partir do momento em que mostrar que tem condições de governabilidade, fará o Brasil crescer novamente. Somos um país muito rico, temos uma produção agrária fortíssima, tecnológica. Mesmo com todas as crises econômicas e políticas, continuamos de pé. O Brasil tem tudo para dar certo.

DIREITO AO EMPREGO

Dar condições de desenvolvimento ao setor produtivo é muito importante porque é algo que se reflete

imediatamente naquilo que talvez seja o maior problema do Brasil: o desemprego. Somos uma nação de desempregados e isso é péssimo. Temos que ser um país em que qualquer um que queira trabalhar consiga. É um direito básico.

INDÚSTRIA TECNOLÓGICA

Pela questão geográfica, não temos um espaço tão grande para construir muitas indústrias. Por isso é importante fortalecer a área metropolitana. É uma oportunidade de negócios para o DF.

Outro ponto é mapear os polos de negócios, atrair investimentos internacionais para a capital. Apostar no tripé universidades–iniciativa privada–governo certamente trará resultados. Várias universidades gostariam de cooperar com o governo, com o setor privado, com as grandes empresas que querem investir na capacitação voltada para indústria tecnológica e fomentá-la. Apesar de ele ser muito novo, temos tudo para sair na frente com o Parque Tecnológico de Brasília, o Biotic, trazendo oportunidades de negócios e criando

ambiente jurídico e espaços físicos para isso. Começou pequeno, mas pode se tornar a grande referência do Brasil.

LOGÍSTICA

O Aeroporto de Brasília poderia se tornar uma central de distribuição de fato. Ele já é um *hub*. Lá também poderia ser uma zona de livre comércio, o que o transformaria em uma oportunidade logística para o DF. Isso precisa ser regulamentado por lei federal. Utilizaríamos inicialmente essa estrutura do aeroporto que já existe e, se for insuficiente por conta do crescimento e do volume de negócios, temos uma área destinada a um aeroporto de cargas. Outra ideia para fazer essa distribuição logística seria reativar a linha férrea.

TRANSPORTE URBANO

Precisamos reescrever a mobilidade no DF. A matriz está errada, focada no empresário do segmento, quando deveria estar focada na população. Antes de tudo, é necessário fazer uma nova licitação de transporte que preveja no mínimo duas empresas para prestar o serviço em cada região administrativa. Porque, se uma empresa

O AEROPORTO DE BRASÍLIA PODERIA SE TORNAR UMA CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE FATO. LÁ TAMBÉM PODERIA SER UMA ZONA DE LIVRE COMÉRCIO, O QUE O TRANSFORMARIA EM UMA OPORTUNIDADE LOGÍSTICA PARA O DF.

não estiver lá, a outra vai estar. Concorrência mesmo. Também é urgente ampliar o investimento sobre trilhos. O metrô precisa ser finalizado. Brasília é a capital da República e o metrô não chega à Esplanada dos Ministérios — nem à Asa Norte, ao Gama, a Santa Maria. Temos que investir em VLTs na área de Planaltina. O sistema de transporte pode melhorar, e muito. A população que usa o transporte todo dia reclama com razão, porque pega esses ônibus lotados. Além de tudo, o custo aos cofres públicos é altíssimo, mais de R\$1,5 bilhão todos os anos. Penso que teria que haver um tipo de frota sem subsídio do Estado, um ônibus mais de luxo mesmo, com a passagem mais cara — da forma que ocorre no Rio de Janeiro e em São Paulo —, para incentivar a pessoa a deixar o carro em casa. Conhecemos o transporte público a fundo, mas ainda há muito a se fazer pela mobilidade no DF.

PAUTAS FEDERAIS

Sobre a Reforma Trabalhista, houve debates importantes para o avanço da economia, mas é um tema que tem

A REFORMA
TRIBUTÁRIA
PRECISA OCORRER
URGENTEMENTE.
ACHO QUE A GENTE
NECESSITA MUDAR.
SOU FAVORÁVEL
À CRIAÇÃO DO
IMPOSTO ÚNICO
BRASILEIRO.

que ser discutido ponto a ponto. Claro que tem a conquista dos direitos trabalhistas, que precisam ser preservados para não voltarmos aos tempos de escravidão, mas precisamos encontrar um equilíbrio. Já a Reforma Tributária precisa ocorrer urgentemente. Acho que a gente necessita mudar. Sou favorável à criação do imposto único brasileiro. No que diz respeito a privatizações, acredito que tudo deva ser discutido de acordo com a situação de cada empresa ou instituição.

DIÁLOGO INSTITUCIONAL

Valorizo muito esse acompanhamento das entidades representativas diante de projetos que têm impacto direto no setor econômico. Às vezes os projetos são votados, mas as entidades apresentam seus argumentos, mostram os efeitos que poderá ter aquela lei, então fazemos uma emenda ou uma retificação. O objetivo é encontrar a harmonia entre a necessidade da sociedade e a manutenção do equilíbrio econômico, que tem reflexo imediato nos empregos. É maravilhoso o trabalho

feito pela Fibra, pela Fecomércio, pelo Sistema S. O governo deveria aproveitar esse modelo que as entidades executam com tanta eficiência. Isso precisa ser defendido por nós. Sempre tivemos essa postura na Câmara Legislativa e agora levaremos a importância das entidades para a Câmara dos Deputados. Reconhecemos o valor dessas iniciativas, desde a qualificação profissional até o atendimento social, até a representação patronal. Tudo isso é fundamental para que tenhamos uma sociedade mais organizada, equilibrada e inclusiva.

ERIKA KOKAY

ERIKA KOKAY (PT)

ERIKA JUCÁ KOKAY

FORTALEZA (CE), 15/8/1957

EM BRASÍLIA DESDE 1975

BANCÁRIA E PSICÓLOGA

CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES

DEPUTADA DISTRITAL (2003-2006 E 2007-2010)

DEPUTADA FEDERAL (2011-2015 E 2015-2019)

TRAJETÓRIA POLÍTICA

INICIOU A ATUAÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL, NA UNB, EM 1976. É FILIADA AO PT DESDE 1989. PRESIDIU O SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA DE 1992 A 1998 E A CUT-DF DE 2000 A 2002. FOI SECRETÁRIA-GERAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO DE 1994 A 1996.



A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DA DEMOCRACIA E DA LIBERDADE É A PAUTA QUE SEMPRE FEZ E SEMPRE FARÁ PARTE DA MINHA ATUAÇÃO POLÍTICA. ENFRENTAREMOS MUITA DIFICULDADE NESTA LEGISLATURA. NUNCA SE RETIRARAM TANTOS DIREITOS DOS TRABALHADORES COMO COM A REFORMA TRABALHISTA. NUNCA SE FERIU TANTO O PRÉ-SAL, QUE É UMA DAS MAIORES RIQUEZAS DO BRASIL E ESTÁ SENDO ENTREGUE. DESDE 2016, LUTAMOS MUITO COMO OPOSIÇÃO A UMA AGENDA DE GOVERNO DE RETIRADA DE DIREITOS E DE ROMPIMENTO DA SOBERANIA NACIONAL E AGORA CONTINUAREMOS NOSSO TRABALHO DE RESISTÊNCIA EM NÍVEL MAIS PROFUNDO. VEMOS O CRESCIMENTO DE UMA PAUTA LGBTFÓBICA E DE RECRUDESCIMENTO PENAL. SE PRISÃO RESOLVESSE PROBLEMA NO BRASIL, NÃO TERÍAMOS VIOLÊNCIA. TEMOS A TERCEIRA MAIOR POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO MUNDO E SOMOS O QUINTO PAÍS ONDE MAIS HÁ FEMINICÍDIOS, O QUE MAIS MATA LGTBTS E UM LUGAR ONDE A VIOLÊNCIA E O EXTERMÍNIO SÃO SELETIVOS: QUEM MORRE SÃO JOVENS NEGROS E POBRES.

SETOR PRODUTIVO

É fundamental que tenhamos um projeto de desenvolvimento nacional e um específico para o DF. Hoje, o capital está concentrado na financeirização da economia — boa parte do orçamento brasileiro é usada para pagar os juros da dívida. Quando temos o setor financeiro como o que mais lucra, temos uma apartação da produção. Setor financeiro não produz, por isso não tem interesse no desenvolvimento de um mercado interno.

O setor produtivo se relaciona com o mundo do trabalho, se preocupa com o desenvolvimento de infraestrutura no País, para que possa escoar sua produção e aumentar sua competitividade. Tem interesse em crédito, defende o fortalecimento do mercado interno porque precisa de compradores. Como o País é dominado pela “financeirização”, ficamos reféns de um setor que não se reflete na criação de trabalho. A ausência de projeto de desenvolvimento nacional de cadeias produtivas estruturadas, associada à internacionalização da economia, faz com que

geremos emprego lá fora. Ao congelar os recursos públicos, também provocamos impacto sobre o desenvolvimento. Projetos habitacionais, por exemplo, acionam cadeias produtivas que se relacionam com outras na construção civil e que dialogam com uma série de segmentos industriais. Quando temos um projeto para eliminar a fome, como o Programa de Aquisição de Alimentos e todos os outros em que o Estado compra de sua produção local, também estimulamos a geração de emprego e renda.

VOCações

Brasília é a capital da República. Isso exige que aqui haja um nível de investimento muito maior do que hoje. Para isso, precisamos identificar a vocação econômica de cada região administrativa e dialogar com a sociedade para definirmos as estratégias a partir da demanda de cada uma delas. Há áreas em que cabe o turismo rural, o turismo religioso, outras são propícias para o desenvolvimento agrícola. A Estrutural tinha condições de ser uma cidade da reciclagem,

**AO CONGELAR
OS RECURSOS
PÚBLICOS, TAMBÉM
PROVOCAMOS
IMPACTO SOBRE O
DESENVOLVIMENTO.
PROJETOS
HABITACIONAIS,
POR EXEMPLO,
ACIONAM CADEIAS
PRODUTIVAS QUE
SE RELACIONAM
COM OUTRAS NA
CONSTRUÇÃO CIVIL
E QUE DIALOGAM
COM UMA SÉRIE
DE SEGMENTOS
INDUSTRIAIS.**

porque ali tem muitos recicladores. No Paranoá, pela proximidade com o lago, seria possível capacitar a população para a construção e a manutenção da frota de barcos. Em Ceilândia, há uma diversidade cultural imensa que pode potencializar uma série de atividades. Com as vocações identificadas, devemos estudar como atender a essa demanda territorial: se é necessário crédito para investimentos, quais são as empresas que ali estão, se é possível se organizar na economia solidária, etc.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os Institutos Federais são ferramentas valiosíssimas para capacitação. Eles dialogam com a realidade local de forma muito intensa e podem promover essa qualificação a partir das demandas definidas pelas vocações. O BRB, por sua vez, pode ser um agente de desenvolvimento de crédito produtivo e um instrumento para o desenvolvimento econômico social local. A FAP-DF e a UnB também podem ser usadas para esse crescimento.

TECNOLOGIA

O sistema financeiro investe muito nisso. Os Estados Unidos, por exemplo, não têm o nível de informatização que temos nos bancos daqui, em que fazemos tudo pelo celular, entretanto não vemos esse avanço tecnológico na indústria. Temos estrutura para potencializar isso em Brasília. Poderíamos construir *clusters* para valorizar as potencialidades de cada espaço e aumentar a eficiência. Se fizermos isso com o turismo, por exemplo, juntamos uma série de coisas: o hotel, o guia, a estrada, o restaurante.

INCENTIVOS

O DF é um local propício para se tornar um polo logístico porque tem localização central. Temos instrumentos para escoamento de produção, mas precisávamos ter mais indústrias. Uma das formas de atraí-las é acabar com a guerra fiscal, fazer com que nossas empresas parem de pular a fronteira para ir para Goiás. Brasília foi pensada para ter um cinturão verde. Temos que ter um planejamento

dessa produção rural e dos desenvolvimentos industrial e comercial.

LICENCIAMENTO

Temos que buscar agilizar os processos ao máximo, porque realmente há uma morosidade muito penosa. Mas isso não pode significar flexibilizar o controle, principalmente no que diz respeito a licenças ambientais. Brasília ainda tem muitas áreas de preservação. Tínhamos milhares de nascentes, que foram destruídas, em grande medida pela grilagem de terras, colaborando para a crise hídrica. É preciso instrumentos como o ZEE, que identifica as áreas que podem ter ocupação, levando em conta a preservação ambiental.

REFORMAS TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

Defendemos a revogação da Reforma Trabalhista e da construção do Estatuto do Trabalhador, uma proposição que estamos construindo com o Senado. A Reforma Trabalhista trouxe uma precarização para o País e não arrefeceu o índice de desemprego, muito pelo contrário: cresceram o desemprego

oculto por desalento e a informalidade.

Há pontos na legislação que ferem lutas históricas da classe trabalhadora, como o trabalho intermitente, que tira do trabalhador o domínio sobre o próprio tempo e, na prática, inviabiliza o salário mínimo e a cobertura de previdência social.

A proposta de Reforma da Previdência também trará mais danos para o trabalhador, em função da redução de condições dignas de aposentadoria, como o que ocorreu no modelo proposto por [Augusto] Pinochet, no Chile.

REFORMA TRIBUTÁRIA

É um dos mais profundos instrumentos de eliminação das desigualdades, por isso é muito difícil fazer essa reforma. Há setores que se beneficiam com a política atual de tributação, e eles estão super-representados na Câmara dos Deputados. A propriedade é pouco taxada no Brasil. A reforma precisa desonerar a renda do trabalhador e o consumo, que impactam mais a população de baixa renda. Não tem sentido quem ganha R\$40 mil pagar a mesma carga tributária do que quem

ganha R\$5,5 mil.

É necessário modificar as faixas de valor, fazer uma política tributária para taxar o capital, juros e dividendos, trabalhar com instrumentos de combate da sonegação e não utilizar o Refis como política pública permanente, mas excepcional. No caso do DF, a tabela de valor venal do IPTU também é extremamente injusta, tem que ser atualizada e tirar o mecanismo que hoje possibilita o pagamento de menos impostos em lugares de alta renda.

A população também deveria ser conscientizada da taxaço sobre o consumo. Da mesma forma que temos composição nutricional nos alimentos, deveríamos ter a informação de quanto do valor daquele produto é imposto. Seria pedagógico e faria com que as pessoas soubessem de fato sua contribuição nos rendimentos nacionais.

RELAÇÃO ENTRE OS PODERES

Faltou um diálogo do Executivo local com a bancada federal. A relação foi muito pontual, mas precisa ser permanente e ampla, porque a bancada pode contribuir muito para

A REFORMA TRIBUTÁRIA PRECISA DESONERAR A RENDA DO TRABALHADOR E O CONSUMO, QUE IMPACTAM MAIS A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.

projetos de desenvolvimento econômico ou tecnológico, entre outros.

É preciso construir uma sinergia entre o Legislativo federal e o governo local para definir as prioridades. Não dá para o governo simplesmente chegar e apresentar as demandas. Deve haver um diálogo constante, que abranja a globalidade das necessidades do DF. É importante escutar os parlamentares.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O Parlamento é uma representação da sociedade, mas a sociedade é majoritariamente feminina e negra. Então há uma precariedade na representação. Esse é um dos motivos pelos quais devemos estar permanentemente em contato com todos os segmentos da sociedade. A atuação da sociedade organizada consegue transformar minorias parlamentares em maiorias. É muito importante que as pessoas tenham consciência crítica e a noção cidadã de que sua contribuição não pode se dar só a cada quatro anos. A democracia representativa tem que ser

próxima da democracia participativa direta. É preciso que elevemos o nível de organização e de identificação territorial dos segmentos da sociedade. O exemplo da Câmara Legislativa de ir às cidades deveria ser seguido pela bancada federal para que pudesse sofrer o crivo e a apreciação da população, prestar contas e escutar as demandas sociais.

PRIVATIZAÇÕES

Para colocarmos em prática um projeto de desenvolvimento nacional, é preciso ter instrumentos estratégicos, o que pressupõe a existência das estatais. No caso do saneamento e da eletricidade, se privatizamos, tiramos o subsídio cruzado. Determinadas atividades não podem estar sob a lógica privada, regida pelo lucro. Em um país continental, temos meio de levar os serviços para onde há menos retorno. Não posso ser absolutista, mas não conheço concessões ou PPPs que deram retorno à população. No DF, tanto o Aeroporto de Brasília quando o Centro Administrativo estão aí para provar isso.

FLÁVIA ARRUDA (PR)

FLÁVIA CAROLINA PÉRES

BRASÍLIA, 21/1/1980

EMPRESÁRIA

CRISTÃ

FLÁVIA ARRUDA

TRAJETÓRIA POLÍTICA

INICIOU O ENVOLVIMENTO POLÍTICO POR MEIO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA COMUNIDADES CARENTES. DE 2007 A 2010, COMO PRIMEIRA-DAMA DO DF, DESENVOLVEU PROJETOS NA ÁREA. ENTROU NO PR EM 2014, ANO EM QUE FOI CANDIDATA A VICE-GOVERNADORA. FORMADA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESTÁ CONCLUINDO O CURSO DE DIREITO.



DESDE PEQUENA EU ME SINTO CONECTADA A PROJETOS SOCIAIS. É UMA VOCAÇÃO MINHA. SEMPRE ESTIVE PRÓXIMO A ESSA CAUSA. AJUDEI MEU PAI EM INICIATIVAS COMO A DISTRIBUIÇÃO DE SOPA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E EM OUTRAS ATIVIDADES PARA AJUDAR AQUELES QUE MAIS PRECISAM. COMO PRIMEIRA-DAMA, PUDE TOCAR TODOS OS PROJETOS SOCIAIS QUE TÍNHAMOS NO GOVERNO. TIVE OPORTUNIDADE DE CUIDAR DOS PROJETOS QUE JÁ EXISTIAM E DE CRIAR OUTROS. ACREDITO QUE ISSO SEJA EXTREMAMENTE IMPORTANTE PARA A POPULAÇÃO. QUERO TAMBÉM TRABALHAR PELA RETOMADA DOS INVESTIMENTOS E DAS OBRAS NO DF. É ALGO AUTOMÁTICO: QUANDO HÁ UMA OBRA EM EXECUÇÃO, HÁ GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. E ASSIM FAZEMOS A CADEIA PRODUTIVA GIRAR.

PROJETO SOCIAL

Tenho um carinho muito especial pelo projeto Mãezinha Brasiliense e quero ajudar a retomá-lo. Foi um projeto criado por mim para dar prioridade no atendimento público a gestantes, com doação de enxoval e acompanhamento no pós-parto, para saber como andava a amamentação, o crescimento da criança. É como um carinho de mãe mesmo, voltado a quem tem carência de tudo, de apoio, de cuidado. Quero muito que esse projeto seja retomado, talvez até em nível nacional, como lei.

PEQUENOS NEGÓCIOS

Acho que os microempreendedores são extremamente importantes para a retomada do crescimento da cidade. Precisamos voltar a crescer, gerar emprego, fazer circular o capital. Não tenho dúvidas de que o estímulo às micro e pequenas empresas é fundamental para que isso ocorra. Os microempreendedores têm uma pauta que vai desde a redução dos impostos até a criação de serviços específicos, como o Na Hora Empresarial. Se conseguíssemos dar

incentivo e condições de trabalho a esses empreendedores, resolveríamos nosso maior problema.

ATRATIVOS

A transferência da junta comercial para o DF é uma grande conquista. Como nossa junta comercial era federal, o acesso do pequeno empreendedor ficava prejudicado. É algo fundamental.

Outro caminho para tornar o empreendedorismo mais atrativo na cidade é transformar o BRB em um banco de fomento. Para isso, precisamos trazer o FCO para o BRB. Não precisamos de um banco público só para receber pagamentos e quitar a folha dos servidores.

OBRAS

O funcionalismo ser a única fonte de renda da cidade é muito ruim, mas nós já vivemos coisas diferentes no DF. Já tivemos um governo em que houve 2,3 mil obras em andamento, então o segmento da construção civil estava aquecido. Isso gerava muito emprego.

Acredito que esse tipo de investimento deva ser retomado para que a cidade volte a crescer e a oferecer postos de trabalho, além de

atrair de volta as empresas que foram embora — desde as maiores até as de pequeno e médio porte.

ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO

É preciso ampliar e fortalecer novamente o Pró-DF e as ADEs. Com isso, conseguiremos dar oportunidade para as empresas voltarem. Caso tenham interesse em produzir aqui, temos que lhes dar a contrapartida: garantir a infraestrutura, melhorar a questão tributária e ajudar no desenvolvimento. É um conjunto. O ideal seria não só investir na infraestrutura das áreas que já existem, com asfalto, desvios, retornos, iluminação, mas também criar mais áreas. Brasília tem potencial para atrair qualquer tipo de investimento. Tem capacidade técnica, ainda tem espaço físico. Por mais que não sejam terrenos enormes, ainda temos uma grande área que pode ser destinada às indústrias, principalmente às de pequeno e médio porte. Precisamos explorar nossas vocações.

IMPOSTOS

Outro motivo para que os empresários deixem

Brasília é a falta de incentivos fiscais. Essa é uma das minhas bandeiras. Não é algo simples, mas tem que ser mudado. Como a arrecadação está baixa, mexer com impostos agora é complicado, mas é fundamental pelo menos igualar o ICMS ao de Goiás. Perdemos muitas empresas para eles. Se pudermos ao menos igualar, acredito que já conseguiremos trazê-las de volta.

ENTORNO

Já temos a Ride, mas o que precisamos mesmo é aumentar a integração entre as cidades, por isso é tão importante a criação da região metropolitana. Brasília e o Entorno são a mesma coisa, não dá para separá-los por uma linha imaginária.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O Sistema S é fundamental nesse processo. Garantir recursos e fortalecer as entidades que dele fazem parte é extremamente importante porque é um modelo em que tudo funciona: as escolas técnicas, os cursos profissionalizantes. Já está mais que testado. Temos tudo em um só sistema. O que precisamos

**PRECISAMOS
TRAZER O FCO
PARA O BRB.
NÃO PRECISAMOS
DE UM BANCO
PÚBLICO SÓ
PARA RECEBER
PAGAMENTOS E
QUITAR A FOLHA
DOS SERVIDORES.**

é fortalecê-lo para que não acabe de forma alguma. Tenho uma visão muito clara da importância que isso tem para a cidade. Quando fui primeira-dama, o Sistema S me ajudou muito. Temos que estimular modelos desse tipo e aumentar os convênios, o repasse. No meu caso, isso pode ocorrer em forma de emendas parlamentares, algo fundamental para esse apoio.

O Sistema S também é muito importante para qualificar melhor a mão de obra que tem direito a cota para contratação pelas empresas. Poucas conseguem cumpri-la. Às vezes falta capacitação para determinadas áreas. Poderíamos trabalhar para criar um banco de dados que facilitasse encontrar essas pessoas, mas teria que ser associado à qualificação.

DIÁLOGO

A aproximação não só com o setor produtivo, mas com todos os segmentos representativos da sociedade, deve ocorrer de forma permanente. Temos que dialogar sempre. Estamos aqui justamente para representar a população e ninguém mais qualificado para dizer as

necessidades do que quem vive o dia a dia.

TECNOLOGIA

Foi destinada uma área para criar a Cidade Digital, hoje chamada de Biotic. É um projeto que tem que ser fortalecido. Primeiro porque a tecnologia é o grande *boom* da economia, está em tudo o que fazemos. Estimular esse segmento é trazer empregos, impostos e tecnologia de ponta para o DF.

LOGÍSTICA

Devemos aproveitar a localização geográfica privilegiada do DF para investir em ferrovias. Temos uma malha ferroviária sucateada e subutilizada, que poderia ser retomada. Não é algo de custo tão elevado e é de extrema importância. Diminuiria demais o custo de frete e facilitaria a distribuição saindo do Centro-Oeste para todo o Brasil.

TRANSPORTE URBANO

Ampliar o sistema viário e investir em transporte de massa são as soluções mais definitivas para reestruturar o transporte urbano. O sistema está parado há anos. Precisamos que volte a crescer. O investimento na malha

DEVEMOS

APROVEITAR A

LOCALIZAÇÃO

GEOGRÁFICA

PRIVILEGIADA

DO DF PARA

INVESTIR EM

FERROVIAS.

TEMOS UMA

MALHA

FERROVIÁRIA

SUCATEADA E

SUBUTILIZADA,

QUE PODERIA SER

RETOMADA.

viária já deixou de ser simplesmente uma necessidade: é um caso extremo. Se já é complicado para quem vive no centro da cidade, imagina para quem vem do Entorno. O último centímetro de metrô foi feito há nove anos. Os trens do metrô têm que chegar até o Gama e Santa Maria, e atender a Saída Norte como um todo. Seria uma forma de desafogar o trânsito de forma ágil e segura.

REFORMAS

Simplificar as leis trabalhistas é facilitar para os dois lados, tanto para quem contrata quanto para o trabalhador, que precisa de emprego urgente. Os dados comprovam como essa medida é benéfica. Em um ano de reforma, caíram as ações trabalhistas. Tivemos um grande avanço, simplificamos, mas ainda há pontos que devem ser revistos para melhorar ainda mais.

Sobre a questão previdenciária, não há dúvidas de que a reforma seja necessária, mas prefiro aguardar para avaliar a forma como o texto será apresentado nesta legislatura. Reforma da Previdência é para ontem, senão o País vai quebrar.

É matemático. Se esperarmos mais, o Estado não terá dinheiro.

EDUCAÇÃO

Fazer as escolas funcionarem em período integral deve ser prioridade. O aluno fica na escola em dois turnos e com isso fica longe da violência, além de estar mais capacitado. Sempre defendi essa questão. Um dos meus projetos é o Bolsa Universitária, que incentiva parcerias com instituições de ensino superior para fazer com que jovens cheguem à universidade com bolsas de estudo integrais e parciais e que façam estágio em órgãos do governo como contrapartida.

JULIO CESAR

JULIO CESAR (PRB)

JULIO CESAR RIBEIRO

SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP), 24/2/1975

EM BRASÍLIA DESDE 2012

ADVOGADO E EMPRESÁRIO

EVANGÉLICO

CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES

SECRETÁRIO-ADJUNTO DE ESPORTES DO DF (2012)

SECRETÁRIO DE ESPORTES DO DF (2013-2014)

DEPUTADO DISTRITAL (2015-2018)

TRAJETÓRIA POLÍTICA

FILIOU-SE AO PRB EM 2005, ANO DE FUNDAÇÃO DO PARTIDO. É PASTOR LICENCIADO. EM 2014, ELEGEU-SE DEPUTADO DISTRITAL COMO O MAIS VOTADO. FOI O LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA LEGISLATIVA EM 2015 E 2016.



MINHA ATUAÇÃO SEMPRE FOI VOLTADA PARA O ESPORTE, A EDUCAÇÃO E A FAMÍLIA. NO CONGRESSO NACIONAL, QUERO CONTINUAR TRABALHANDO EM PROJETOS RELACIONADOS A ESSAS BANDEIRAS. NÃO POSSO FUGIR DAS ORIGENS QUE ME LEVARAM À VIDA POLÍTICA, PRINCIPALMENTE NO QUE DIZ RESPEITO AO ESPORTE. SOU AUTOR DO PROJETO QUE TRANSFORMOU EM LEI O PROGRAMA COMPETE BRASÍLIA, QUE AJUDA EM MÉDIA 4 MIL ATLETAS TODOS OS ANOS COM PASSAGENS NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA EVENTOS ESPORTIVOS. NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, PRETENDO AMPLIAR O LEQUE DE POSSIBILIDADES DE PROJETOS EM FAVOR DA POPULAÇÃO, ATÉ PORQUE NÃO FALAREMOS SÓ DE BRASÍLIA. TRABALHAREI PELO BRASIL, MAS SEMPRE COM OS OLHOS VOLTADOS PARA A CIDADE QUE ME ELEGEU. QUERO AJUDAR A FORTALECER AS POLÍTICAS DO DF EM PARCERIA COM O EXECUTIVO E TRAZER RECURSOS FEDERAIS PARA DIVERSAS SECRETARIAS. EM UM MOMENTO DE CRISE, SABEMOS O QUANTO ISSO É IMPORTANTE PARA BRASÍLIA.

SEGURANÇA JURÍDICA

Muitos empresários não têm coragem de investir no DF pela falta de estabilidade e de segurança jurídica. Querem iniciar obras, mas não têm o habite-se e não conseguem alvará, o que faz com que todo o investimento vá por água abaixo.

A única maneira de resolver isso é se estivermos ao lado do governo local. Quem dará essa segurança ao empresariado será o gestor da cidade. Na Câmara dos Deputados, vamos colaborar cobrando que isso ocorra o mais rápido possível, porque estamos perdendo muitos recursos.

TRIBUTAÇÃO

Para fomentar a indústria e o comércio em Brasília, é preciso reduzir a carga tributária, que é muito alta e não favorece a competitividade. É preciso diminuir o IPVA, o IPTU e o ICMS. Com isso, poderemos realmente fortalecer o setor produtivo e resolver o problema do desemprego.

Ao reduzirmos a carga tributária, a princípio parece que teremos perda, mas é o contrário. Deixaremos de arrecadar por um

lado, em contrapartida as pessoas passarão a produzir e a vender muito mais, o que aumentará a base de cálculo e, conseqüentemente, a arrecadação. Precisamos de um governante que tenha coragem de enfrentar essa questão. Isso faz a cadeia produtiva se mover e gera emprego — fortalece a indústria e aqueles que ali trabalham.

BUROCRACIA

Os órgãos precisam dialogar. Uma das saídas para resolver o problema da burocracia na liberação de licenças talvez seja descentralizar os processos nas regiões administrativas e deixar somente os projetos maiores nas secretarias. A centralização acaba criando uma quantidade gigantesca de processos com um número reduzido de pessoas para analisá-los, o que acaba na morosidade. Deveria ser padronizado, de modo que o servidor que avaliou a primeira documentação seja o mesmo que avalie posteriormente, no caso de necessidade de se cumprir uma exigência. Vemos frequentemente os processos caindo em mãos diferentes e as exigências aumentando. Também é preciso ampliar o efetivo

**É NECESSÁRIO
DIMINUIR A
DEPENDÊNCIA DO
SETOR PÚBLICO
NO DF. TEMOS
MUITAS ÁREAS
INUTILIZADAS
QUE O GOVERNO
PODERIA USAR
PARA ATRAIR
EMPRESAS.**

nas secretarias. Os órgãos estão tão enxutos que deixam de produzir o quanto poderiam. Economizam com pessoal, mas perdem com a lentidão dos processos. Modelos como o Simplifica PJ, que funciona em Taguatinga, são importantes porque evitam que as pessoas tenham que ir a diversos órgãos em busca da regularização para abrir uma empresa. Sou a favor de que isso seja ampliado para outras regiões do DF, pelo menos para as maiores. No Paranoá, por exemplo, englobaria Itapoã e Varjão.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Iniciativas como as do Sistema S são louváveis. Os jovens precisam de oportunidade de inserção no mercado de trabalho, por isso defendo a contratação de menores aprendizes. Também é fundamental que se deem oportunidades às pessoas com deficiência, mas precisamos reavaliar os critérios, no caso de riscos para o trabalhador ou de prejuízos para as empresas. O caminho não deve ser penalizar. É necessário conhecer a peculiaridade de cada atividade e,

com bom senso, fazer ajustes na legislação. O diálogo com as entidades representativas do setor produtivo é fundamental para nos ajudar e mostrar como tornar a legislação mais eficaz.

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

É necessário diminuir a dependência do setor público no DF. Temos muitas áreas inutilizadas que o governo poderia usar para atrair empresas. Alguns exemplos são espaços em Santa Maria, no Gama e em Samambaia. Precisamos de programas como o Pró-DF: entregar o terreno sob a condição de que o beneficiário gere empregos. O Estado e toda a população ganham com isso. O programa deveria voltar em novo formato, pois esse tipo de incentivo é muito importante para Brasília. Vou lutar por iniciativas como essa.

DIÁLOGO INSTITUCIONAL

O debate entre o parlamentar e os segmentos da sociedade organizada, como o setor produtivo, é essencial porque são essas pessoas que têm o conhecimento e a capacidade técnica sobre

determinados temas. É de suma importância fortalecermos essa relação e estarmos sempre próximos das entidades representativas para tornar o trabalho no Congresso Nacional mais produtivo.

LOGÍSTICA

Usar o aeroporto como um grande centro de distribuição seria um bom caminho para desenvolver a logística do DF. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico terá um papel importantíssimo porque agora chegou o momento de fazer coisas grandes como essa. As contas públicas da cidade estão equilibradas e precisamos de um governo corajoso para investir e levantar a economia.

MOBILIDADE

Precisamos modernizar o sistema de transporte de Brasília, que está arcaico. Precisamos de pessoas comprometidas com essa causa no Executivo local e de políticas urgentes para que possamos nos tornar uma cidade de primeiro mundo, em que as pessoas possam chegar aos lugares de bicicleta e ir trabalhar de metrô, por exemplo. Já existe o projeto para que o metrô chegue a

Samambaia. Há recursos da área federal para isso, então é preciso executar essa obra. Depois, podemos fazer com que vá até a Saída Norte, assim como o BRT, que tem que chegar a Planaltina e a Brazlândia. Os moradores reclamam muito da falta de transporte. Há muito a ser feito, mas, para isso, é preciso captar recursos, arrecadar mais. É algo que levará tempo, mas em que devemos investir, sempre ouvindo a população.

IMPOSTO ÚNICO

Se fosse fácil fazer a Reforma Tributária, ela já teria sido feita, mas acredito na vontade do governo eleito de mexer nessa ferida. Então agora é a hora de o Brasil enfrentar essa questão. Temos impostos para quase tudo, o que não ocorre em outros países. O imposto único é uma solução porque é bom para o Estado e para os contribuintes, que vão saber que pagarão uma única vez a somatória das alíquotas.

REFORMAS

A Reforma Trabalhista trouxe equilíbrio ao setor produtivo, que é quem gera emprego, mas, ao conversar com as pessoas na rua, vejo

**SOU A FAVOR DE
PRIVATIZAR AS
ESTATAIS QUE
DÃO PREJUÍZO
— ATÉ PORQUE
QUEM ESTÁ
PAGANDO ESSA
CONTA É O POVO.
MAS ISSO DEVE
SER FEITO POR
UM PREÇO JUSTO,
DE MERCADO.**

que o trabalhador sente que teve prejuízo. Preciso me aprofundar mais para saber como chegar a um ponto comum.

A Reforma Previdenciária, por sua vez, acredito que tenha que ocorrer. Estou preparado para defendê-la, porque sei que, se não houver mudanças, o Brasil vai quebrar. Mesmo assim, não podemos desrespeitar o direito adquirido dos trabalhadores.

PRIVATIZAÇÕES

Sou a favor de privatizar as estatais que dão prejuízo — até porque quem está pagando essa conta é o povo. Mas isso deve ser feito por um preço justo, de mercado. Também sou a favor de concessões que tragam benefícios para o País e que gerem emprego. A concessão do Centro de Convenções Ulysses Guimarães será um grande exemplo. Poderemos avaliar se valeu a pena ou não. Há equipamentos públicos que podemos privatizar, como a piscina do Parque da Cidade, desativada há anos. Outros, como o Complexo Aquático Cláudio Coutinho e o Ginásio Nilson Nelson, não devem ser privatizados porque atendem a uma parcela da população que precisa

das escolinhas de natação, por exemplo. Então devem ser geridos pelo Estado. Se privatizarmos tudo, acabamos tirando o poder das secretarias. Já no caso do Mané Garrincha, que tem um gasto muito alto, é preciso ser feita a parceria público-privada para trazer jogos e eventos culturais.

LUIS MIRANDA (DEM)

LUIS CLAUDIO FERNANDES MIRANDA

BRASÍLIA (DF), 27/3/1980

EMPRESÁRIO E PALESTRANTE

PROTESTANTE

LUIS MIRANDA

TRAJETÓRIA POLÍTICA

TRABALHA COM MARKETING DIGITAL HÁ 20 ANOS. DESDE 2015 TEM UM CANAL NA INTERNET NO QUAL DÁ CURSOS E FALA SOBRE MARKETING E EMPREENDEDORISMO DIGITAL E DAS DIFERENÇAS ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS – PAÍS ONDE VIVEU POR QUATRO ANOS. FILIOU-SE AO DEM EM 2012.



O EMPRESÁRIO É QUEM GERA EMPREGO, RIQUEZA E ARRECADAÇÃO. FAZ COM QUE A MÁQUINA FUNCIONE E QUE O SERVIDOR E OS SERVIÇOS PÚBLICOS SEJAM PAGOS. NOS ESTADOS UNIDOS, O EMPRESÁRIO É VISTO COMO HERÓI. NEM TUDO SE RESUME A DINHEIRO. GRANDES EMPRESAS TAMBÉM DESENVOLVEM TRABALHO SOCIAL. O BRASIL DESPERDIÇA JOVENS GENIAIS PARA AS DROGAS E PARA A VIOLÊNCIA. SE TROUXERMOS PARA CÁ UMA INDÚSTRIA LIMPA DE VERDADE, UTILIZANDO RECURSOS HUMANOS BRASILEIROS E GERANDO OPORTUNIDADES PARA QUEM SEJA DE FATO QUALIFICADO, FAREMOS MUITO PELA SOCIEDADE. UMA DAS MINHAS MAIORES BANDEIRAS PARA ATRAIR INVESTIMENTOS AO DF É A REFORMA TRIBUTÁRIA. PRECISAMOS CRIAR O IMPOSTO ÚNICO FEDERAL E OS ESTADUAIS, ACABAR COM A GUERRA FISCAL INTERESTADUAL. ASSIM, PODERÍAMOS REDUZIR CARGA TRIBUTÁRIA E FAZER UM PLANEJAMENTO INTELIGENTE.

CARGA TRIBUTÁRIA

Até que chegue às mãos do consumidor brasileiro, o mesmo produto é tributado várias vezes. Isso limita muito nosso acesso a bens e a serviços, impede a geração de emprego e o desenvolvimento no País. A tributação no Brasil chega a ser criminosa. Os supermercados, que antes eram cheios, estão vazios. Houve uma manobra fiscal dos atacadões, que conseguiram driblar essa questão porque não temos gestores que enxerguem que a carga tributária brasileira é impeditiva. A guerra fiscal é um problema gravíssimo, mas acredito que a lei que possibilita a convalidação de incentivos permitirá ao DF competir com Goiás, que massacrrou nossos empregos e levou nossas indústrias.

TECNOLOGIA

Estamos muito atrasados nesse assunto, apesar de o brasileiro estar sempre conectado e consumir muita tecnologia. As eleições de 2018 foram ganhas na internet, mas pouco se investe na indústria de games e de desenvolvimento de software e hardware no Brasil. Nossa indústria de cinema é pífia.

AS ELEIÇÕES
DE 2018 FORAM
GANHAS NA
INTERNET, MAS
POUCO SE INVESTE
NA INDÚSTRIA
DE GAMES E DE
DESENVOLVIMENTO
DE SOFTWARE E
HARDWARE NO
BRASIL.

Fui ao Vale do Silício, nos Estados Unidos, conversar com diretores de grandes empresas e todos compreenderam a necessidade de criarmos ideias e projetos aqui no Brasil, tendo em vista que somos um dos maiores geradores de gênios do mundo. Acabamos exportando essas pessoas por falta de indústrias de alta tecnologia, mas Brasília tem a chance de resolver isso. Somos uma cidade de pessoas estudiosas e esforçadas, talvez até por conta dos concursos públicos. Nossa meta é trazer a alta tecnologia para a cidade, assim poderemos quebrar essa mentalidade de que Brasília é a capital do funcionalismo. Provavelmente teremos uma mudança de paradigma, porque essas empresas pagam melhor que o setor público.

INOVAÇÃO

Queremos trazer a indústria tecnológica para Brasília, mas seguimos o modelo de parques tecnológicos que deram errado. Os que deram certo são modelos de iniciativa público-privada. O Biotec não deve ser um centro de pesquisa, mas sim um

centro de produção. É possível aproveitar cem por cento do que foi feito, mas teríamos que mudar o conceito para atrair empresas que já geram riqueza, para que entrem e comecem a produzir resultados. A criação de um centro de pesquisa poderia ser um programa social dentro de um escopo mais amplo. Podem e devem montar um espaço para aprimorar tecnologias que já existem no nosso setor, mas temos que parar é de investir em tecnologia do passado.

SEGURANÇA JURÍDICA

O empresário não se sente seguro para fazer investimentos em Brasília. No caso da convalidação dos benefícios fiscais, só legislaram sobre o assunto porque a judicialização fez com que várias empresas quebrassem. O prejuízo foi enorme.

A intervenção jurídica atrapalha o desenvolvimento econômico e tem que acabar. Já existe essa discussão na Câmara dos Deputados e nós vamos apoiá-la. Precisamos garantir que, se o empresário tiver um acordo com o Estado, não poderá ser atropelado pelo Ministério Público.

BUROCRACIA

O problema da burocracia no Brasil é que ela é fabricada. Por trás, há sempre alguém vendendo a solução mágica. Sei exatamente onde estão esses gargalos e pretendo resolvê-los como deputado federal, legislando, ou encaminhando informações às autoridades policiais. Podemos usar a tecnologia a nosso favor para acabar com isso, mas há pessoas que trabalham no setor público e que adoram que exista a burocracia para que ganhem dinheiro — isso é crime. Vou bater muito forte nessa questão, que tanto massacra nossas empresas.

LOGÍSTICA

Há obras que deveriam ser levadas mais a sério, como o anel viário ao redor do DF, que diminuiria o fluxo de veículos. Como não está devidamente implementado, caminhões de carga precisam cortar a área do DF, gerando esse tráfego enorme na BR-040. Também precisamos ampliar as vias, como a Estrutural, para a qual temos o projeto e a verba aprovados. Ferrovias poderiam ser a solução, mas o investimento seria bilionário, passível de

corrupção, e considero mais importante terminarmos obras inacabadas, a exemplo do VLT, que passaria pela W3. Devemos aproveitar o que já temos, concluir o metrô até o fim da Asa Norte, chegar até Brazlândia, Recanto das Emas. Enquanto formos incapazes de concluir o que começamos, não conseguiremos fazer novos projetos.

REFORMA TRABALHISTA

O Estado brasileiro é paternalista, quer cuidar da vida das pessoas, saber o que fazem com o próprio dinheiro. Quer dar vale-transporte, por exemplo, porque considera que, se não der, o cidadão gasta o dinheiro e não chega ao trabalho.

Apoio uma reforma baseada no modelo americano de pagamento. Incluir no salário todos os direitos de forma proporcional evitaria as brigas trabalhistas, porque as pessoas já receberiam tudo: vale-transporte, férias, décimo terceiro salário, etc. Se fizermos isso, teremos um salário mínimo maior, o que potencializa o crescimento econômico e gera riqueza. Quando a pessoa passa a

**PRECISAMOS
GARANTIR QUE,
SE O EMPRESÁRIO
TIVER UM
ACORDO COM O
ESTADO, NÃO
PODERÁ SER
ATROPELADO
PELO MINISTÉRIO
PÚBLICO.**

ganhar mais, consome mais, e isso estimula a indústria. É assim em todos os países de primeiro mundo. Não existe demanda trabalhista. Só países atrasados têm esse tipo de problema. Se eu paguei sua hora trabalhada e está tudo incluído, acabou a relação. É só desenvolver um esquema de tecnologia que ajude o empregador a saber quanto o empregado deve receber, e com todos os direitos. Ninguém tem que ter estabilidade, é meritocracia. O cidadão deve estar ligado a uma empresa porque é competente, e não porque está amarrado ou porque, se for demitido, o empregador tem que pagar muito. Em vez de impor obrigações, o Estado deveria criar estímulos para que as empresas coloquem em prática programas sociais. Por exemplo, quem contratasse menor aprendiz poderia ter redução na carga tributária ou incentivo do governo para participar de licitações.

PRIVATIZAÇÕES

Sou favorável a privatizar tudo e acabar com os cabides de emprego. A única área que pode ficar com o Estado é a segurança

pública. Na saúde, por exemplo, as parcerias público-privadas são perfeitas. Como o Estado já sabe quanto gasta, é só fazer uma licitação dali pra baixo e exigir a qualidade do sistema privado sem custos a mais para a população. O problema é a pressão dos servidores públicos, dos médicos da rede, que trabalham o equivalente a um mês por ano para ganhar R\$30 mil por mês. Infelizmente, a indústria da saúde é criminosa.

DIÁLOGO COM O SETOR PRODUTIVO

Estudo muito e, mesmo assim, não me sinto qualificado para tratar de uma série de assuntos importantes para o País, porque são diversificados. Essa aproximação com entidades representativas do setor produtivo, como a Fibra, é fundamental para compreender as demandas do segmento. Ao nos mostrar o que é importante para o setor e argumentar sobre projetos de lei em tramitação, as entidades nos dão a capacidade de lidar com temas que às vezes passariam por nós como um trator na Câmara dos Deputados. Isso é muito importante.

PAULA BELMONTE (PPS)

PAULA MORENO PARO BELMONTE

SÃO PAULO (SP), 23/6/1973

EM BRASÍLIA DESDE 1976

EMPRESÁRIA

CRISTÃ

PAULA BELMONTE

TRAJETÓRIA POLÍTICA

EMPRESÁRIA DO RAMO IMOBILIÁRIO, ACREDITA NO EMPREENDEDORISMO E NO FOMENTO AO SETOR PRODUTIVO COMO FORMA DE IMPULSIONAR A ÁREA SOCIAL, PAUTA COM A QUAL SEMPRE SE IDENTIFICOU E QUE MOTIVOU SEU INGRESSO NA CARREIRA POLÍTICA. DEPOIS DE NOVE ANOS NA CAPITAL INGLESA, VOLTOU A BRASÍLIA EM 2018 E CONCORREU PELA PRIMEIRA VEZ A DEPUTADA FEDERAL PELO PPS.



APESAR DE FAZER PARTE DE UM PARTIDO E DE SER ESTREANTE NA POLÍTICA, QUERO SER INDEPENDENTE, DEFENDER TAMBÉM QUESTÕES SUPRAPARTIDÁRIAS E APARTIDÁRIAS, PARA QUE POSSAMOS REALMENTE MELHORAR A VIDA DAS PESSOAS E TORNAR O BRASIL MAIS PRÓSPERO. PRECISAMOS DE TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA JURÍDICA E OPORTUNIDADES PARA NOSSO POVO SUPERAR A BARREIRA DA MISÉRIA. ESTAMOS EM UM MOMENTO DE MUDANÇAS REAIS, POR ISSO DEFENDO O CORTE DE PRIVILÉGIOS POLÍTICOS E DE GASTOS PÚBLICOS, QUE NO FIM DAS CONTAS SÃO DO CONTRIBUINTE. TAMBÉM SEREI PARCEIRA DA POPULAÇÃO AO ATUAR NO DEBATE SOBRE AS REFORMAS TRIBUTÁRIA, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA, QUE TÊM IMPACTO NA ECONOMIA E NA GERAÇÃO DE EMPREGO. O PAÍS É RIQUESSIMO, MAS PRECISAMOS MUDAR NOSSOS VALORES E PRINCÍPIOS. A COLETIVIDADE E A FRATERNIDADE SÃO FERRAMENTAS PARA ISSO.

JUVENTUDE

A criança e o adolescente são minhas prioridades. O empreendedorismo e o setor produtivo são importantíssimos nessa luta, porque, quando falamos dessa população, consideramos principalmente pessoas vulneráveis, que dependem de uma família em que há desempregados. Só conseguirei atingir meu objetivo com a infância e a juventude se houver geração de empregos e fomento na economia do Brasil e de Brasília. Só assim as crianças terão um ambiente mais saudável para viver. Também lutarei pela educação de qualidade, do ensino básico até a universidade.

POLÍTICA SOCIAL

As pessoas confundem assistencialismo com política de assistência social. Nos Estados Unidos, país altamente capitalista, há uma política de assistência muito boa. Eles entendem que o cidadão, às vezes, pode precisar de ajuda para sair de uma situação vulnerável, de desemprego, por exemplo. O mesmo ocorre na Inglaterra. A diferença é que nesses países ninguém passa

fome. Como a fome é algo que não espera, precisamos olhar com atenção para o ser humano, dar a ele qualificação e oportunidade, mas também condições de melhoria e dignidade para o cidadão.

TRANSPARÊNCIA

Precisamos de um Estado mais moderno. Não temos um sistema eficiente de controle em nenhuma das secretarias ou nas administrações. A falta de transparência traz dúvidas sobre o que está sendo feito, quem de fato está trabalhando e quais são as funções daquelas pessoas. Podemos solucionar isso com investimento em sistemas tecnológicos, que ainda vão resolver a questão da burocracia — algo inventado para dar segurança ao processo, mas que hoje traz insegurança. Trabalho com investimentos na área da construção civil e me deparo com entraves para aprovação de projetos que podem chegar a três anos de espera — tempo que deixamos de gerar empregos diretos e indiretos. Fiscalizar as ações do governo é uma das funções primordiais de um legislador. Acho importante construirmos

uma política transparente. Meu gabinete estará sempre de porta abertas. Será um espaço em que poderemos conversar e debater qualquer assunto de forma sincera, sem pedir nada em troca, principalmente geração de emprego e fomento à economia.

QUALIFICAÇÃO

Em Brasília, temos um número imenso de pessoas com estudo, mestrado, doutorado, mas que não são aproveitadas pelo setor produtivo. Precisamos potencializar essa alta concentração de profissionais qualificados, que pode ajudar a cidade a crescer por meio do conhecimento. A força do setor público em Brasília vira um desestímulo para outras áreas. É preciso mudar esse pensamento. É importante investirmos em ensino técnico e qualificação para que os trabalhadores consigam atender à demanda. A qualificação também é fundamental para pensarmos as cotas de contratação nas empresas. Dar oportunidade aos jovens aprendizes, por exemplo, é essencial. O acesso ao primeiro emprego deve fazer parte do processo de aprendizagem.

Mas, para isso, o Estado precisa ajudar a juventude com oferta de estágios, escolas técnicas, cursos profissionalizantes. Muitos saem da educação básica ou até da universidade sem estarem devidamente qualificados.

LOGÍSTICA

O que ocorreu na paralisação dos caminhoneiros em 2018 escancarou a realidade do Brasil. Se pudermos investir nas ferrovias, será um grande ganho para toda a sociedade. Além do custo mais baixo, teríamos agilidade e segurança, se considerarmos ainda as perdas com roubos de cargas. O governo federal terá que conversar com os governadores do centro do País para que possamos modernizar essa malha, que está subutilizada por falta de investimento. Para o DF, geograficamente muito bem posicionado, seria muito positivo.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Precisamos nos atualizar. Em outros países, as pessoas costumam morar próximo ao trabalho e as crianças estudam na própria comunidade. Vemos moradores de Águas Lindas

**TEMOS UM
NÚMERO IMENSO
DE PESSOAS
COM ESTUDO,
MESTRADO,
DOCTORADO, MAS
QUE NÃO SÃO
APROVEITADAS
PELO SETOR
PRODUTIVO.
PRECISAMOS
POTENCIALIZAR
ESSA ALTA
CONCENTRAÇÃO
DE PROFISSIONAIS
QUALIFICADOS,
QUE PODE
AJUDAR A CIDADE
A CRESCER
POR MEIO DO
CONHECIMENTO.**

(GO) virem para o Distrito Federal todos os dias para trabalhar porque lá não há emprego suficiente. Apostar no desenvolvimento econômico de cada região administrativa, com indústrias em locais diversos, é uma forma de resolver problemas sociais e também no trânsito. Não temos usado todo nosso potencial para atrair empresas e assim estimular a criação de emprego. Vivemos uma situação muito séria, com milhares de desempregados, pessoas passando fome e a criminalidade aumentando. Oferecer emprego é alterar esse ciclo.

PRIVATIZAÇÕES

O Estado tem que atuar apenas nas suas principais funções: educação, segurança e saúde de qualidade. As outras áreas podem ser privatizadas. Sou a favor de uma economia mais liberal.

AGRONEGÓCIO

Uma das vocações do Distrito Federal é desenvolver esse setor. É um segmento pouco aproveitado, mas que tem um potencial grande para fazer girar a cadeia

produtiva da cidade. Estou à disposição para pensarmos juntos em soluções para fomentar esse talento local e para que possamos produzir ainda mais, incrementando a economia de Brasília.

PREVIDÊNCIA

O Brasil não tem mais condições de arcar com esse prejuízo. Precisamos acabar com as superaposenadorias. Há alguns ganhando R\$1 mil, enquanto outros recebem R\$180 mil, o que é incoerente. A reforma é essencial e terá impacto grande nas próximas gerações. Em relação à idade mínima, é um sacrifício, mas temos que lembrar que estamos com uma expectativa de vida maior. Precisamos encarar isso de uma forma que continuemos atendendo os mais necessitados. Não é uma política assistencialista, mas uma política com consciência. A reforma deve considerar a melhora na qualidade de vida e na saúde dos idosos. Tem que ser um mecanismo com impacto direto não só na economia e no orçamento, mas também no cuidado com o ser humano.

**O ESTADO TEM
QUE ATUAR
APENAS NAS
SUAS PRINCIPAIS
FUNÇÕES:
EDUCAÇÃO,
SEGURANÇA
E SAÚDE DE
QUALIDADE. AS
OUTRAS ÁREAS
PODEM SER
PRIVATIZADAS.**

REFORMA TRIBUTÁRIA

Essa reforma é necessária para que possamos combater o desemprego no Brasil inteiro. As multinacionais se assustam com a quantidade de impostos, por isso não querem vir para cá. O sistema é muito complexo. Quem ganha menos paga o mesmo do que quem ganha mais, o que atinge as pessoas mais vulneráveis. Isso também faz com que os produtos fiquem mais caros. Temos que simplificar o modelo de tributação, com transparência e, principalmente, segurança jurídica.

REFORMA TRABALHISTA

O Brasil é muito protecionista em relação ao empregado. Isso provoca o desemprego, além de as pessoas ficarem presas aos direitos adquiridos. A reforma foi tímida. Já avançou em alguns pontos, mas poderia avançar ainda mais para dar liberdade aos empregados. Temos que ter como base a ética, o combate ao trabalho escravo e tudo mais, mas é preciso ter liberdade para negociar. O trabalho pago por hora, por exemplo, permite

que a pessoa trabalhe quantas horas e da forma que quiser ou, no caso das férias, que escolha quantos dias quer e quando tirá-las. Isso é negociação. A CLT é engessada, o que acaba dificultando a produção. É preciso conciliar os legítimos direitos trabalhistas com a realidade do País e o fomento à atividade empresarial.

DIÁLOGO

É essencial que o parlamentar tenha a visão de que está ali a serviço da sociedade e de que só conseguirá ajudar a população se estiver próximo. Quando falamos da sociedade, consideramos também o setor produtivo. Estamos defendendo o Brasil, a coletividade. Infelizmente, na velha política — cujo ciclo eu espero que esteja encerrado —, defendia-se um setor prejudicando vários outros. Conheço muitos empresários sérios, que querem poder bater à porta de um parlamentar e não ter que dar nada em troca para ele. Com certeza vão me encontrar. Solidariedade e responsabilidade são as palavras da vez.

PROFESSOR ISRAEL (PV)

ISRAEL MATOS BATISTA

BRASÍLIA (DF), 2/5/1982

CIENTISTA POLÍTICO E PROFESSOR DE HISTÓRIA

CARGO PÚBLICOS ANTERIORES

ASSESSOR ESPECIAL DA SUBSECRETARIA DE JUVENTUDE,
DA SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E
CIDADANIA DO DF (2007)

COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE PESQUISAS EM
ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO
E EMPREGO (2007-2008)

SECRETÁRIO-ADJUNTO DE TRABALHO DO DF (2008)

SECRETÁRIO DE TRABALHO DO DF (2008-2009)

DEPUTADO DISTRITAL (2011-2014 E 2015-2018)

PROFESSOR ISRAEL

TRAJETÓRIA POLÍTICA

UM DOS FUNDADORES DA ASSOCIAÇÃO DOS
ALUNOS DE BAIXA RENDA, NA UNB. EM 2000,
CRIOU O PRÉ-UNB, CURSINHO COMUNITÁRIO
PARA ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS. FOI
ELEITO DEPUTADO DISTRITAL PELA PRIMEIRA
VEZ EM 2010, PELO PDT. FILIOU-SE AO PEN
E, EM 2014, FOI REELEITO PELO PV.



A EDUCAÇÃO É A SOLUÇÃO PARA OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DO PAÍS. NO CONGRESSO, PRETENDO TOMAR UMA SÉRIE DE MEDIDAS PELO TEMA. APROVEI COMO DEPUTADO DISTRITAL A LEI DE PROTEÇÃO AO PROFESSOR [LEI Nº 5.531/2015] E PRETENDO LEVAR ESSA PROPOSTA AO ÂMBITO NACIONAL. VOU PRIORIZAR A APLICAÇÃO DO PDAF NAS ESCOLAS DE TODO O BRASIL. NO DF, O PROGRAMA REDUZIU O CUSTO DE UMA QUADRA COBERTA DE R\$1,2 MILHÃO PARA R\$420 MIL COM UM PRINCÍPIO SIMPLES: QUEM ADMINISTRA A MAIOR PARTE DOS RECURSOS DA ESCOLA NÃO É UM BUROCRATA NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, MAS O DIRETOR ESCOLAR E O COORDENADOR REGIONAL DE ENSINO. O DIRETOR GASTA MENOS PORQUE FAZ UM PROCESSO DE COMPRAS E DE OBRAS MUITO MAIS SIMPLES. OUTRA PROPOSIÇÃO É A QUE INVERTE A LÓGICA DE AUMENTO SALARIAL NO SERVIÇO PÚBLICO. HOJE, O AUMENTO É EM CADEIA, DISPARADO POR REAJUSTES A SERVIDORES DO JUDICIÁRIO, CATEGORIA PEQUENA E ELITIZADA. DEFENDO QUE O AUMENTO COMECE PELO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES. É UMA CATEGORIA GRANDE, QUE VAI NATURALMENTE SEGURAR OS PERCENTUAIS E EQUILIBRAR MELHOR O SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO, PERMITINDO OS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA.

SEGURANÇA JURÍDICA

O Brasil muda as regras a cada momento. Precisamos de um processo de simplificação do labirinto legislativo — estrangeiros desistem de entender o Brasil. O empresário tem um custo a mais porque precisa contratar uma equipe legislativa, com advogados tributários e trabalhistas. Nosso país faz muitas leis, grandes e complexas, mas abandona os princípios gerais. Eu acredito que seja necessário um mutirão para acabar com o excesso de legislação. É preciso fazer um “revogaço”, reunir o Congresso Nacional e a Câmara Legislativa e analisar todo o arcabouço legislativo, cortando leis que não funcionam. Esse seria o primeiro passo para a segurança jurídica: um sistema legal inteligível.

OBSTÁCULOS AOS INVESTIMENTOS

Brasília já deveria ter ousado mais. Pode ser um polo de atração de turismo e de negócios. Pode ser a capital do Centro-Oeste, o lugar onde se negociam *commodities* com o resto do mundo, mas, para isso, precisa se desburocratizar. Para entrarmos na guerra fiscal já sofremos muito

porque há insensibilidade dos órgãos públicos, do Ministério Público, do Tribunal de Contas. Brasília está em uma posição geográfica que dá acesso a uma região de amplo potencial turístico e isso gera interesse de investimento estrangeiro. Eu recebi agentes de parques temáticos importantes, que mostram interesse em Brasília, mas temos impeditivos como a oferta de uma área para instalação. Esses conglomerados de diversão buscam um lugar para se estabelecer na América Latina. É preciso uma pitada de ousadia.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Nós tivemos uma decretação de estado de emergência em segurança e a criação de um ministério extraordinário. Fizemos a intervenção federal no Rio de Janeiro com dinheiro que saiu do esporte e do Sistema S. Como um país pode combater a violência tirando o menino do curso profissionalizante, de uma vila olímpica? Claro que precisamos de policiamento, mas essencialmente é um assunto de que se trata a médio e longo prazo.

**VEJO O
PROCESSO DE
INDUSTRIALIZAÇÃO
DO DF COMO
INOVADOR, E NÃO
TRADICIONAL.
AQUI É UM LUGAR
PARA PENSARMOS
EM UMA MATRIZ
INDUSTRIAL COM
TECNOLOGIA.**

Pensando nisso, fiz o programa Bora Vencer, porque entendi que o Enem poderia ser um grande objetivo para os meninos da periferia. Foram 2,5 mil meninos de renda máxima de dois salários mínimos ingressando na UnB, outros tantos na Escs e em outras faculdades públicas e particulares com bolsas de 100%.

EMPREGABILIDADE

Pretendo apresentar uma proposta para que a pessoa com deficiência, ao aceitar um emprego, não perca seu benefício social. A capacidade laboral não afeta esse direito porque é bom para a sociedade que a pessoa se sinta segura para buscar a independência sem medo de perder o pouco que tem.

Acho que toda empresa quer cumprir sua função social, mas temos de avaliar o tamanho da carga que estamos colocando sobre os ombros do empresário. No caso dos apenados, o Estado tem que cuidar de todo o processo burocrático, se responsabilizar até certo ponto. É óbvio que o empresário quer que o apenado se ressocialize. Isso é bom para o País. Veja a cota para os menores aprendizes. As

empresas gostam de ter esses meninos, mas, em uma empresa de construção civil, por exemplo, o espaço de trabalho que permite a inserção de cotistas como menores aprendizes ou pessoas com deficiência é muito pequeno. É um formato irracional, um assunto que me interessa muito discutir.

INDÚSTRIA INOVADORA

O Distrito Federal tem características muito particulares. Estamos em uma área delicada do ponto de vista ambiental, que tira de nós a vocação para a instalação de indústrias típicas do século XX. É uma região sensível do ponto de vista hidrográfico — aqui nascem três bacias importantes. O DF tem vocação para industrialização com foco na indústria do século XXI, da era da revolução informacional. Temos mão de obra qualificada para isso, então vejo o processo de industrialização do DF como inovador, e não tradicional. Aqui é um lugar para pensarmos em uma matriz industrial com tecnologia. Podemos trazer grandes investimentos para o Biotic. É nossa vocação. Para uma cidade ter

vocação, não precisa oferecer vantagens tributárias, não é esse o ponto. Precisa ter qualidade de capital humano para esse tipo de empreendimento. Brasília tem os melhores recursos humanos do País. Em média, 15% dos jovens brasileiros têm curso superior — em Brasília, essa média sobe para 31%. Brasília tem a maior quantidade de doutores e de políglotas do País, sendo a capital com o maior número de pessoas que falam inglês. É nisso que temos que apostar, porque é o que vai atrair os grandes negócios.

LOGÍSTICA E MOBILIDADE

A solução para o Brasil é um sistema de transporte de cargas multimodal, que demanda investimento muito alto, mas que tem retorno muito grande. Não dá, por exemplo, para pensar no Porto Seco isolado de outras políticas. Para se ter ideia, o transporte por caminhão custa três vezes mais que o ferroviário e nove vezes mais que o hidroviário. É um modal caro, mas

ao qual estamos presos. Temos de tratar a Ride como uma área integrada de transporte público. Não dá para o DF legislar sobre tarifa de ônibus aqui no nosso quadradinho sem integração com Goiás, que estabelece as tarifas do Entorno. A Ride é uma política fracassada, que precisa de reforma urgente, e o primeiro passo é uma emenda constitucional que permita essa discussão do transporte.

REFORMA TRABALHISTA

Da maneira que foi feita, precisa de reparos, sim. Não podemos passar uma impressão de que abandonamos princípios fundamentais de garantias do ser humano. A reforma tem que atender a parâmetros internacionais de segurança do trabalho, de respeito à dignidade da pessoa, e não passar uma impressão errada sobre o tratamento de gestantes, de menores. O trabalhador vai ser beneficiado com o aumento da oferta de emprego, o empresário vai ser beneficiado com a diminuição dos custos. Temos que fazer uma reforma que não agrida o trabalhador e que mostre que o Brasil é civilizado.

REFORMA PREVIDENCIÁRIA

É muito importante que a Previdência não seja usada como bode expiatório para todos os problemas brasileiros. Temos que respeitar contratos, acordos, fazendo uma reforma que, na medida do possível, seja daqui para a frente. Deve atacar os privilégios e ser ampla, levando em consideração as diferenças entre os vários tipos de trabalhadores. Essa reforma deve ser focada nos privilégios e respeitar o contrato com os servidores — isso também é segurança jurídica. Você se apresenta e assina um contrato com o Estado. Cada mudança nesse contrato tem que ser muito dialogada. Tem que haver regras de transição e não pode haver corte seco, para o País não desrespeitar a própria segurança jurídica. Queremos um país que respeite as regras com os empresários, com seus servidores e com toda a população.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Eu tenho um princípio: desonerar o consumo e focar a renda. Toda vez que onero consumo, eu prejudico o mais pobre e o desenvolvimento dos

negócios no País. Temos que mudar nossa legislação tributária para que ela seja mais justa. É injusto que se paguem impostos altos sobre produtos da cesta básica, sobre a gasolina. O correto seria que pagássemos impostos proporcionalmente sobre a nossa renda, sobre a nossa riqueza individual, porque assim é possível fazer um corte equitativo entre pobres e ricos. Os remédios não deveriam ser tributados.

Quando desonerarmos o consumo, vamos ter incremento da atividade empresarial e seremos mais justos. Alguns países cobram multas de trânsito de acordo com a declaração de imposto de renda: se um milionário recebe uma multa por alta velocidade em seu carro importado, o efeito do valor dessa multa sobre ele não tem o mesmo efeito pedagógico que tem sobre o trabalhador que ganha dois salários mínimos.

Defendo que tenhamos regras nacionais de cobranças de tributos. O País não pode competir contra si mesmo, mas deve competir contra os outros. São muitas as reformas que precisamos fazer, mas essa é fundamental para evitar

que o DF e Goiás continuem essa briga que não ajuda o Brasil de forma alguma.

PRIVATIZAÇÕES

Vejo com preocupação uma onda de privatizações com base meramente ideológica. Em princípio não é crime o Estado ser dono de uma empresa, mas, administrar mal essa empresa, é. Temos que estudar caso a caso, observar os resultados, o loteamento de cargos, se a empresa está desvinculada da realidade econômica do País.

Temos empresas simbólicas do ponto de vista da propriedade do Estado brasileiro. Um exemplo é a Petrobras. Motivo de orgulho para o Brasil durante tantos anos, sofreu com sintomas do mundo das estatais: loteamento de cargos e politização das decisões econômicas. Penso que o Estado precisa aplicar nas empresas que estão no mercado regras de mercado e temos que mudar a legislação nesse sentido. A empresa é de propriedade do povo brasileiro, e o povo quer que a empresa dê certo, que gere riqueza. Os lucros serão do povo, será patrimônio nosso para gerar outras riquezas. Ao mesmo tempo, não faz o menor

sentido o Estado possuir empresas produtoras de fertilizantes ou manter empresas de instalação de ferrovias que há 20 anos não são instaladas. Que se desmonte isso imediatamente.

DIÁLOGO COM O SETOR

O setor produtivo precisa aprofundar o diálogo com o legislativo e usar esses canais o máximo que puder. Quando a Fibra faz o **Perfil dos Parlamentares**, permite aos seus agentes saber com quem está lidando, com quem há diálogo, de que assuntos eu, como parlamentar, não vou abrir mão, e aí já começamos um debate. O diálogo deve ser feito com essa clareza. O meu gabinete vai estar aberto no Congresso Nacional para as entidades que representam o setor produtivo brasileiro: a indústria, o comércio e a agricultura geram riqueza, e eu quero que o País fique mais rico para podermos valorizar ainda mais a educação, valorizar a nossa escola. A indústria tem que se superar para que o Brasil enriqueça e que a gente possa sustentar nossos sonhos de um país mais desenvolvido, justo.

EU TENHO UM PRINCÍPIO: DESONERAR O CONSUMO E FOCAR A RENDA. QUANDO DESONERMOS O CONSUMO, VAMOS TER INCREMENTO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL E SEREMOS MAIS JUSTOS.



S
N
D

FEAR

SENADO FEDERAL
2019-2023
56^a Legislatura

IZALCI LUCAS

IZALCI LUCAS (PSDB)

IZALCI LUCAS FERREIRA
ARAÚJOS (MG), 7/4/1956
EM BRASÍLIA DESDE 1970
PROFESSOR, CONTADOR E AUDITOR
CATÓLICO

CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES

DEPUTADO DISTRITAL (2003-2006)
SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO DF (2004-2006 E 2007-2010)
DEPUTADO FEDERAL (2007-2011, 2011-2015 E 2015-2019)

TRAJETÓRIA POLÍTICA

FOI PRESIDENTE DO SINDICATO DOS CONTADORES DO DF DE 1992 A 1994. DE 1995 A 1998, PRESIDIU O SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO DO DF. INICIOU A VIDA POLÍTICO-PARTIDÁRIA EM 1997, PELO PSDB. EM 2001, FILIOU-SE AO ANTIGO PFL. ELEGEU-SE DEPUTADO FEDERAL PELO PR EM 2010. EM 2012, VOLTOU PARA O PSDB E REELEGEU-SE EM 2014. PRESIDE O DIRETÓRIO REGIONAL DO PSDB NO DF.



MINHA ATUAÇÃO SEMPRE GIROU EM TORNO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, FINANÇAS E ORÇAMENTO. PUDE TRABALHAR EM VÁRIAS COMISSÕES. FUI PRESIDENTE DE FRENTES PARLAMENTARES E RELATOR DE MATÉRIAS IMPORTANTES, COMO O MARCO REGULATÓRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. PRESIDÍ AS DUAS COMISSÕES MISTAS CRIADAS PARA APRECIAR AS MEDIDAS PROVISÓRIAS QUE DERAM ORIGEM À REFORMA DO ENSINO MÉDIO E À LEI QUE ESTABELECEU NOVAS REGRAS PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO DF. AS PRINCIPAIS EMENDAS APROVADAS EM BENEFÍCIO DE MORADORES DE CONDOMÍNIOS E PRODUTORES DE ÁREA RURAL SÃO DE MINHA AUTORIA. NO SENADO FEDERAL, NÃO SERÁ DIFERENTE. APROVEITAREI TODA MINHA EXPERIÊNCIA PARA TRABALHAR AINDA MAIS, PRINCIPALMENTE PARA RECUPERAR O TEMPO PERDIDO. FOMOS MUITO PREJUDICADOS NA GUERRA FISCAL POR FALTA DE ATUAÇÃO DO SENADO. O SENADOR TEM QUE ESTAR ATENTO AOS INTERESSES DO ESTADO PARA QUE POSSA DEFENDÊ-LO.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

É muito importante que universidade, empresa e governo caminhem juntos. Se os três não estiverem na mesma direção, não funciona. O governo pode facilitar os processos e a academia pode ajudar com o conhecimento, mas a inovação ocorre nas empresas. Não adianta ter conhecimento e isso não ser transformado em emprego e renda. Brasília tem o maior número de pesquisadores por habitante, muitas universidades e centros universitários. Nossa mão de obra é qualificada e precisa ser mais bem direcionada. Temos grande potencial para a tecnologia. Ainda há o fato de sermos a capital do País — o que falta realmente é vontade política. O Parque Tecnológico de Brasília é uma iniciativa que precisa ser fortalecida e ampliada. Poderíamos ter um empreendimento semelhante em Ceilândia, por exemplo. Há recursos. De acordo com a Lei Orgânica, o DF deve destinar 2% da receita corrente líquida a investimentos em pesquisas científicas por meio da FAP-DF.

Devemos investir em demandas induzidas ao elaborar os editais e desenvolver soluções para os problemas da cidade. O DF é todo analógico, o governo é todo analógico. Temos que apostar em uma cidade mais inteligente.

CONHECIMENTO PARA O MERCADO

O Brasil é o 13º colocado em produção de artigos científicos, mas está entre os últimos em transformar esse conhecimento em produto, em patente. Temos que reunir atores da academia, do governo e da iniciativa privada para elencar projetos estruturantes. Por exemplo, um dos maiores problemas que enfrentaremos no futuro, se não cuidarmos agora, será a agricultura familiar. Se não avaliarmos o que é sustentável, não teremos água, perderemos as terras para os loteamentos. É preciso investir em inovação, que significa dar condições para o agricultor familiar plantar, qualificá-lo, oferecer matéria-prima, introduzir conhecimentos que melhorem o processo de produção. No caso dos pequenos e

microempresários é a mesma coisa. Eles têm de ser treinados para desenvolver um processo de inovação e para produzir em escala. Tudo isso pode ser feito com o aproveitamento dos Institutos Federais e das universidades.

PARCERIAS DAS UNIVERSIDADE COM O ESTADO

A ideia é pegar um curso de engenharia, por exemplo, em que os estudantes têm que cumprir várias horas de estágio, e colocá-los para produzir um projeto concreto, e fazer parcerias para que esse aluno exerça as atividades nas administrações regionais, no governo.

Da mesma forma, poderíamos contratar estudantes de administração para qualificar os pequenos e microempresários e alunos de arquitetura para melhorar o visual da cidade. É bom para o estagiário, que ganha experiência, e é bom para o Estado e para a população.

INVESTIMENTOS

Passamos anos perdendo com a guerra fiscal, um

dos grandes gargalos que temos. Muitas empresas foram embora, fecharam. Tudo o que está em Anápolis (GO) poderia estar aqui. Se o governo fizesse o que deve ser feito para atrair investimentos, haveria tantas empresas interessadas em vir para Brasília que teríamos que selecionar para caber todo mundo.

Temos o segundo maior aeroporto do País e a melhor renda per capita, além das melhores condições de logística. Somos o centro e temos que nos transformar em polo. Precisamos reativar o Porto Seco e outras áreas que não têm infraestrutura, energia, asfalto, transporte.

DESENVOLVIMENTO

O nosso projeto principal agora tem que ser o desenvolvimento econômico, que é o que gera arrecadação e emprego. É o grande desafio do governo local. Nós, como parlamentares, temos que ajudar a enfrentá-lo. É preciso buscar formas de aumentar a arrecadação, porque quem paga os impostos são as empresas. Temos que ativar o Fundo de Financiamento do

O GOVERNO PODE FACILITAR OS PROCESSOS E A ACADEMIA PODE AJUDAR COM O CONHECIMENTO, MAS A INOVAÇÃO OCORRE NAS EMPRESAS. NÃO ADIANTA TER CONHECIMENTO E ISSO NÃO SER TRANSFORMADO EM EMPREGO E RENDA.

Centro-Oeste e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Há recursos, mas não se usa nada. São problemas estruturantes. Se pegarmos os investimentos do PAC, o DF está em último lugar. O que falta é iniciativa.

VOCAÇÃO INDUSTRIAL

Algumas fábricas, como as automobilísticas, não interessam ao DF porque nosso território é pequeno. Entretanto nada impede que as grandes indústrias sejam alocadas em Valparaíso e Águas Lindas (GO), gerando emprego e renda por lá. Não vamos resolver nada aqui se não resolvermos na região metropolitana.

Dentro do DF, devemos desenvolver mais essa questão de inteligência, conhecimento, inovação. A ideia é que Brasília seja um laboratório nacional. Todas as experiências deveriam passar por aqui e depois ir para as outras unidades federativas.

ATRATIVOS

Além da segurança jurídica, que é fundamental, as empresas precisam de infraestrutura, financiamento e crédito. As limitações nas áreas

de energia elétrica e de transporte público já são fatores determinantes para que deixem de vir para cá. Também é preciso que o governo tenha credibilidade. Os contratos têm que ser respeitados, os pagamentos têm que ser feitos em dia, sem propina e corrupção, e a burocracia precisa diminuir. Esses são pré-requisitos para qualquer investimento.

PREVIDÊNCIA

A maioria das pessoas tem mais irmãos do que filhos. A tendência, então, é aumentar a proporção de aposentados na população. É um cálculo que não se sustenta. Primeiro deveria haver uma reforma de gestão do Estado, para minimizar ao máximo as fraudes, e depois deveríamos adotar o sistema de capitalização, que é a tendência. A Reforma da Previdência é necessária, tem que ser feita, mas precisamos aprová-la sem desrespeitar o direito adquirido e a expectativa de aposentadoria das pessoas.

DESBUROCRATIZAÇÃO

Há 31 regiões administrativas, então temos que deixar para centralizar apenas os

**A REFORMA DA
PREVIDÊNCIA
É NECESSÁRIA,
MAS PRECISAMOS
APROVÁ-LA SEM
DESRESPEITAR
O DIREITO
ADQUIRIDO E A
EXPECTATIVA DE
APOSENTADORIA
DAS PESSOAS.**

grandes projetos de emissão de alvará. Pequenos e médios projetos têm que ficar sob responsabilidade das administrações regionais, e de forma simplificada.

O governo tem que olhar o macro. Temos que acelerar a aprovação de leis de ordenamento territorial aqui no DF. O governo federal também está preocupado em desburocratizar, em trazer eficiência para a máquina pública. É evidente que na área federal temos que fazer um esforço ainda maior.

REFORMA TRABALHISTA

Nunca tive dúvidas da necessidade dessa reforma. Na época da criação da legislação anterior, 1943, 60% dos trabalhadores eram analfabetos, por isso precisávamos de uma lei para protegê-los. Agora, no século XXI, na era da tecnologia, não faz sentido pensarmos que um médico, advogado ou professor precise de uma lei assim. Mas o grande problema aqui era a insegurança jurídica em relação ao tema. Só o Brasil tem Justiça do Trabalho. Cada juiz, uma sentença. Milhões de ações trabalhistas, milhares de sindicatos.

Isso exigia alguns ajustes. A modernização não tirou nenhum direito, estão todos na Constituição Federal. Sem dúvidas, o reflexo da reforma seria melhor se não tivéssemos essa crise toda no País. Ela foi aprovada com 13 milhões de desempregados.

O que pode ser questionado agora é a medida entre as forças: patronal e laboral. O patrão tem — ou deveria ter — consciência de que só terá sucesso se todos caminharem na mesma direção. A reforma deve ser equilibrada, necessita de alguns ajustes para que o empregado tenha um pouco mais de autonomia para discutir.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Essa talvez seja a única das reformas em que haja unanimidade. Ninguém está satisfeito com o modelo atual. O empresário acha que paga muito, o trabalhador também e o governo não está satisfeito. O grande problema é que ninguém quer perder. Para colocarmos essa reforma em prática, teremos que redefinir o pacto federativo. Não adianta os recursos irem para a União e o ônus ficar para o município.

PRIVATIZAÇÕES

Governo tem que cuidar de educação, saúde e segurança. O resto pode ser passado para a iniciativa privada, evidentemente mantendo o controle de algumas coisas. O Brasil é campeão no mundo em número de estatais — segundo a OCDE, são 418 empresas controladas direta ou indiretamente pela União, pelos estados e pelos municípios. Não dá para privatizar tudo, mas também não dá para tocar um negócio com prejuízo eterno como muitas empresas dão ao governo. Se houver uma estatal que dê resultado, nada impede que fique com o governo, mas o que não dá é para ter um monte de empresas só para cabide de empregos.

LEILA DO VÔLEI (PSB)

LEILA GOMES DE BARROS RÊGO

BRASÍLIA (DF), 30/9/1971

ATLETA PROFISSIONAL

CATÓLICA

CARGO PÚBLICO ANTERIOR

SECRETÁRIA DO ESPORTE, TURISMO E LAZER (2015-2018)

LEILA DO VÔLEI

TRAJETÓRIA POLÍTICA

MEDALHISTA OLÍMPICA PELA SELEÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL FEMININO, INICIOU A CARREIRA DE ATLETA AOS 17 ANOS. CONCORREU PELA PRIMEIRA VEZ A DEPUTADA DISTRITAL EM 2014, PELO PRB. EM 2018, FILIOU-SE AO PSB. É A PRIMEIRA MULHER ELEITA PARA REPRESENTAR O DISTRITO FEDERAL NO SENADO.



MINHA HISTÓRIA DE VIDA SE CONFUNDE COM A MINHA ATUAÇÃO NA DEFESA DE PAUTAS VOLTADAS PARA A INCLUSÃO E A CIDADANIA: ESPORTE, EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PARA MULHERES, CRIANÇAS, JOVENS, IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. SEMPRE TIVE CONTATO PRÓXIMO COM ESSAS CAUSAS E ESTAREI ABRAÇADA A ELAS DE FORMA AINDA MAIS ABRANGENTE NOS PRÓXIMOS ANOS. ACREDITO QUE O DIÁLOGO SEJA O PRINCIPAL INSTRUMENTO PARA FORTALECER ESSAS POLÍTICAS, POR ISSO TENHO BUSCADO DESENVOLVÊ-LO CONSTANTEMENTE, NÃO SÓ COM O MEIO POLÍTICO, MAS COM A SOCIEDADE. COMO SENADORA E REPRESENTANTE DO DF, BUSCAREI O DEBATE COM OS EXECUTIVOS LOCAL E FEDERAL E COM TODOS OS PARLAMENTARES PARA FAZERMOS O MELHOR PARA BRASÍLIA.

EDUCAÇÃO

Para impulsionarmos a geração de empregos, fundamental no enfrentamento da desigualdade social, é preciso trabalhar na área da educação. Esse é um tema que norteia minha vida e me sensibiliza muito. Temos que olhar com mais carinho para a juventude de Brasília e do Brasil.

Acredito que devemos reforçar o ensino técnico para a oferta do primeiro emprego ao jovem, tanto aquele que está no ensino médio quanto o que já saiu e que busca uma colocação no mercado de trabalho. É preciso ampliar as parcerias nesse sentido, fortalecer as escolas e os Institutos Federais, além do Sistema S. Como secretária do Esporte, tive oportunidade de conhecer de perto o trabalho desenvolvido nos Institutos Federais do DF e sei o quanto eles são importantes para promover uma nova perspectiva para a juventude.

CRESCIMENTO ECONÔMICO

Entendo que a agenda econômica será prioritária nesta legislatura, e isso inclui as reformas, que

são imprescindíveis. Precisamos focar a reorganização do País e a retomada do crescimento. A economia e o empreendedorismo são pautas em que pretendo me aprofundar. Quero dialogar com o Executivo e com o Parlamento sobre as matérias que proporcionarão desenvolvimento econômico, trazendo investimentos e buscando as melhores estratégias para a retomada do crescimento do DF.

DIÁLOGO COM O SETOR PRODUTIVO

Estar próximo a todos os segmentos de forma permanente será fundamental nesta legislatura. Quero estar atenta às demandas do setor produtivo local e do País.

Precisamos afinar a comunicação para entender profundamente essa agenda, que se reflete em todas as áreas. Estou focada em recuperar a confiança de Brasília e em contribuir para que o Brasil seja um país melhor para todos.

DESBUROCRATIZAÇÃO

Precisamos reduzir a burocracia, que, ao lado

da alta tributação, é um dos maiores empecilhos que temos no Distrito Federal para atrair as empresas. Temos que fortalecer principalmente os pequenos e médios empresários. É preciso descomplicar os processos e, assim, estimular o crescimento das empresas e a geração de empregos.

INDÚSTRIA TECNOLÓGICA

Vivemos um momento difícil na economia local e sabemos que não podemos mais depender tanto do setor público. O Distrito Federal deve investir no empreendedorismo voltado para a área tecnológica porque temos vocação para isso. Temos em nosso território o Parque Tecnológico de Brasília, o Biotic, que é um polo para trazer o desenvolvimento tecnológico para a cidade. Vamos trabalhar para incentivar parcerias e trazer novas iniciativas para o Distrito Federal. É fundamental buscarmos soluções para manter nosso capital humano trabalhando pelo crescimento da cidade. Temos muitas pessoas qualificadas, verdadeiros patrimônios para Brasília.

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

O trabalho para garantir a viabilidade das propostas que têm como objetivo favorecer o crescimento da cidade precisa ocorrer de forma conjunta. A atuação de toda a representação do DF no Congresso Nacional será fundamental. Vamos buscar recursos para resolver os problemas estruturais de Brasília, mas, para que isso ocorra, devemos investir também em um projeto de desenvolvimento local, que considere a região do Entorno.

TRABALHO

É preciso flexibilizar, modernizar a legislação para abrir um campo maior de opções de oferta de trabalho, mas sem retrocessos. Não podemos penalizar o trabalhador nem abrir mão dos direitos conquistados. É importante abrir o diálogo permanente com as classes patronal e laboral. Também precisamos dar oportunidade de emprego a todos e favorecer a inclusão no mercado de trabalho. Cotas de contratação são importantes, mas devemos estudá-las com carinho, entendendo que

ENTENDO QUE A AGENDA ECONÔMICA SERÁ PRIORITÁRIA NESTA LEGISLATURA, E ISSO INCLUI AS REFORMAS, QUE SÃO IMPRESCINDÍVEIS. PRECISAMOS FOCAR A REORGANIZAÇÃO DO PAÍS E A RETOMADA DO CRESCIMENTO.

cada segmento tem sua especificidade.

LOGÍSTICA

Depois que o Aeroporto de Brasília foi ampliado, confirmamos o nosso potencial para receber grande volume de passageiros. Essa capacidade também poderia ser estendida ao transporte de cargas, havendo um investimento também nas malhas rodoviárias e ferroviárias. Temos vocação para nos tornar um grande polo logístico.

MOBILIDADE URBANA

Outro desafio do DF é o transporte urbano. Como senadora, vou procurar trazer o máximo de investimentos para a cidade por meio de emendas e ajudar na batalha para conseguir recursos do governo federal e empréstimos de órgãos internacionais. Quero colaborar da forma que for possível para desenvolvermos essa área, considerando também as pautas de urbanização e infraestrutura.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A Previdência compromete boa parte do orçamento, o que contribui para

É PRECISO
FLEXIBILIZAR,
MODERNIZAR A
LEGISLAÇÃO PARA
ABRIR UM CAMPO
MAIOR DE OPÇÕES
DE OFERTA DE
TRABALHO, MAS
SEM RETROCESSOS.

limitar a nossa capacidade de investimento nas diversas áreas, inclusive a social. Sabemos que o sistema é deficitário e que esse é um assunto que teremos que enfrentar de forma prioritária, mas esta legislatura terá que envolver a sociedade no debate.

Aqui também não pode haver retrocessos: não podemos permitir que o trabalhador seja punido pela legislação. O trabalhador tem que compreender que o momento é crucial para o País e que precisamos abrir esse diálogo e repensar o sistema previdenciário, que tem prejudicado muito o Estado. Meu voto será decidido considerando o que for melhor para o Brasil.

CONCESSÕES E PARCERIAS

Precisamos investir na recuperação econômica do Estado, que não tem condições de manter grande parte das empresas, encontramos muitas dificuldades nesse sentido. Ao mesmo tempo, historicamente, as privatizações não trouxeram tantos benefícios ao País. Isso não quer dizer que não possamos repensar os modelos

de parcerias público-privadas, mas não podemos abrir mão das empresas de interesse nacional, importantes para manter nosso patrimônio.

REFORMA TRIBUTÁRIA

O sistema tributário brasileiro está ultrapassado, insustentável e demandará grandes debates até encontrarmos uma solução. Teremos que pensar em um modelo de simplificação e até mesmo na diminuição dos tributos, sem que isso afete o crescimento econômico do País.

REGUFFE

REGUFFE (SEM PARTIDO)

JOSÉ ANTÔNIO MACHADO REGUFFE
RIO DE JANEIRO (RJ), 5/9/1972
EM BRASÍLIA DESDE 1981
ECONOMISTA E JORNALISTA
CATÓLICO

CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES

DEPUTADO DISTRITAL (2007-2010)
DEPUTADO FEDERAL (2011-2015)

TRAJETÓRIA POLÍTICA

FEZ PARTE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNB.
FILIOU-SE AO PDT EM 2005. EM 2010, FOI
ELEITO O DEPUTADO FEDERAL PROPORCIONALMENTE
MAIS VOTADO DO BRASIL. EM 2014, CONQUISTOU
A CADEIRA NO SENADO COM 57% DOS VOTOS
VÁLIDOS. ESTÁ SEM PARTIDO DESDE 2016.



COMO REPRESENTANTE DO CONTRIBUINTE, DEFENDO MEDIDAS COMO A REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA E DOS PREÇOS DOS REMÉDIOS. ENTRE AS PRIORIDADES DA MINHA ATUAÇÃO ESTÁ A ECONOMIA DOS RECURSOS PÚBLICOS COMO FORMA DE TORNAR O ESTADO MAIS ENXUTO E EFICIENTE PARA O CIDADÃO. O CUSTO DE UM MANDATO PARLAMENTAR NO BRASIL É EXCESSIVO. DESDE QUE ASSUMI O CARGO DE SENADOR, NÃO ACEITEI BENEFÍCIOS. ABRI MÃO DO PLANO DE SAÚDE VITALÍCIO OFERECIDO AOS SENADORES E SEUS DEPENDENTES. TAMBÉM NÃO ACEITEI AUXÍLIO-MORADIA NEM IMÓVEL FUNCIONAL. ABRI MÃO DE COTAS DE PASSAGENS AÉREAS, DA VERBA INDENIZATÓRIA, ENTRE OUTRAS REGALIAS. ENQUANTO OS SENADORES TÊM DIREITO A 55 ASSESSORES, EU REDUZI PARA APENAS NOVE, NO MEU GABINETE. E CONSIGO COM ESSA EQUIPE REALIZAR UM MANDATO PRODUTIVO COM O AUXÍLIO TAMBÉM DO EXCELENTE QUADRO TÉCNICO JÁ EXISTENTE NA ESTRUTURA DO SENADO. AO FIM DOS OITO ANOS DE MANDATO, A ECONOMIA AOS COFRES PÚBLICOS TERÁ SIDO DE R\$16,7 MILHÕES. NÃO EXISTE DEMOCRACIA SEM PODER LEGISLATIVO FORTE E ATUANTE, MAS PARA ISSO ELE NÃO PRECISA SER INCHADO COMO É HOJE.

VOCAÇÕES

É importante que o DF desenvolva vocações econômicas próprias para mudar essa perspectiva de que é apenas uma cidade administrativa. Há uma série de vocações em Brasília, principalmente no que diz respeito aos setores de serviços, turismo e cultural, e é preciso aproveitar esse potencial. Também sou favorável à instalação de indústrias limpas, que gerem empregos e renda para o DF.

DESENVOLVIMENTO

Uma das formas de o Estado induzir o desenvolvimento econômico, inclusive na indústria, é reduzir impostos. Essa redução, no entanto, tem que ser para todos, e não favorecer um determinado grupo. O Brasil praticou uma política industrial durante muito tempo na qual o Estado passou a ter uma postura paternalista ao conceder subsídios sem critério. A iniciativa privada tem um papel muito importante no País e cabe ao Estado em primeiro lugar não atrapalhá-la. Uma coisa é o Estado induzir o desenvolvimento, outra coisa é, sem

contrapartida, conceder vantagens específicas a esse ou àquele empresário. O que precisamos criar é segurança jurídica absoluta para que se possa investir, simplificar e reduzir a carga tributária.

REFORMA POLÍTICA

É necessário haver uma profunda reforma no Brasil para que possamos avançar. Nesse sentido, defendo o fim da reeleição para cargos executivos e o limite de uma única reeleição para cargos legislativos. Quando alguém fica muito tempo em um cargo, vai se esquecendo de que é apenas um representante e começa a se achar proprietário daquela função. É importante dar chance a outras pessoas. Defendo também a instituição do voto distrital e a possibilidade de revogabilidade de mandatos, no caso de descumprimento de compromissos objetivos colocados na campanha.

CANDIDATURAS AVULSAS

O Congresso Nacional tem que representar a diversidade de pensamento que existe na sociedade brasileira e uma grande

parcela hoje não acredita em partido político algum. É justo e democrático que essa parcela possa se sentir representada e que também tenha o direito de colocar as suas ideias. Por isso é necessário haver candidaturas avulsas, sem filiação partidária. Na minha proposta de emenda à Constituição, a única condição para que isso ocorra é que o candidato sem partido tenha que recolher 1% de assinaturas daquele eleitorado.

DIÁLOGO INSTITUCIONAL

Como o foco do meu mandato é a defesa do contribuinte do Distrito Federal e do Brasil, todas as vezes em que as instituições estiverem do lado do contribuinte, estarei do mesmo lado. Quando essas instituições estiverem contra o contribuinte, estarei contra essas instituições. Se as entidades defenderem, por exemplo, que não se recrie a CPMF, estarei do lado delas. Sou contra o aumento da carga tributária, defendo justamente a redução. O Estado brasileiro precisa ser mais eficiente, mais enxuto e precisa qualificar melhor o seu gasto. Tem de

gastar com mais critério cada centavo do dinheiro público.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O Estado deve investir mais no ensino técnico e profissional. Acho fundamental que os programas sociais do governo sejam acompanhados de políticas educacionais, inclusive da exigência de que a pessoa se qualifique para o mercado de trabalho. A pessoa beneficiada pelos programas sociais deve se qualificar para se reinserir no mercado. Uma política de transferência de renda é importante desde que tenha caráter temporal. Quando passa a ter caráter permanente, deixa de ser positivo.

RECURSOS PARA A SAÚDE

A saúde é um tema que permeia minha atuação como parlamentar. Por meio de emendas ao orçamento da União, ajudei a garantir recursos para a compra de remédios para o tratamento de câncer no DF e de ambulâncias novas para o Samu. Só no orçamento de 2018, foram R\$7 milhões destinados à compra de

medicamentos e mais R\$2,5 milhões para equipamentos hospitalares para a rede pública do DF. Ainda nesse sentido, foi aprovado no Senado um projeto de lei de minha autoria que garante transparência no atendimento no sistema de saúde pública com a obrigatoriedade de publicação na internet da ordem de espera por cirurgias.

Outras matérias que desenvolvi, e que passaram pelo crivo dos parlamentares, foram a que permite a assinatura eletrônica para projetos de iniciativa popular e a que proíbe as empresas aéreas de cobrarem por marcação de assento.

ACHO QUE O ESTADO DEVE SIMPLIFICAR E REDUZIR A CARGA TRIBUTÁRIA, PARA QUE POSSAMOS GERAR EMPREGOS DE FORMA MAIS RÁPIDA, INCENTIVAR AS PESSOAS A EMPREENDER E DESENVOLVER O PAÍS.

**PERFIL DOS PARLAMENTARES
DO DISTRITO FEDERAL
2019–2022**

DIRETORIA DE ASSUNTOS
INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS

DIRETOR
ELSON RIBEIRO E PÓVOA

COORDENAÇÃO TÉCNICA
SUSANA DA SILVA TOSTES

EQUIPE TÉCNICA
PATRÍCIA FERREIRA DA ROCHA
RITA DE CÁSSIA DA SILVA MANGUEIRA
SYMARA GOMES ALVES CARVALHO
VANESSA AZEVEDO OSTELLO

**Gerência de Comunicação e
Marketing do Sistema Fibra**

Gerente
Vânia Mara Ferreira Gasperin

Redatora
Anna Halley

Repórter e fotógrafo
Nilson Carvalho
(págs. 23, 35, 83, 89, 119, 131,
149, 155 e 211)

Diagramador
Alex Próspero

Editora Meiaum

Projeto gráfico e capa:
Carlos Drumond

Reportagem:
Gabriela Moll

Fotos: **Gabriel Jabur** (págs. 193
e 205) e **Nina Quintana** (págs.
29, 41, 47, 53, 59, 65, 71, 77,
95, 101, 107, 113, 125, 137, 143,
161, 169, 175, 181, 187, 199,
219, 225 e 231)

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO
DISTRITO FEDERAL (FIBRA)**

Setor de Indústria e Abastecimento,
Trecho 3, Lote 225
CEP: 71200-030
Brasília (DF)
(61) 3362-6116 e 3362-6118
www.sistemafibra.org.br

As entrevistas deste livro foram
validadas pelos parlamentares.

O texto *Liderança, escassez e o
saber democrático* não reflete
necessariamente a opinião da Fibra.

Esta publicação foi fechada em
20 de dezembro de 2018.
Impressão: Coronário Gráfica